

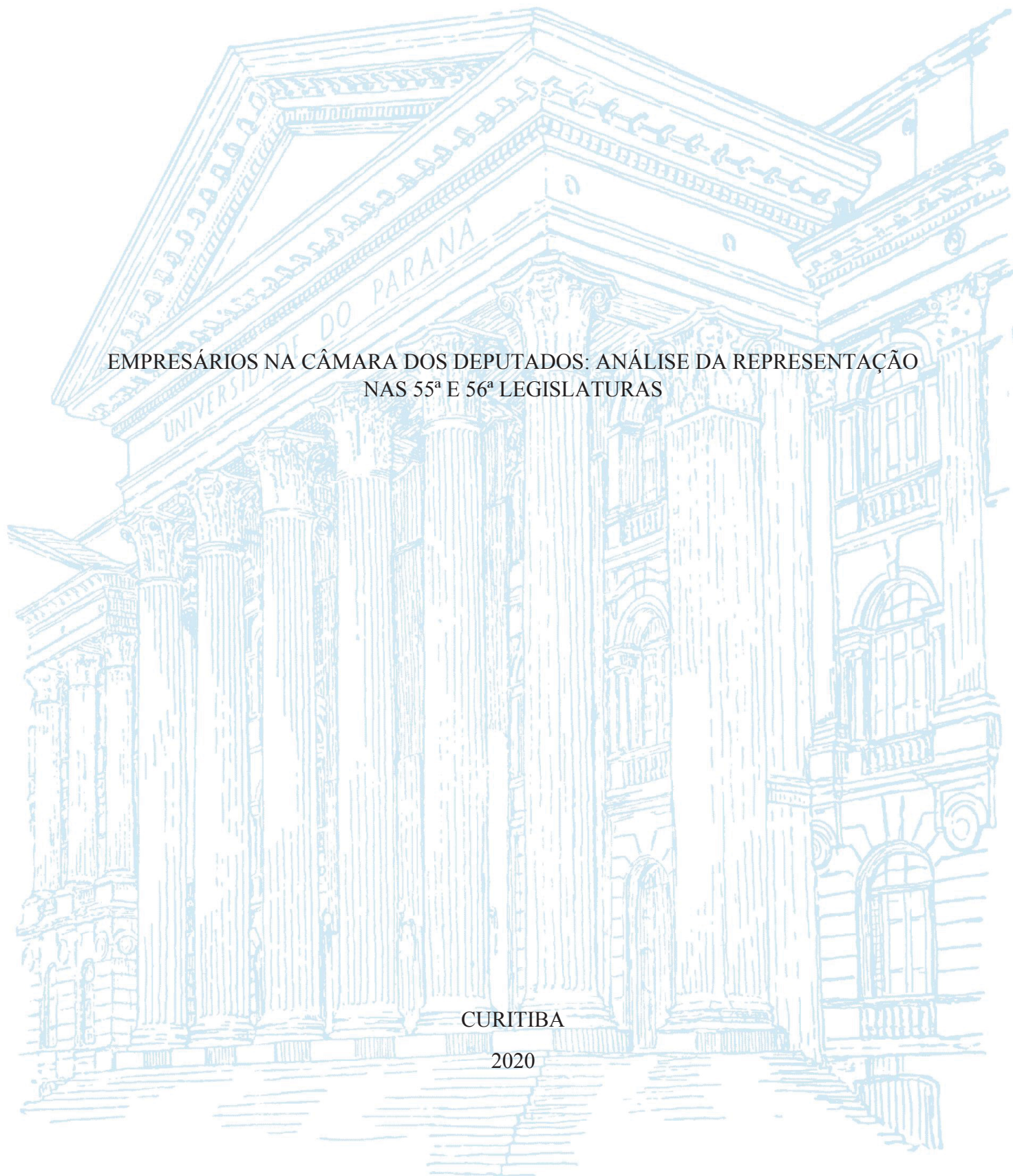
UNIVERSIDADE FEDERAL DO PARANÁ

BRUNA BRITO PRATA FERREIRA

EMPRESÁRIOS NA CÂMARA DOS DEPUTADOS: ANÁLISE DA REPRESENTAÇÃO
NAS 55ª E 56ª LEGISLATURAS

CURITIBA

2020



BRUNA BRITO PRATA FERREIRA

EMPRESÁRIOS NA CÂMARA DOS DEPUTADOS: ANÁLISE DA REPRESENTAÇÃO
NAS 55ª E 56ª LEGISLATURAS

Dissertação apresentada ao curso de Pós-Graduação em
Ciência Política, Setor de Ciências Humanas, Letras e
Artes da Universidade Federal do Paraná, como requisito
parcial à obtenção do título de Mestre em Ciência
Política.

Orientador: Marco Antonio Ribas Cavalieri

CURITIBA

2020

FICHA CATALOGRÁFICA ELABORADA PELO SISTEMA DE BIBLIOTECAS/UFPR –
BIBLIOTECA DE CIÊNCIAS HUMANAS COM OS DADOS FORNECIDOS PELO AUTOR

Fernanda Emanoéla Nogueira – CRB 9/1607

Ferreira, Bruna Brito Prata
Empresários na Câmara dos Deputados : análise da representação nas 55ª e 56ª
legislaturas. / Bruna Brito Prata Ferreira. – Curitiba, 2020.

Dissertação (Mestrado em Ciência Política) – Setor de Ciências Humanas da Universidade
Federal do Paraná.

Orientador : Prof. Marco Antonio Ribas Cavalieri

1. Empresário na política. 2. Brasil. Congresso Nacional. Câmara dos Deputados. 3.
Poder legislativo. I. Cavalieri, Marco Antonio Ribas, 1977-.
II. Título.

CDD – 328.81



MINISTÉRIO DA EDUCAÇÃO
SETOR DE CIÊNCIAS HUMANAS
UNIVERSIDADE FEDERAL DO PARANÁ
PRÓ-REITORIA DE PESQUISA E PÓS-GRADUAÇÃO
PROGRAMA DE PÓS-GRADUAÇÃO CIÊNCIA POLÍTICA -
40001016061P2

TERMO DE APROVAÇÃO

Os membros da Banca Examinadora designada pelo Colegiado do Programa de Pós-Graduação em CIÊNCIA POLÍTICA da Universidade Federal do Paraná foram convocados para realizar a arguição da dissertação de Mestrado de **BRUNA BRITO PRATA FERREIRA** intitulada: **Empresários na Câmara dos Deputados: análise da representação nas 55ª e 56ª legislaturas**, que após terem inquirido a aluna e realizada a avaliação do trabalho, são de parecer pela sua APROVAÇÃO no rito de defesa.

A outorga do título de mestre está sujeita à homologação pelo colegiado, ao atendimento de todas as indicações e correções solicitadas pela banca e ao pleno atendimento das demandas regimentais do Programa de Pós-Graduação.

CURITIBA, 29 de Maio de 2020.

Assinatura Eletrônica

26/06/2020 16:41:48.0

MARCO ANTONIO RIBAS CAVALIERI

Presidente da Banca Examinadora (UNIVERSIDADE FEDERAL DO PARANÁ)

Assinatura Eletrônica

22/06/2020 19:18:53.0

ADRIANO NERVO CODATO

Avaliador Interno (UNIVERSIDADE FEDERAL DO PARANÁ)

Assinatura Eletrônica

23/06/2020 14:53:10.0

WELLINGTON NUNES

Avaliador Externo (UNIVERSIDADE FEDERAL DO PARANÁ)

General Carneiro, 460 - 5º andar - sala 517 - CURITIBA - Paraná - Brasil
CEP 80060-150 - Tel: (41) 3360-5233 - E-mail: ppgcpufpr@gmail.com

Documento assinado eletronicamente de acordo com o disposto na legislação federal Decreto 8539 de 08 de outubro de 2015.

Gerado e autenticado pelo SIGA-UFPR, com a seguinte identificação única: 43735

Para autenticar este documento/assinatura, acesse <https://www.prppg.ufpr.br/siga/visitante/autenticacaoassinaturas.jsp> e insira o código 43735

AGRADECIMENTOS

A ciência exige, mas também constrói e proporciona parcerias que marcam para o resto da vida. Nada se faz sozinho, deve-se reconhecer aqueles e aquelas que proporcionaram o alcance para o término deste primeiro passo na ciência política. Esta dissertação não seria a mesma sem vocês.

Ana e Cláudio, meus pais que proveram alento, carinho e compreensão nessa etapa da minha vida, dedico a vocês esse trabalho. Marília, Clarice e Devlin, obrigada por serem a minha base, minhas amigas tão queridas que dão significado à palavra reciprocidade. O brilhantismo da Amanda não poderia faltar, a ela, que me ofereceu a sua amizade e ajuda nesse processo de forma tão gratuita e genuína, serei eternamente grata.

Agradeço ao professor Adriano Codato por me prover a base constituinte desse processo, fornecendo os passos corretos no caminho da ciência política. Diante da grande contribuição para a concepção deste trabalho, meus agradecimentos. Ademais, agradeço a todos os professores do curso de Pós-graduação em Ciência Política da Universidade Federal do Paraná, e à banca desta defesa, minha imensa gratidão.

Tenho, neste agradecimento, especial consideração ao meu orientador, Marco Antonio Ribas Cavalieri. O crescimento pessoal e intelectual que me ofereceu é imensurável. Acredito que a responsabilidade de guiar alguém é árdua. Fizeste isso com magnificência. O crédito desta dissertação é seu tanto quanto meu, pois atuou como coautor deste aprendizado. Concedeu ideias, assim como apreciou as minhas, corrigindo-as, aperfeiçoando-as de maneira ativa. O senhor é o professor que vou levar como exemplo para a minha vida acadêmica. Assim como no filme “Sociedade dos poetas mortos”, subo na mesa e lhe agradeço. Obrigada por seus ensinamentos.

No entanto, um termo que significa qualquer coisa não significa nada. E assim ocorreu com a "democracia", que atualmente não é tanto um termo de significado restrito e específico, quanto um vago endosso de uma ideia popular.

(DAHL, 2002, p. 3)

RESUMO

Neste trabalho, analisamos o grupo profissional dos empresários na Câmara dos Deputados nas 55ª e 56ª legislaturas, desse modo, o impacto da sua presença na democracia e representação política, à vista da teoria da representação descritiva. Assim, partindo do problema teórico da representação política, do problema empírico da composição do grupo profissional dos empresários na câmara dos deputados na 55ª e 56ª legislaturas e do objetivo geral de levantar, mapear e analisar a presença dessa categoria, abrem-se três objetivos específicos: (i) estabelecer categoriais de análise específicas dos diferentes grupos empresariais, indo além do conceito homogêneo de empresário; (ii) comparar os diferentes dados e resultados entre as duas legislaturas e, finalmente, (iii) discutir e analisar os resultados empíricos a partir da literatura sobre a democracia vista pela perspectiva da representação descritiva e composição legislativa nos termos normativos da representação democrática. A metodologia seguiu a busca da declaração de bens no TSE e, junto a isso, confeccionou-se o banco de dados, que vai além da autodeclaração, por meio da busca do vínculo entre o Cadastro Nacional de Pessoa Jurídica e o deputado federal, e mais o advento de outras fontes diversas, como as jornalísticas. Os resultados sobre a presença de grupos na Câmara foram de que a atividade preponderante das duas legislaturas foi o comércio, e a ideologia predominante foi a de direita. O capital social prevalecente foi o patrimônio baixo, com exceção da região Nordeste, o qual possui o mais alto patrimônio empresarial. Ocorreu uma diminuição de empresários e empresas de uma legislatura a outra, nas quais foram encontradas, na 55ª legislatura, o total de 221 (43%) empresários e 474 empresas, já na 56ª legislatura, 214 empresários (41,7%) e 432 empresas. Consta salientar que o porte empresarial mais representado é o da grande empresa. A análise dos resultados indicou que os empresários são super-representados, pois a maioria de suas atividades são sobrerrepresentadas na Câmara em face a outros grupos profissionais, inclusive os trabalhadores de serviços e os domésticos, já que estes não tiveram presença efetiva no universo dos eleitos na Câmara dos deputados. A discussão, portanto, mostra-se relevante, já que, quanto maior a presença e representação de um grupo profissional na Câmara dos Deputados, maior impacto existe no tipo de representação política brasileira diante da exclusão de outros grupos ocupacionais.

Palavras-chave: Empresários. Legislativo. Representação. Composição. Perfil.

ABSTRACT

In this work, we analyze the professional group of businessman in the Chamber of Deputies in the 55th and 56th legislatures, thus, the impact of their presence on democracy and political representation, in view of the theory of descriptive representation. Thus, starting from the theoretical problem of political representation, from the empirical problem of the composition of the professional group of entrepreneurs in the chamber of deputies in the 55th and 56th legislatures, and from the general objective of raising, mapping and analyzing the presence of this category, three objectives are opened specific: (i) establish specific analysis categories for different business groups, going beyond the homogeneous concept of entrepreneur; (ii) compare the different data and results between the two legislatures and, finally, (iii) discuss and analyze the empirical results from the literature on democracy seen from the perspective of descriptive representation and legislative composition in the normative terms of democratic representation. The methodology followed the search for the declaration of assets in the TSE and together with this, a database was created that goes beyond self-declaration, through the search for the link between the National Register of Legal Entities and the federal deputy, plus the advent of other diverse sources, such as journalistic ones. The results on the presence of groups in the Chamber were that the predominant activity of the two legislatures was commerce and the predominant ideology was that of the right. The prevailing social capital was low equity, with the exception of the Northeast region, which has the highest corporate equity. There was a decrease in entrepreneurs and companies from one legislature to another, in which, in the 55th legislature, a total of 221 (43%) entrepreneurs and 474 companies, already in the 56th legislature, 214 entrepreneurs (41.7%) and 432 companies. It should be noted that the most represented business size is that of the large company. The analysis of the results indicated that entrepreneurs are overrepresented because most of their activities are overrepresented in the Chamber in the face of other professional groups, including service workers and domestic workers, since these did not have an effective presence in the universe of elected representatives in the Chamber of Deputies. The discussion, therefore, is relevant, since the greater the presence and representation of a professional group in the Chamber of Deputies, the greater the impact on the type of Brazilian political representation, given the exclusion of other occupational groups.

Keywords: Businessman. Legislative. Representation. Composition. Profile.

LISTA DE GRÁFICOS

GRÁFICO 1 – OCUPAÇÃO DECLARADA DOS 43 DEPUTADOS (1998-2014).....	37
GRÁFICO 2 – EMPRESAS, EMPRESÁRIOS AUTODECLARADOS EMPRESÁRIOS E ATIVIDADES NAS 55ª E 56ª LEGISLATURAS.....	57
GRÁFICO 3 – PARTIDOS E EMPRESÁRIOS AUTODECLARADOS EMPRESÁRIOS NA 55ª LEGISLATURA.....	55
GRÁFICO 4 – PARTIDOS E EMPRESÁRIOS AUTODECLARADOS EMPRESÁRIOS NA 56ª LEGISLATURA.....	56
GRÁFICO 5 – IDEOLOGIA E EMPRESÁRIOS AUTODECLARADOS EMPRESÁRIOS NAS 55ª E 56ª LEGISLATURAS.....	57
GRÁFICO 6 – EMPRESAS E ATIVIDADES E EMPRESÁRIOS AUTODECLARADOS POLÍTICOS NAS 55ª E 56ª LEGISLATURAS.....	60
GRÁFICO 7 – PARTIDOS E EMPRESÁRIOS AUTODECLARADOS POLÍTICOS NA 55ª LEGISLATURA.....	61
GRÁFICO 8 – EMPRESÁRIOS AUTODECLARADOS POLÍTICOS E PARTIDOS NA 56ª LEGISLATURA.....	62
GRÁFICO 9 – EMPRESÁRIOS AUTODECLARADOS POLÍTICOS E IDEOLOGIA NAS 55ª E 56ª LEGISLATURAS.....	63
GRÁFICO 10 – ATIVIDADES E EMPRESAS POR EMPRESÁRIOS AUTODECLARADOS, POLÍTICOS E PROFISSIONAIS LIBERAIS NA 55ª LEGISLATURA.....	68
GRÁFICO 11 – ATIVIDADES, EMPRESAS E GRUPOS PROFISSIONAIS NA 56ª LEGISLATURA.....	69
GRÁFICO 12 – ATIVIDADES E EMPRESAS NAS 55ª E 56ª LEGISLATURAS.....	70
GRÁFICO 13 – EMPRESÁRIOS AUTODECLARADOS PROFISSIONAIS LIBERAIS E PARTIDOS NA 55ª LEGISLATURA.....	71
GRÁFICO 14 – PARTIDOS E EMPRESÁRIOS AUTODECLARADOS PROFISSIONAIS LIBERAIS NA 56ª LEGISLATURA.....	72
GRÁFICO 15 – EMPRESÁRIOS AUTODECLARADOS PROFISSIONAIS LIBERAIS E IDEOLOGIAS NAS 55ª E 56ª LEGISLATURAS.....	73

GRÁFICO 16 – IDEOLOGIA NAS 55ª E 56ª LEGISLATURAS.....	74
GRÁFICO 17 – CAPITAL SOCIAL BAIXO ENTRE PARTIDOS NAS 55ª E 56ª LEGISLATURAS.....	77
GRÁFICO 18 – CAPITAL SOCIAL MÉDIO-BAIXO NAS 55ª E 56ª LEGISLATURAS.....	78
GRÁFICO 19 – CAPITAL MÉDIO-ALTO NAS 55ª E 56ª LEGISLATURAS.....	79
GRÁFICO 20 – CAPITAL SOCIAL ALTO NAS 55ª E 56ª LEGISLATURAS.....	79
GRÁFICO 21 – AUTODECLARADOS POLÍTICOS, PROFISSIONAIS LIBERAIS E EMPRESÁRIOS NAS 55ª E 56ª LEGISLATURAS.....	84
GRÁFICO 22 – ÍNDICE DE REPRESENTAÇÃO E ATIVIDADES.....	88
GRÁFICO 23 – ÍNDICE DE REPRESENTAÇÃO E ATIVIDADES MAIS REPRESENTADAS.....	89

LISTA DE QUADROS

QUADRO 1 – CANDIDATOS QUE SE DECLARARAM DEPUTADOS <i>VERSUS</i> CANDIDATOS EM REELEIÇÃO.....	35
QUADRO 2 – CANDIDATOS QUE SE DECLARARAM “DEPUTADOS” ELEITOS <i>VERSUS</i> REELEITOS.....	36
QUADRO 3 – EXERCÍCIO DE ATIVIDADE EMPRESARIAL.....	42
QUADRO 4 – VARIÁVEIS DO BANCO DE DADOS.....	45
QUADRO 5 – ATIVIDADES GERAIS E ESPECÍFICAS.....	48
QUADRO 6 – PARTIDOS POLÍTICOS E IDEOLOGIA.....	49
QUADRO 7 – FAIXAS DE CAPITAL SOCIAL.....	49
QUADRO 8 – PROFISSÕES LIBERAIS EM ATIVIDADES PROFISSIONAIS LIBERAIS.....	65
QUADRO 9 – EMPRESÁRIOS AUTODECLARADOS PROFISSIONAIS LIBERAIS E PROFISSÕES LIBERAIS.....	67

LISTA DE TABELAS

TABELA 1 – EMPRESÁRIOS AUTODECLARADOS EMPRESÁRIOS E ATIVIDADES NA LEGISLATURA.....	55 ^a 51
TABELA 2 – EMPRESÁRIOS AUTODECLARADOS EMPRESÁRIOS E ATIVIDADES NA LEGISLATURA.....	56 ^a 53
TABELA 3 – EMPRESÁRIOS AUTODECLARADOS EMPRESÁRIOS E PARTIDOS POR IDEOLOGIA NA 55ª LEGISLATURA.....	55
TABELA 4 – IDEOLOGIA E EMPRESÁRIOS AUTODECLARADOS EMPRESÁRIOS NA 56ª LEGISLATURA.....	57
TABELA 5 – ATIVIDADES, EMPRESA, EMPRESÁRIO AUTODECLARADO POLÍTICO NA 55ª LEGISLATURA.....	58
TABELA 6 – ATIVIDADES, EMPRESÁRIOS AUTODECLARADOS POLÍTICOS NA 56ª LEGISLATURA.....	59
TABELA 7 – IDEOLOGIA E EMPRESÁRIOS AUTODECLARADOS POLÍTICOS NA 55ª LEGISLATURA.....	61
TABELA 8 – IDEOLOGIA E EMPRESÁRIOS AUTODECLARADOS POLÍTICOS NA 56ª LEGISLATURA.....	62
TABELA 9 – EMPRESÁRIOS AUTODECLARADOS PROFISSIONAIS LIBERAIS E ATIVIDADES NA 55ª LEGISLATURA.....	64
TABELA 10 – EMPRESÁRIOS AUTODECLARADOS PROFISSIONAIS LIBERAIS E ATIVIDADES NA 56ª LEGISLATURA.....	66
TABELA 11 – IDEOLOGIA E EMPRESÁRIOS AUTODECLARADOS PROFISSIONAIS LIBERAIS NA 55ª LEGISLATURA.....	71
TABELA 12 – IDEOLOGIA E EMPRESÁRIOS AUTODECLARADOS PROFISSIONAIS LIBERAIS NA 56ª LEGISLATURA.....	72

TABELA 13 – PARTIDOS E OUTRAS PROFISSÕES NA 55ª LEGISLATURA.....	74
TABELA 14 – PARTIDOS E OUTRAS PROFISSÕES NA 56ª LEGISLATURA.....	74
TABELA 15 – IDEOLOGIAS E GRUPOS.....	75
TABELA 16 – EMPRESÁRIOS DE PARTIDOS DE ESQUERDA NAS 55ª E 56ª LEGISLATURAS.....	76
TABELA 17 – PARTIDOS DE CENTRO NAS 55ª E 56ª LEGISLATURAS.....	76
TABELA 18 – PARTIDOS DE DIREITA NAS 55ª E 56ª LEGISLATURAS.....	76
TABELA 19 – CAPITAL SOCIAL E REGIÃO NA 55ª LEGISLATURA.....	80
TABELA 20 – CAPITAL SOCIAL E REGIÃO NA 56ª LEGISLATURA.....	80
TABELA 21 – CAPITAL SOCIAL POR GRUPOS NAS 55ª E 56ª LEGISLATURAS.....	81
TABELA 22 – ATIVIDADES E PORTES DE EMPRESA NAS 55ª E 56ª LEGISLATURAS.....	82
TABELA 23 – MICRO, PEQUENOS E GRANDES EMPRESÁRIOS.....	83
TABELA 24 – COMPOSIÇÃO DA CÂMARA.....	84
TABELA 25 – ÍNDICE DE REPRESENTAÇÃO DAS ATIVIDADES EMPRESARIAIS.....	86
TABELA 26 – ÍNDICE DE REPRESENTAÇÃO DOS PORTES EMPRESARIAIS.....	90
TABELA 27 – ÍNDICE DE REPRESENTAÇÃO DAS ATIVIDADES POR PORTE DE EMPRESA.....	90
TABELA 28 – ÍNDICE DE REPRESENTAÇÃO E IDEOLOGIA.....	92

LISTA DE SIGLAS

CC – Código Civil Brasileiro

CGU – Controladoria Geral da União

CNAE – Classificação Nacional de Atividades Econômicas

CNPJ – Cadastro Nacional de Pessoas Jurídicas

CPF – Cadastro de Pessoas Físicas

DIAP – Departamento Intersindical de Assessoria Parlamentar

DEM – Democratas

EPP – Empresas de Pequeno Porte

IBGE – Instituto Brasileiro de Geografia e Estatística

ICMS – Imposto sobre Circulação de Mercadorias e Serviços

INSS – Instituto Nacional do Seguro Social

ME – Microempresa

MDB – Movimento Democrático Brasileiro

NOVO – Partido Novo

PCdoB – Partido Comunista do Brasil

PDT – Partido Democrático Trabalhista

PT – Partido dos Trabalhadores

PSB – Partido Socialista Brasileiro

PPL – Partido Pátria Livre

PPS – Partido Popular Socialista

PMN – Partido da Mobilização Nacional

PROS – Partido Republicano da Ordem Social

PSDB – Partido da Social Democracia Brasileira

PV – Partido Verde

PHS – Partido Humanista da Solidariedade

PR – Partido da República

PP – Progressistas

PRB – Republicanos

PRP – Partido Republicano Progressista

PSC – Partido Social Cristão

PSD – Partido Social Democrático

PSL – Partido Social Liberal

PTB – Partido Trabalhista Brasileiro

PTC – Partido Trabalhista Cristão

PODE – Podemos

RFB – Receita Federal do Brasil

TSE – Tribunal Superior Eleitoral

SUMÁRIO

INTRODUÇÃO.....	15
1 A DEMOCRACIA E A REPRESENTAÇÃO.....	18
1.1 DEMOCRACIA E REPRESENTAÇÃO – A IMPORTÂNCIA DA PRESENÇA DE GRUPOS NO PARLAMENTO.....	18
2 ESTUDOS SOBRE OCUPAÇÕES.....	26
2.1 ESTUDOS SOBRE COMPOSIÇÃO LEGISLATIVA E RECRUTAMENTO.....	26
2.2 DILEMAS DA VARIÁVEL OCUPAÇÃO AUTODECLARADA	34
3 A EMPRESA E O EMPRESÁRIO COMO CONCEITO.....	38
3.1 EMPRESA E EMPRESÁRIO NAS DEFINIÇÕES LEGAIS E METODOLÓGICAS.....	38
4 METODOLOGIA.....	43
5 RESULTADOS.....	51
5.1 PERFIS DAS EMPRESAS E EMPRESÁRIOS	51
5.1.1 Resultados sobre empresários autodeclarados empresários	51
5.1.2 Resultados sobre empresários autodeclarados políticos	58
5.1.3 Resultados sobre empresários autodeclarados profissionais liberais	63
5.1.4 Resultados dos partidos, ideologias e grupos nas 55ª e 56ª legislaturas.....	75
5.1.5 Resultados sobre capital social	77
5.1.6 Porte das empresas.....	82
5.1.7 Micro, pequenos e grandes empresários.....	83
5.1.8 Composição total da Câmara dos Deputados	83
5.2 ÍNDICE DE REPRESENTAÇÃO.....	85
5.2.1 Atividades e representação	86
5.2.2 Portes das empresas e representação	90
5.2.3 Ideologia e representação	92
5.2.4 Síntese dos resultados	92
6 DISCUSSÃO SOBRE OS RESULTADOS.....	92
7 CONSIDERAÇÕES FINAIS.....	98
REFERÊNCIAS.....	99

INTRODUÇÃO

É já bem estabelecido na literatura que a composição dos parlamentos adquire formato que reflete a composição de grupos dominantes da estratificação e da hierarquia de uma sociedade. Tais grupos são comumente denominados elites,¹ e muitas vezes a sua presença significa que a composição do parlamento reflete de maneira invertida a sociedade, de maneira que o recrutamento político se atém aos grupos favorecidos na hierarquia social.² Diante disso, pode-se estudar a sua composição para averiguar os grupos e perfis que são representados nos parlamentos, como os estudos já publicados, por exemplo, sobre a Assembleia Nacional francesa pós-1958, os quais demonstram que a classe super-representada é a dos gerentes e profissionais de alta exigência intelectual; já no Congresso Norte-Americano, a preponderância é da categoria dos advogados; e, no Parlamento inglês, temos os líderes sindicais e funcionários públicos como a maioria. Quando dizemos que uma classe é super-representada, estamos indicando que a representação dessa classe no parlamento é muito maior do que a proporção dessa fração de profissionais ou categoria na população em geral.

Tal fato tem chamado atenção da pesquisa em ciência política, no caso em que nos interessa principalmente em relação aos métodos utilizados para se identificar empresários. Se à primeira vista a classificação de classe econômica, categoria profissional ou atividade preponderante desempenhada pelos parlamentares parece simples, é preciso dizer que, em especial no caso de empresários, essa identificação coloca uma série de problemas metodológicos que têm desafiado os estudiosos.

Elites políticas e democracia se conectam nos estudos de ciência política por meio de diferentes temáticas, como os estudos de democracia empírica, participativa, do recrutamento político e da representação. Em termos mais específicos, podemos dizer que a democracia empírica enfatiza os processos e mecanismos institucionais de oposição e participação política e, dentro desse tema, há atenção especial para com os postos de representação, levando-nos à necessidade de compreensão de quem ocupa os postos de poder e a relação dessa representação social no tocante à inserção dos grupos sociais nos aparelhos políticos de cunho representativo (DAHL, 2012; SCHUMPETER, 1961; PATEMAN, 1992).

¹ CODATO, Adriano; KIELLER, Marcio. **Velhos vermelhos: história e memória dos dirigentes comunistas no Paraná**. Curitiba: Ed. da UFPR, 2008. p.1.

² GAXIE, Daniel. As lógicas do recrutamento político. **Revista Brasileira de Ciência Política**, n. 8. Brasília, maio-agosto de 2012, p. 166.

Dito isso, podemos dizer que estamos interessados em questões como: quem ocupa o poder? Quem é representado? Quais são as classes econômicas ou categorias profissionais que têm grande representação no parlamento? Há super-representação de algumas dessas categorias? São essas indagações que embasam o problema empírico desta pesquisa, ou seja, qual é a composição quantitativa e qualitativa legislativa dos membros do parlamento brasileiro, especificamente da Câmara dos Deputados, dos empresários. Em conjunto com o problema empírico, centro do trabalho, surgem, é claro, questões teóricas que valem a pena tratarmos para que nosso trabalho empírico esteja contextualizado. Desse ponto de vista teórico, uma questão que precisa ser respondida com ajuda da literatura é: qual é a relação teórica entre representação política democrática e social das elites, classes e categorias profissionais nos parlamentos e na política em geral? Assim, neste estudo, relacionamos a teoria normativa e empírica de democracia e representação à nossa pesquisa empírica sobre composição legislativa brasileira.

A partir disso, o conceito da literatura da ciência política que embasa este trabalho é a relação entre a ocupação profissional e a representação política, preocupação dos estudos da representação descritiva. Para esse campo de estudo, a lógica política é reflexo das estruturas sociais, assim, ela obedece a um padrão predominantemente social que evidencia os conflitos entre as categorias da sociedade, os quais são expressos na política do poder legislativo. Esses conflitos, obviamente, vão além da autonomia da própria seleção eleitoral, na qual a relação entre ocupação profissional e representação política é a correlação estreita de grupos e as posições sociais de seus membros (GAXIE, 2012).

Para tanto, nesta pesquisa, foi escolhido o grupo ocupacional específico dos empresários para a construção da análise de composição legislativa e das discussões sobre representação dentro dos conceitos de hierarquia e relevância do seu papel social, o qual se relaciona com a estrutura que rege as coordenações laborais e de mercado econômico que é representado por esse grupo profissional. Assim, dentro da teoria democrática da representação descritiva, a pergunta empírica desta pesquisa é: qual é o nível de representatividade do grupo profissional dos empresários na Câmara dos Deputados, dentro do recorte temporal da 55ª e 56ª legislaturas?

A representatividade será medida pelos resultados que abrangem a quantidade de atividades empresariais, a relação entre partidos e empresários, as suas respectivas ideologias, os portes das empresas, os seus capitais sociais. O índice de representação proposto por Daniel Gaxie versará sobre as atividades empresariais, os portes das empresas e a ideologia.

Qualquer concepção homogênea da categoria de empresário não corresponde à realidade da miríade de negócios existentes, seja em relação ao porte das empresas, aos ramos,

ou até no que diz respeito às maneiras de investir em negócios de vários tipos. Exercitando de maneira mais minuciosa a composição dos empresários que são deputados federais, neste trabalho, serão investigadas e coletadas as características mais específicas e categóricas dentro do universo dos empresários, como os seus respectivos ramos de atividades, portes e patrimônios das empresas, assim, propondo uma investigação sobre a composição empresarial mais detalhada.

Deste modo, partindo do problema teórico da representação política, do problema empírico da composição do grupo profissional dos empresários na câmara dos deputados na 55ª e 56ª legislaturas, e do objetivo geral de levantar, mapear e analisar a presença dessa categoria, abrem-se três objetivos específicos: (i) estabelecer categoriais de análise específicas dos diferentes grupos empresariais, indo além do conceito homogêneo de empresário; (ii) comparar os diferentes dados e resultados entre as duas legislaturas e, finalmente, (iii) discutir e analisar os resultados empíricos a partir da literatura sobre a democracia vista pela perspectiva da representação descritiva e composição legislativa nos termos normativos da representação democrática.

Esta dissertação é organizada em seis capítulos, como segue:

O capítulo 1 trata da relação entre o conceito de democracia e representação no contexto dos estudos sobre composição legislativa. Dentro disso, foca-se principalmente a presença do grupo empresarial e o possível impacto de uma sobrerrepresentação desse grupo ocupacional na representação política.

O capítulo 2 trata da discussão sobre o uso da variável ocupação nas ciências sociais e, especialmente, nos estudos de representação política, discutindo suas dificuldades metodológicas, como a autodeclaração, a confiabilidade e a validade dos dados que podem ser obtidos sobre essa variável.

O capítulo 3 busca fazer uma breve discussão dos conceitos de empresa e empresário, centrais para essa dissertação. A metodologia disposta no capítulo 4, por sua vez, apresenta uma proposta para a pesquisa a partir da tentativa de contribuir não somente para a descrição dos dados, mas também para como se pode obter dados sobre empresários-políticos, principalmente no Brasil.

Os resultados da coleta encontram-se no capítulo 5. Esse capítulo concentra-se em apresentar descritivamente os dados em diferentes formas, relacionando-os com outras variáveis, tais como partidos políticos, atividades empresariais e ideologias e com o índice de representação dessas categorias na sociedade. O capítulo 6 trata da discussão desses resultados. Ao final, como de praxe, são apresentadas as conclusões.

1 A DEMOCRACIA E A REPRESENTAÇÃO

Este capítulo traz o arcabouço teórico desta dissertação, levantando as teorias da democracia normativa e empírica, ademais, o fundamento conceitual da pesquisa: a representação descritiva. Frente a isso, essas teorias nos fornecem o eixo teórico para o entendimento do que consideramos, neste trabalho, uma democracia representativa de fato, inclusiva, participativa e conseqüentemente, de ampla representação política por meio da inclusão dos atores e grupos sociais, argumentos esses que embasam esta dissertação. Tais teorias da democracia e representação buscam trazer o alicerce teórico à discussão dos resultados em face da hipótese de sobrerrepresentação do grupo empresarial na Câmara dos Deputados e da possível exclusão de outros atores sociais. Desse modo, seguimos estas teorias como coordenadas normativas das razões desta dissertação.

1.1 DEMOCRACIA E REPRESENTAÇÃO – A IMPORTÂNCIA DA PRESENÇA DE GRUPOS NO PARLAMENTO.

É possível afirmar que uma democracia representativa é de fato uma democracia? Será que essa afirmação não seria uma questão de grau, portanto, dependente de algumas variáveis fundamentais? Em resposta a isso, Robert Dahl, em sua obra *A Democracia e seus críticos* (2012), afirma que a inclusão de todos nas decisões vinculantes dentro de uma ordem política, ao menos tanto quanto possível, é uma variável a ser levada em consideração na definição de uma democracia. Pergunta-se: como subjugar alguém às leis de um Estado se esse alguém não pode participar do processo de formação da representação e, portanto, ao menos de forma indireta, das decisões legislativas? Ou, ainda, mais diretamente no ponto estudado nesta dissertação: qual é o grau de legitimidade de um governo que entre seus representantes não tem algum grau significativo de relação com a estrutura de categorias ou classes da população em geral? Ao pensarmos que grupos ocupacionais, tais como grupos de servidores públicos, empresários de diversos setores, profissionais liberais, trabalhadores assalariados têm interesses diversos e, muitas vezes antagônicos, podemos derivar disso a ideia de que o ideal é que essas categorias estivessem representadas no parlamento mais ou menos como estão representadas na população em geral.

O governo democrático necessita certamente da legitimidade de seu povo, afirmação essa que foi principalmente presente no conceito da democracia tradicional, como o governo

do povo (SCHUMPETER, 1961, p. 338). Mas, hoje, há defesas de que se deve ir além dessa democracia clássica, a qual dispõe tão somente sobre a legitimidade na transformação de um estado de natureza em um Estado de contrato social. A legitimidade que se emprega neste estudo sobre representação não pertence a tais definições clássicas — ou doutrinas mais ortodoxas — pois a legitimidade, conforme a concebemos com base em literatura mais moderna, ocorre durante o processo democrático e não só anteriormente a ele. Se essas teorias, como a schumpeteriana, tratavam da legitimidade para a instalação de uma democracia, aqui estamos tratando da legitimidade de uma democracia já instalada e, é claro, das decisões tomadas dentro dela.

O termo democracia, no sentido moderno, surge durante o século XIX para descrever um sistema de um governo representativo, no qual os representantes são escolhidos por meio de uma eleição de competição livre (BIRCH, 2007, p. 110). Democracia como poder do povo, na questão do seu sistema representativo, demanda distinguir o que é o termo “povo” e qual setor desse povo deve/pode/é representado nas instituições políticas. É uma questão de formação das elites. Dessa maneira, quando definimos o que é um sistema de governo representativo, estudamos, por exemplo, quais grupos têm acesso ao voto e à ocupação de cargos públicos. Dentro disso, experiências radicais como o regime de Apartheid Sul-Africano, a exclusão de mulheres do voto na Segunda Guerra Mundial na Europa, ou o voto reservado somente aos que possuíam propriedades no século XIX formaram casos que mereceram atenção especial (BIRCH, 2007, p. 111). Entretanto, é claro que mesmo em democracias mais amplas, o acesso à representação não é tão reflexiva em relação às camadas da população.

Compreendendo que os grupos que detêm determinado grau de representação detêm poder para exercer seus interesses, a representação especial de certos grupos tem, então, relação com o nível de democratização no processo do sistema político, tornando vinculante a relação da “democracia parlamentar como passível de ter identificado o seu caráter excludente” (SACCHET, 2012, p. 401). Esta dissertação segue o conceito de democratização de Tereza Sacchet:

A democratização seria, assim, mais que a extensão dos requisitos institucionais supramencionados. Ela efetivar-se-ia também, e particularmente, pela inclusão progressiva de diferentes grupos sociais no processo de tomada de decisão política. [...] a democracia é entendida aqui como sendo também uma questão de grau de envolvimento e de participação social na vida política da nação. A democratização seria, assim, mais que a extensão dos requisitos institucionais supramencionados. Ela efetivar-se-ia, também, e particularmente, pela inclusão progressiva de diferentes grupos sociais no processo de tomada de decisão política (SACCHET, 2012, p. 399-400).

A variedade de grupos na democracia é algo que, entre outras coisas, resguardaria os direitos das minorias, como afirmam Hamilton e Madison (1993). Assim, a demanda de maior inclusividade de uma pluralidade de grupos políticos constitui-se em uma ferramenta de diversidade, melhorando a legitimidade das decisões e, dessa maneira, desembocando em maior qualidade democrática.

Além disso, Jane Mansbridge (1999) disserta sobre a representação seletiva e o quanto ela está intercalada com a deliberação na democracia e seu grau, assim, a maior participação de um grupo selecionado no Poder legislativo significaria maior projeção de interesses de determinado setor, exatamente no sentido que argumentamos. Esses interesses de setores teriam peso maior nas decisões, consequentemente, maior representação significa maior possibilidade de atingir certos objetivos (MANSBRIDGE, 1999, p. 635-326). Sejam esses objetivos meramente econômicos ou de poder, não é difícil imaginar que, é claro, eles determinam a distribuição das riquezas e do poder político na sociedade democrática.

No mesmo sentido vão Heinrich Best e Maurizio Cotta (2007), quando afirmam que o conceito de democracia é baseado predominantemente nos mecanismos de representação, e que a representação parlamentar é o centro da interpretação da democracia contemporânea. Em suas palavras:

[...] Their profile cannot be considered only a reflection of these processes but also as a factor shaping the way representation of society takes place, and affecting the functioning of the central institutions of democracy (BEST; COTTA, 2007, p.12-13).

A democracia representativa não surgiu de ideias abstratas, mas sim de modificações em instituições já existentes e de institutos presentes desde o final do século XVIII, os quais estão na teoria como os conceitos de “corpo legislativo”, “sistemas de representação” e “eleições” (DAHL, 2012, p. 342). No nosso caso, estamos interessados na inclusão, diante da grande escala numérica do povo e da diversidade das categorias e classes econômicas. A representação é, portanto, uma aplicação lógica da igualdade diante desse sistema político de grande escala (DAHL, 2012, p. 340). Ela tem que ser isso. A democracia, vinculando o povo às decisões do corpo legislativo, parece pressupor, ao menos nos teóricos citados, algum grau de igualdade de representação, fazendo com que a sub-representação ou a sobrerrepresentação de algum grupo reflita-se na qualidade do processo decisório e na legitimidade das decisões.

Robert Dahl (2012) afirma que a democracia deve ser trabalhada juntamente com o conceito de presunção de autonomia pessoal dentro de um sistema de valores pessoais, sendo a expressão desses valores necessária para o desenvolvimento pessoal e autodeterminação, em

conjunto com o princípio dos interesses igualmente considerados. O processo democrático, assim considerado, é um requisito para decisões vinculantes ao *demos* (DAHL, 2012, p. 155-165). Esses princípios e premissas são a base para o entendimento de uma democracia representativa, os quais são argumentos a favor da democracia em si, indo além de concepções filosóficas que podem levar ao idealismo e ausência de aplicabilidade no quadro concreto. Dahl pretende sua contribuição como prática, calcada e voltada para a realidade.

Para além de Dahl, retornando para o século XIX, temos John Stuart Mill afirmando, dentro do discurso utilitarista, a necessidade do quadro de valores pessoais de experiências dentro do parlamento, pois, ele questiona, num contexto de super-representação: “quando surge um tema que seja de interesse dos trabalhadores, acaso ele é considerado sob um ponto de vista que não o dos empregadores do trabalho?” (MILL, 1981, p. 65). Em termos utilitários, é natural que se pense que “o maior bem para o maior número de pessoas” só é possível se houver alguma representação dos interesses desse maior número de pessoas — ou, no caso em tela, de grupos compostos por parcelas significativas da população. Talvez o utilitarismo seja a filosofia política que expressa melhor o conceito que desejamos estabelecer aqui como requisito de qualidade da democracia.

Robert Dahl (2012), como um dos estudiosos da democracia empírica, enfatiza, no funcionamento concreto e fático dos sistemas políticos nacionais, “o comportamento efetivo dos cidadãos e/ou a competição entre os líderes políticos pelo voto popular” (CODATO; COSTA, 2011, p. 3). Ele parte do pressuposto de que a democracia existe tanto mais quanto mais um governo é responsivo aos seus cidadãos, dentro dos parâmetros das oportunidades plenas para a formulação de preferências, da possibilidade de expressá-las através de ações individuais ou coletivas, as quais devem ser consideradas de maneira igual pelos governos.

O autor, então, partindo do caso concreto, denomina a poliarquia o regime mais próximo da amplitude de contestação e participação política, considerando que a democracia em si, é um tipo ideal. Diante disso, são aspectos importantes da democratização um sistema político que permita em seu desenvolvimento a oposição, rivalidade ou competição, e para tanto, a necessidade de que o governo seja responsivo e que forneça de maneira igualitária a oportunidade da formulação de preferências, a possibilidade de que elas sejam expressadas entre os concidadãos e ao governo através da ação individual e da coletiva, e de que elas sejam igualmente consideradas na conduta do governo (DAHL, 2012, p. 26).

Tais considerações possuem como necessárias as garantias institucionais que implicam a oportunidade de participação na competição política dentro do sistema político, por meio da liberdade de aderir a organizações. Ou seja, o direito de líderes políticos disputarem o apoio e

a elegibilidade de cargos políticos e o direito de disputarem votos demonstram que a poliarquia é composta por um formato de participação política por meio de eleições (DAHL, 2012, p. 27). Em outras palavras, a própria representação ocorre pela capacidade da participação na competição política, dessa maneira, a análise de certos grupos que compõem o jogo político nos fornece dimensões e categorias analíticas para a compreensão da democracia contemporânea e de seus mecanismos institucionais e eleitorais.

A poliarquia, portanto, consiste em critérios como a igualdade de voto, a participação efetiva dos diversos grupos, o controle da agenda e da inclusão de problemas e anseios nela e, além desses critérios, é necessário existir a garantia de que, por meio da cidadania, a formulação das preferências dos grupos sejam consideradas pelo governo da mesma forma. Partindo dessa determinação, pode-se relacionar a questão da participação como forma de representação de grupos sociais.

Assim, nesta dissertação, tal relação é a parte essencial, o que se reflete na representação numérica para formular e ter consideradas as suas preferências no parlamento. Importa que os grupos sociais tenham representação em um dos principais canais de participação e representação política: a arena política legislativa federal, no nosso caso. A representação descritiva estabelece que a quantidade numérica significa, *prima facie*, maior ou menor presença e representação proporcional do número de diferentes grupos da sociedade na política, portanto isso afeta a qualidade da democracia, já que a inclusão no corpo legislativo será proporcional à sua participação.

Além disso, um corpo legislativo mais abrangente e diversificado demonstra uma maior participação, significando maior representação, o que pode ser consequência de uma maior competição política que caracteriza parâmetros mais democráticos. A competição política demonstra que é possível, a partir de um sistema político dentro de uma sociedade diversificada, a entrada e participação de grupos, até por meio de partidos políticos, e assim, como afirma Dahl, a maior competição política diminui a probabilidade da formação de monopólios, inclusive dentro da política (DAHL, 2012, p. 438).

Partindo da representação descritiva pode-se considerar que, quando um certo grupo, determinado por sua classe, por meio da variável atividade, profissão ou ocupação, está numericamente excluído dessa arena política, a capacidade de que as suas preferências sejam consideradas diminuem, e há menor probabilidade de oposição à possível hegemonia de um grupo que possui maior peso de representação e participação no legislativo.

Em vista disso, nesta pesquisa, vincula-se a ideia de que a quantidade de certo grupo social acarrete mudanças na qualidade da representação e consequentemente na democracia,

levando em consideração, assim como afirma Dahl, que quanto maior a inclusividade dos grupos, ou seja, a sua participação, mais próximo o regime está da poliarquia, por meio das instituições que provenham a favor dos critérios democráticos (DAHL, 2012, p. 30-31).

A preocupação, portanto, com o número de participantes de um segmento social ser representado por um número na política levanta a capacidade de entrada e representação na política desse grupo, como afirma Anne Phillips:

Mas como um homem pode substituir legitimamente uma mulher quando está em questão a representação das mulheres *per se*? É concebível que pessoas brancas substituam outras, de origem asiática ou africana, quando está em questão representar determinados programas em prol da igualdade racial. Mas uma assembleia formada só por brancos pode realmente se dizer representativa, quando aqueles que ela representa possuem uma diversidade étnica muito maior? Representação adequada é, cada vez mais, interpretada como implicando uma representação mais correta dos diferentes grupos sociais que compõem o corpo de cidadãos [...] (PHILLIPS, 2002, p. 273).

Portanto, o proporcionalismo traz a política de presença, de participação efetiva na representação, como uma representação baseada em ideias e experiências dentro do debate e sobre a não presença de grupos considerados excluídos na esfera de discussão política. Esse argumento parte do engajamento dado pela nova demanda contemporânea da inclusão frente à diversidade social, de grupos sociais, como origem da democracia liberal e como requisito da qualidade da democracia.

Hannah Fenichel Pitkin (1967) realiza a separação de categorias de atuação e valoração inerentes ao indivíduo socializado, por exemplo, considerando como se, na atuação política, ele fosse somente e essencialmente político. Para entender representação a partir dessa perspectiva, a autora utiliza a relação das palavras "representante e representado" em relação ao tipo de poder dado a um ou a outro, portanto, à sua conexão, e para isso compara os problemas clássicos analisados já anteriormente pelos contratualistas.

Nicholas Carnes (2012) considera esses questionamentos sobre a conexão da atividade do político em relação ao possível reflexo no seu modo de agir a partir dos efeitos do peso numérico dessas categorias nas decisões políticas (CARNES, 2012, p. 6). Por exemplo, será que a hipótese de que um empresário da área industrial automotiva agiria em suas decisões políticas conforme interesses da sua categoria de atividade? Ou contra elas? Um trabalhador da área metalúrgica agiria conforme os interesses dessa categoria nas suas decisões políticas? Ou, também, contra elas? são esses alguns exemplos de como um viés analítico, ou seja, descritivo

ou substantivo, não se sobrepõe a outro, mas são etapas de um caminho para uma análise mais completa de uma parte da elite política.

A representação proporcional ou descritiva nesta pesquisa não condiz com a afirmação de que a sociedade é feita de grupos coesos, pelo contrário, traz-se o questionamento de quem compõe a Câmara dos Deputados baseada na categoria geral dos empresários e seus diversos segmentos, os quais são heterogêneos, assim como os são em diferentes grupos sociais.

Quando certo tipo de profissão e a sua área específica tem acesso e de fato participa das decisões políticas, ela é mais representada? Quanto mais existe uma categoria dentro da Câmara Federal, mais essa categoria é beneficiada e, portanto, mais representada. E mais representada, é, circularmente, mais beneficiada.

Não podemos afirmar nesta dissertação que o “*standing for*”, ou seja, quando o político se posiciona ou discursa por alguém, o deputado federal cumpre seus interesses conforme a sua ocupação. Não podemos dizer que ele traz vantagens para a sua categoria, decidindo pelo âmbito coletivo ou não, assim, representando dentro da câmara federal, de maneira direta ou não, a sua classe. Nosso estudo de caso empírico não se estende até a verificação da votação dos deputados, mas se baseia na premissa de que estudar sua ocupação já tem relação com a determinação da qualidade de uma democracia porque, seja exercida ou não, abre a possibilidade de que os interesses de uma categoria profissional ou classe específica desequilibrem a igualdade da representação de vontades, da apresentação e da expressão de diferentes valores ou, mesmo, da imposição de legislação que beneficie um grupo em detrimento de outros.

Parte-se do pressuposto de grupos como um modo de relacionar que tais categorias pertencentes aos perfis presentes no legislativo federal têm peso de representação, o que demandam investigações de quais perfis compõem os grupos que consideramos “homogêneos”, partindo da hipótese de que tais categorias abrangem diferentes subgrupos e não um único.

Um bom exemplo, que não é o nosso caso de estudo específico, relaciona-se à representação feminina. Sobre como os movimentos de inserção de mulheres na política toma como política afirmativa as quotas para mulheres, e assim, como afirma Anne Phillips (1995, p.2), tais “[...]interesses são sobre gênero, mas não se presume que o conjunto de interesses das mulheres é unitário”.

A presença de tais grupos só pode ser aferida a partir do estudo de quem os compõem, ou seja, partir de alguma variável que especifique qual categoria é o objeto de análise para, enfim, descobrir o perfil em concreto dos indivíduos. Portanto, o estudo da representação

demanda, entre outras, a análise sobre a composição legislativa, assim como afirma Dahl (2012, p. 247):

Especificar a composição da minoria dominante é, naturalmente, essencial para que se possa fazer uma verificação empírica ou refutar uma teoria da dominação da minoria. [...] Mas as diferenças na composição da minoria dominante também terão consequências teóricas e práticas fundamentalmente diversas. Se a minoria dominante é uma classe homogênea com interesses essencialmente semelhantes e se, além disso, os interesses dessa classe são fundamentalmente conflitantes com os interesses da classe ou classes dominadas, não haverá ou será insignificante a competição eleitoral e partidária entre os membros da minoria dominante, ao passo que a competição política séria entre os representantes da minoria dominante e da maioria dominada presumivelmente não existirá.

O estudo da representação é um indicador da democratização contemporânea por meio do levantamento da representação parlamentar e seus perfis, o que traz o questionamento de qual é a relação entre o perfil daquele que representa com a representação em si (COTTA; BEST, 2007, p. 16). A ocupação, para os autores, faz parte da segunda dimensão do modelo de estudo, o qual representa o *background* social do parlamentar, e esse é um dos filtros para o recrutamento e representação, tendo reflexo direto na democracia.

Diante de todos esses argumentos, pretendemos utilizar o conceito de democracia representativa descritiva com a premissa da necessidade de participação das diferentes categorias de cidadãos nas decisões políticas, considerando que todo o povo esteja incluído na categoria de cidadão e, assim, representado e aumentando em grau a qualidade da democracia. No nosso caso, a variável essencial a ser explorada e descrita é a ocupação profissional, o grupo de interesse econômico — derivado do fato de que a ocupação profissional necessariamente se reflete no interesse econômico —, e, em especial, queremos estudar os empresários deputados federais.

No que segue, vejamos como a ciência política estuda as ocupações e, mais especificamente, como estuda a ocupação de empresário.

2 ESTUDOS SOBRE OCUPAÇÕES

O estudo sobre os empresários que ocupam assentos na Câmara dos Deputados necessita certamente de aprofundamento na literatura sobre os estudos de perfis profissionais ou ocupacionais na ciência política, já que, nesta pesquisa, estuda-se justamente a relação entre a ocupação profissional e representação política. Assim, neste capítulo, procuramos mostrar algumas abordagens que compreendem a composição legislativa e o recrutamento político e seu relacionamento com os estudos de perfis, especialmente da variável ocupação. Sendo assim, além do que analisamos no capítulo anterior, essas pesquisas também serão utilizadas nesta dissertação como referencial — teórico, metodológico e empírico — para o estudo sobre os empresários na Câmara dos Deputados brasileira na 55ª e 56ª legislaturas.

2.1 ESTUDOS SOBRE COMPOSIÇÃO LEGISLATIVA E RECRUTAMENTO

Consideramos de interesse analisar, ainda que com brevidade, o que os estudos internacionais sobre a composição legislativa dos parlamentos de outros países têm apresentado. Os levantamentos da literatura sobre os estudos de composição legislativa que sejam especificamente sobre a participação de empresários na política são poucos. O assunto do empresário que é político aparece nos estudos internacionais em meio a outras atividades profissionais.

Nicholas Carnes (2012), em seu artigo *Does the numerical underrepresentation of the working class in Congress matter?*, aborda a questão da presença da classe trabalhadora dentro do Congresso dos Estados Unidos no período de 1901-1996, associada com outras ocupações, como fazendeiros, empresários, outros setores privados compostos por médicos e arquitetos, advogados, políticos profissionais e profissionais de serviço básico, como os professores e assistentes sociais, na análise das votações específicas da agenda econômica. Como é demonstrado pelo autor, as votações possuem um padrão de correspondência em relação aos tipos de profissões declaradas pelos deputados, mostrando a relação das ocupações com as decisões políticas tomadas pelos ocupantes das cadeiras no Congresso. Desse modo, o autor conclui que a variável ocupação é consistente com a capacidade preditiva de comportamentos decisórios, nesse caso específico (CARNES, 2012, p. 8). Ainda, ele nota que esse tipo de indicador é, ao menos em parte, negligenciado pelos estudiosos da política americana quanto ao estudo sobre comportamentos, assim como pela literatura sobre representação descritiva e

substantiva no aspecto de classes, como afirma Carnes (2012). A partir desse questionamento, a pesquisa do autor passa a focar em responder se existe ou não uma relação entre o *background* de classes e as decisões políticas.³ A ocupação, assim, definiria condutas mais liberais, conservadoras ou até mesmo de meio-termo. Carnes (2012) confirma a sua hipótese de que empresários, fazendeiros e outros profissionais do setor privado tendem a ser mais conservadores nas questões econômicas. Já a classe trabalhadora, por sua vez, tende a ser mais liberal na economia. E mais, aqueles que não possuem profissões orientadas para o lucro, como os profissionais de serviços básicos e os políticos, advogados e defensores públicos se mantêm no meio-termo das decisões.

Do ponto de vista metodológico, Carnes (2012) partiu de 48 categorias ocupacionais, presentes em sua fonte de dados, para a sua própria codificação em sete categorias: donos de fazendas, empresários, outros profissionais do setor privado (médicos e arquitetos), advogados, profissionais do serviço básico (professores e assistentes sociais), políticos profissionais e trabalhadores (indústrias, fazendas e sindicatos). A maior presença, em todo o período coletado, é de advogados, que representam sempre de um a dois terços da casa. Em segundo lugar, com um peso de 20%, temos os empresários. Os perfis e ocupações em menor presença são os das mulheres, minorias raciais e trabalhadores, sendo que essas relações de ocupação, de 1901 a 1996, não tiveram grandes modificações durante todo o período. A exceção são os políticos profissionais, com um acréscimo em proporção em meados dos anos 1980, com uma leve queda na quantidade de advogados. No entanto, conclui-se que o congresso norte-americano ainda possui um viés de classe marcante. Carnes (2012, p. 22), assim, demonstra que as preferências econômicas dos representantes aparentam estar ligadas às suas ocupações, ou seja, como eles “ganham a vida”, em vez do tipo de educação que tiveram ou sua faixa de remuneração ou riqueza. Neste trabalho, na determinação das decisões, apesar das restrições e constrangimentos externos, como preferências ideológicas e lideranças partidárias, a ocupação predomina.

Finalmente, um corolário é de que a sub-representação numérica da classe trabalhadora importa, pois tem impacto direto na relação de decisões políticas. Quem participa e quem não

³ O material apresentado pelo autor foi extraído da *Roster of United States Congressional Officeholders and Biographical Characteristics of Members of the United States Congress*, um projeto de conjunto de dados biográficos dos parlamentares do período de 1789 até 1996, conhecido como ICPSR. Dentro desse conjunto de dados, Carnes possui como recorte temporal os anos entre 1901 e 1996. Além dos dados biográficos dos deputados, são utilizadas as dimensões de análise *roll-call vote*, o qual se baseia no voto falado de cada parlamentar e registrado o seu comparecimento e voto para responder à pergunta da relação de *background* social e decisões políticas. Tais dimensões são as DW NOMINATE, as quais fornecem uma análise durante um longo período, o que dificulta a medição das posições individuais sobre os problemas econômicos e a dimensão AFL-CIO'S, que foca a posição de cada membro, mas em um tempo mais curto de investigação.

participa do processo político e quem governa é muito relevante do ponto de vista ocupacional, pois esse fato tem influência no sistema democrático dos EUA, no sentido da qualidade da democracia representativa, como tratamos no capítulo anterior.

No artigo *MPs under The Fifth Republic: Professionalisation within a Weak Institution* Olivier Costa e Erik Kerrouche (2009) partem da proposição de que é relevante para os estudos da democracia a análise do que chamam de enfraquecimento das instituições e, para isso, é necessário voltar-se à elite política que compõe as instituições representativas. Tal fraqueza, considerada pelos autores, é a perda do papel originário da instituição, o que significa o aumento da profissionalização e a queda da representação criada pelo vínculo entre parlamentar e cidadão. Em particular, estuda-se a Assembleia Nacional Francesa.

Apesar dessa constatação, o objetivo do artigo não é investigar se a Assembleia Nacional Francesa, no período da 5ª República, de 1958 até 2008, é mais ou menos profissionalizada, mas sim analisar se esse período favoreceu o fenômeno do enfraquecimento, pela sua conversão em um local para profissionalizar políticos. Para tanto, o artigo apresenta suas investigações em dois momentos. O primeiro momento parte da perspectiva de que o processo da carreira parlamentar e dos perfis se tornam padrões, assim, iguais ao contexto legislativo. E o segundo momento lança luz sobre os fatores concomitantes que acentuaram a profissionalização da carreira parlamentar. Para isso, eles realçam as características em comum dos membros do parlamento e minimizam as diferenças de seus partidos políticos. Portanto, a análise focaliza as carreiras e perfis para aferir como se sucedeu a profissionalização frente às condições e processo dessa normalização.

A utilização da ocupação é posta de maneira a compreender a transformação progressiva dos perfis até atingir a predominância do político como profissão. O argumento da mudança interna do Parlamento inicia-se na exposição histórica das grandes mudanças na França no período de 60 anos, as quais se refletiram nas transformações ocupacionais da própria população. Os autores utilizam essa chave de pensamento para indicar que o caráter rural e os tipos de trabalhadores *blue-collars* diminuíram no país. E, em contrapartida, o caráter urbano e as ocupações *white-collars*⁴ teriam subido nesse período. Paralelamente, os autores consideram outras variáveis, como os diferentes tipos de exercício, ou seja, de comportamento dos membros do Parlamento nos cargos, podem ter tido, em parte, influência dessa profunda modificação na França (COSTA; KERROUCHE, 2009, p. 330).

⁴ Os *white-collars* fazem parte de categorias referentes a trabalhos que envolvem escritórios e gerências e podem pertencer a altos cargos executivos em empresas, mas não são os proprietários das empresas, já que esses pertencem à categoria “empresários” (*entrepreneurs, businessman, businesswoman*, etc.).

A descrição mais geral dos perfis da 5ª República é a de que, apesar das mudanças no contexto francês, o perfil dos parlamentares não foi afetado por essas transformações. Assim, desde 1958, as características desses membros permanecem na figura do homem, com mais de 50 anos, bem qualificado, geralmente com ocupação anterior em serviços públicos, com vantagens de *background* socioeconômico e profissional para acessar a Assembleia nacional ou manter seus cargos, assim, acumulando mandatos. Além disso, o histórico de já terem ocupado cargos como representantes eleitos localmente também exerce peso sobre entradas em partidos políticos. As origens sociais desses parlamentares são igualmente consideradas e identificadas a partir da classe e ocupação do pai do parlamentar. Os dados de 2007 demonstram que as origens desses parlamentares são em sua maioria de classe média e classe média alta, e que esta última classe significa de seis a sete vezes mais em comparação com a população geral. Somando-se as duas classes — média e média alta —, a composição resulta em 53,7% dos parlamentares.

Acerca das ocupações, o maior grupo é representado pelos gerentes e profissionais de alta exigência intelectual, enquanto o segundo maior grupo são os artesãos, lojistas e empresários. A respeito das profissões dos próprios MPs no período de 1968 a 2002, não ocorreram mudanças significativas na preponderância, ou seja, essas mesmas categorias são a maioria no Parlamento durante todo o período. Portanto, os autores afirmam que a classe trabalhadora ainda é exceção.

Apesar da escolha da variável ocupação para o estudo, a utilização dessa categoria sobre os próprios membros parlamentares evoca outra questão, a de que ocupação declarada não significa necessariamente a autodefinição das características dos parlamentares quanto à relação da identidade de si com a profissão. No entanto, o emprego dessa variável importa para os membros do parlamento como uma relação de aparência de vínculo com a sociedade, ou seja, o critério da ocupação é mais uma marca de imagem que eles querem projetar na sociedade que os permitem afirmar sobre a capacidade de campos específicos de competência dentro do exercício de seus cargos na Assembleia Nacional.

Costa e Karrouche (2009) finalizam seus achados e respondem à questão de pesquisa do artigo sobre a normalização advinda das condições favorecidas pela 5ª República em relação à profissionalização. Os autores argumentam que, por causa da longevidade da carreira política, as ocupações declaradas perdem o sentido para a política como profissão, assim, a profissionalização vai além do tempo no cargo, refletindo, durante a 5ª República, como eles asseguraram os meios necessários para devotar todas as suas atividades para cumprir o seu papel eleitoral, ou seja, se tornarem políticos profissionais. Tais recursos, condicionados pela

República, fecham o ensejo no processo de profissionalização de duas maneiras: primeiro, habilitam o membro do parlamento a não exercer o cargo de maneira amadora e, em segundo lugar, oferece os meios para a manutenção dos cargos e a consequente preparação para a reeleição, dentro do ambiente das melhores condições possíveis. Assim, o processo da profissionalização culmina na cumulação de mandatos o que acarreta, como foi dito, o fechamento do circuito institucional e a maior separação entre cidadãos e parlamentares.

O mesmo tema e objeto analisados por Costa e Kerrouche (2009) são estudados por Emiliano Grossman e Abel François (2011) no artigo *Who are the deputies of the fifth republic: some figures*. O país analisado é, novamente, a França, com o diferencial da consideração das variáveis dos partidos políticos. Os autores utilizam dados estatísticos das 13 legislaturas (1958-2007) para oferecer o retrato dos deputados e descrever a evolução deles durante o tempo. A justificativa para a contribuição desses dados vem de alguns debates mais normativos sobre representação. Primeiramente, a relação de representação da presença de um grupo homogêneo ou não de poder no parlamento em relação com a presença desse grupo na sociedade — nosso tema central. Em segundo, a imperatividade da representação orgânica, como a concordância sociológica entre eleitos e eleitores, mandatos, plataformas ou programas de partidos; e delinear um paralelo entre a 5ª república, a evolução constitucional, organizacional e prática.

Os autores confirmam algumas informações do estudo anterior de Costa e Kerrouche (2009) com algumas complementações sobre trajetória política: os MPs são em maioria homens (94%), nascidos na França metropolitana (92%), com idade aproximada de 52 anos. Eles foram eleitos, em sua maioria, a partir da segunda candidatura (83%) e são pertencentes ao espectro político mais à direita e ao centro (61%). Para um em cada dois deputados, um deles é eleito no distrito de nascimento, e quanto à trajetória política, eles tendem a completar, geralmente, de dois a três mandatos, e somente 13% deles não os finaliza. Sobre as ocupações, os parlamentares são em maioria servidores públicos ou executivos, sendo os trabalhadores *white-collars* a categoria de profissão mais predominante durante todo o recorte temporal, assim como indica o estudo de Costa e Kerrouche (2009).

Complementando os achados sobre a evolução dos perfis na 5ª República francesa de Costa e Kerrouche (2009), foi constatada a recente presença de mulheres, mas que, no entanto, ainda é baixa. Sobre as políticas alternativas, seus efeitos se relacionam mais ou menos com questões de gerações relativas à idade dos MPs. Apesar do grande período estudado, os autores concluem que a estrutura socioprofissional é particularmente estável, e a renovação dos deputados é circunstancial, sendo que eles raramente abandonam o cargo durante os mandatos.

Já Daniel Gaxie (2012, p. 166), por sua vez, contribuiu para o debate analisando a composição legislativa e sua correlação com a representação política e o universo social, demonstrando, por meio da análise de partidos franceses as suas respectivas lógicas de recrutamento, como o espaço político é algo como uma “imagem invertida” da estrutura social. Dessa maneira, quanto mais alta as ocupações na sociedade, por meio do cálculo do volume global do capital dos grupos, mais super-representada será a categoria^{5/6} dentro do espaço legislativo francês. A competição política, conforme o autor, aconteceria nesses moldes porque as camadas mais privilegiadas da sociedade teriam maior interesse no mundo político, fomentando suas supremacias sociais e autoridades políticas e, pautando, portanto, uma espécie de regra geral do recrutamento político (GAXIE, 2012, p. 166), assim, tendo mais entrada dentro do parlamento do que outras camadas sociais, como a dos trabalhadores.

Ainda, conforme o autor, o mecanismo passível de introduzir mudanças nesse quadro predominantemente elitista seria através das próprias organizações políticas, desenvolvendo regras sobre as condições de seleção. Assim, a organização dos partidos políticos importaria para contribuir para os filtros de entrada dos participantes na política: por meio dessas escolhas organizacionais partidárias, poderiam entrar pessoas de fora da elite. Seria esse, portanto, um meio de mudança no cenário político do contexto francês.

Pode-se comparar tal mecanismo proporcionado pelos partidos políticos como Gaxie (2012) analisou na França com o poderio organizacional quanto à definição de regras de organização e funcionamento no Brasil como autônomo previsto na Constituição Federal como o direito de liberdade dos partidos, pelo princípio da não intervenção ou da autonomia partidária. Portanto, os partidos possuem liberdade de exercer os filtros de seleção da representação política. Em vista disso, partidos políticos desempenham um mecanismo de seleção fundamental para o estudo retrospectivo dos perfis dos eleitos.

Além desses autores, a temática da composição legislativa é abordada nos estudos sobre as bancadas partidárias da Câmara dos Deputados brasileira, a exemplo de Rodrigues (2009). Com o eixo analítico na composição social, ideológica e sobre a representação partidária, esse autor analisa o parlamento brasileiro a partir das seguintes variáveis: ocupação, profissão, ideologia, patrimônio, instrução e a questão da regionalidade.⁷ Nesse trabalho, ele expõe a relação dos deputados federais e empresários no período de 1999 a 2003, evidenciando

⁵ Medida pelo volume global do capital (econômico, social e/ou cultural) de que dispõem os grupos de agentes.

⁶ Índice calculado deste modo: % de deputados originários de uma dada categoria social/ % dessa categoria na população ativa X 100.

⁷ Dimensões que também serão abordadas neste estudo.

a existência de uma “[...] uma relação consistente e coerente entre os meios sócio-ocupacionais de recrutamento partidário e as orientações político-programáticas dos partidos na escala ideológica direita-centro-esquerda” (RODRIGUES, 2009, p. 11).

Segundo a pesquisa, o grupo empresarial se distribui com maior proporção nos partidos de direita, menor proporção no centro, sendo quase inexistente na esquerda (RODRIGUES, 2009, p. 46). As faixas de patrimônio são dispostas entre: baixo patrimônio (menos de 200 mil), médio-baixo patrimônio (200 mil a menos de 500 mil), médio-alto patrimônio (de 500 mil a 2 milhões) e alto patrimônio (mais de 2 milhões). No cruzamento de ocupações/profissões e patrimônio, o autor notou uma maior parcela de empresários na faixa de médio-alto e alto patrimônio (acima de 2 milhões de reais). Em suas palavras:

Os empresários (168 casos) estariam concentrados na classe alta e na média-alta (77%). Na classe média-baixa estão somente 7% deles e, na média-média, 15%. Portanto, a tendência predominante dos deputados que eram empresários é de estarem nas duas faixas superiores (RODRIGUES, 2009, p. 71).

Rodrigues também identifica padrões de perfis associados aos partidos, constatando uma mudança na composição social da Câmara entre as duas legislaturas analisadas, atribuindo peso à variável institucional da eleição do Partido dos Trabalhadores (PT) e à sua posição de governo. O autor, por meio da análise desses perfis, argumenta sobre a existência do fenômeno da “popularização”. O termo “popularização” é compreendido por Rodrigues como um indicativo da diminuição do espaço ocupado por perfis mais elitistas, ou seja, de eleitos que representam categorias sociais que refletem alto *status* social.⁸ O argumento que caracteriza e fundamenta o conceito de popularização, então, é de que as ocupações tipicamente de classe média, mas com alto nível de ensino, ganharam espaço dentro da composição social dos perfis eleitos após a vitória do Partido dos Trabalhadores. Portanto, o fenômeno ocorre pela redução de espaços das elites tradicionais dentro do campo analisado (RODRIGUES, 2009 p. 22). Apesar da redução do espaço, ainda conforme os dados apresentados pelo autor, os empresários representam o maior número de eleitos na 51ª (44,8%) e 52ª (37%) legislaturas. A segunda categoria que possui mais espaço é predominantemente representada pelas profissões de médico, advogado e engenheiro, as quais o autor considera como profissionais liberais.

De um lado, essa investigação proporciona uma vasta exposição da metodologia e a sua aplicação nas ciências sociais sobre a análise da elite política na Câmara dos Deputados.

⁸ São consideradas as profissões de alta renda e *status* social, os empresários urbanos, rurais e mistos, esses últimos são uma junção dos dois primeiros (RODRIGUES, 2006, p. 29-35).

Dessa maneira, o estudo sobre “quantos são e quem são os empresários no Poder Legislativo Federal” traz duas questões para esta pesquisa: primeiro, qual é o número de empresários na Câmara dos Deputados, e segundo, quem eles são? Partindo do ponto de que a categoria que eles carregam os define, a ocupação nesta dissertação será a medida quanto a possível super-representação desse grupo.

Em outro artigo, Codato, Costa e Massimo (2014) atribuem parâmetros sobre as profissões que denotam alta, média ou baixa disposição para a política conforme a flexibilidade da carreira quanto ao tempo, ao seu *status* social e ao seu nível de afinidade com a política. As categorias, então, são um reflexo da realidade do Congresso, que é predominantemente composto por categorias de alta disposição (advogados) e média disposição (empresários), demonstrando também que a competição política ocorre entre os grupos que ocupam posições altas nas hierarquias sociais — assim como fora investigado por Gaxie (2012) no contexto da Assembleia Francesa.

Por sua vez, Campos e Machado (2017, p.138)), considerando a dimensão explorada por Gaxie (2012) e a categorização das ocupações por nível de disposição para a política, investigam quais são os mecanismos excludentes em relação aos candidatos pretos e pardos. Os autores cruzam os dados categorizando-os em “brancos” e “não brancos”, associando e comparando dados sobre oferta de candidaturas e eleitos por estado, disposição política,⁹ recursos de campanha e acesso aos partidos mais ou menos competitivos. Resumidamente, os autores concluíram que a exclusão dos não brancos pode ser explicada, em grande medida, pelos critérios da origem de classe, ou seja, o *status* das suas ocupações combinadas ao acesso à partidos competitivos. Ser de classe alta, ocupando profissões de alta remuneração, tem um impacto substantivo, inclusive no recrutamento de partidos maiores, o que difere dos partidos menores que tendem a recrutar mais não brancos. Como a origem de classe dos não brancos assim como a proporção destes nas profissões com maior *status* social são enviesadas para o contrário do que é o recrutamento dos maiores e mais competitivos partidos políticos, a consequência se revela no pequeno número de não brancos nestes mesmos partidos.

⁹ Disposição é a relação da profissão do candidato e as suas variáveis, as quais são: a) carreira flexível (férias generosas, disponibilidade de tempo e autonomia profissional); b) *status* social (posição da ocupação perante outras de acordo com o reconhecimento e o prestígio socialmente compartilhado numa dada comunidade); e c) afinidade com atividade política (ocupações que permitem familiaridade com a máquina pública e com os estratagemas da política ou propiciam uma rede de contatos importantes no meio). Decorrem daí três categorias de ocupações que reúnem, de maneira diferente, os requisitos estipulados para se dar bem no negócio da política: profissões com alta disposição para a atividade política, com média disposição para a atividade política ou com baixa disposição para a atividade política (CODATO, COSTA, MASSIMO, 2014, p. 335-336).

Diante desse levantamento da literatura, pode-se perceber que na maioria dos países citados os empresários não são maioria nas Assembleias, mas sim os advogados, servidores públicos, gerentes, políticos profissionais e os trabalhadores *white collars*, os executivos de setores privados.

Contudo, como mostraremos a seguir, existem problemas metodológicos com a autodeclaração para definir a categoria ocupacional, assim como existem problemas com a definição de empresário. Desse modo, o próximo tópico trata dos dilemas do uso da variável ocupação autodeclarada, e no próximo capítulo discutiremos a definição de empresário.

2.2 DILEMAS DA VARIÁVEL OCUPAÇÃO AUTODECLARADA

A variável ocupação, na maioria das vezes, promove o tom das coletas de dados e análises dos perfis de candidatos e eleitos que concorreram à Câmara dos Deputados, inclusive na construção do quadro da sua composição em termos de quais categorias são mais ou menos preponderantes. No entanto, assim como apresentado nos trabalhos que abordaram o fenômeno da popularização e a crescente profissionalização dos políticos, a variável ocupação é autodeclarada, desse modo, ela é passível de apresentar certas inconsistências, inclusive quando agregadas pelos pesquisadores.

A escolha da declaração da ocupação, diferentemente de outros dados, como a declaração de bens, certidões criminais (negativas), eleitorais e certificados de ensino básico, médio ou superior, não segue trâmites de confirmação documental no aplicativo Candex, de uso obrigatório para o cadastramento dos candidatos. Partindo dessa condição atributiva do candidato, reavalia-se certos números em comparação com dados de outras fontes, além do TSE, para corroborar a tese das limitações existentes ao estudo sobre composição legislativa, e consequentemente, representação social na política.

Para exemplificar a contradição e não confiabilidade da ocupação autodeclarada, demonstra-se como a categoria “políticos profissionais” pode ser numericamente maior do que fora demonstrado. Tal categoria foi escolhida pelo fato da sua acessibilidade quanto à busca nos dados eleitorais e da comparabilidade diante dos estudos sobre a crescente ocupação dos políticos de carreira e sobre os estudos de composição legislativa dentro da ciência política.

Neste levantamento utiliza-se do mesmo método de coleta das ocupações nos trabalhos de recrutamento político e composição, ou seja, a autodeclaração. Conforme esses estudos, os

deputados que se declaram como “deputados”, “vereadores” e “senadores”, e são considerados como políticos profissionais, sofreram aumento na sua proporção durante o período de 1998 até as legislações atuais, compondo o acréscimo da categoria “políticos de carreira” e “políticos profissionais”. A categoria é encontrada e analisada conforme o seu universo total de candidatos e quantos se elegem, no entanto, como ela é declarada pelos próprios candidatos, podem existir divergências do universo declarado com a real carreira política do eleito.

A categoria “político profissional”, quando agregada em deputado, senador e vereador, pode acarretar divergências dos resultados quando comparados com o universo dos que se declaram somente como “deputado”. Assim, foram levantados os dados dos bancos do TSE de 2006, 2010, 2014 e 2018, que remetem somente à ocupação “deputado” e assim possibilita a observação da diferença entre o total de candidatos que se autodeclararam “deputados” em relação aos índices de recandidatura, os políticos que já se posicionavam como mandatários.

Podemos exemplificar, de maneira mais clara, a divergência entre declaração de ocupação do candidato e real pertencimento à categoria política, quando comparamos a porcentagem de políticos (deputados) autodeclarados concorrendo à eleição e a porcentagem dos deputados que já exerciam cargo na eleição anterior e que concorreram à reeleição, ou seja, os mandatários, entre os anos que se têm acesso aos dados.

Dividimos o quadro a seguir entre “candidatos declarados como deputados”, que representam os candidatos que se autodeclararam como deputados proporcionalmente ao total de candidatos ao ano da eleição, e “candidatos mandatários à reeleição”, caracterizando a porcentagem de deputados que tentaram oficialmente a reeleição dentro do universo total de candidaturas conforme a fonte do TSE.

QUADRO 1 – CANDIDATOS QUE SE DECLARARAM DEPUTADOS *VERSUS* CANDIDATOS EM REELEIÇÃO

Ano da eleição*	Candidatos declarados como deputados**	Candidatos mandatários à reeleição***
2006	12,62%	25,4%
2010	18,83%	28,50%
2014	13,41%	21,02%
2018	7,07%	11,70%

*A porcentagem total de candidatos que se declararam como deputados e a porcentagem total dos candidatos em reeleição são proporcionais à quantidade de candidatos ao todo, no ano de eleição (considerando os deferidos e deferidos com recursos, N=8.482).

**N=981

***N=1.643

FONTE: TSE e DIAP, quadro elaborado pela autora.

A análise da representação social e seus níveis dentro do parlamento enfrenta alguns limites que correspondem às diferentes declarações sobre a variável “ocupação”, como podemos observar na consequente porcentagem de eleitos autodeclarados como deputados no ano de eleição e aqueles que são deputados de fato reeleitos no ano da eleição.

QUADRO 2 – CANDIDATOS QUE SE DECLARARAM “DEPUTADOS” ELEITOS *VERSUS* REELEITOS

Ano da eleição*	Eleito autodeclarado deputado**	Mandatário reeleito***	Índice de reeleição
2006	42,49%	52,02%	60,41%
2010	52,24%	55,75%	70,76%
2014	47,36%	53,21%	70,54%
2018	45,61%	47,95%	60,00%

*A porcentagem de eleitos declarados e deputados reeleitos é proporcional ao número de eleitos em cada ano. (N=513).

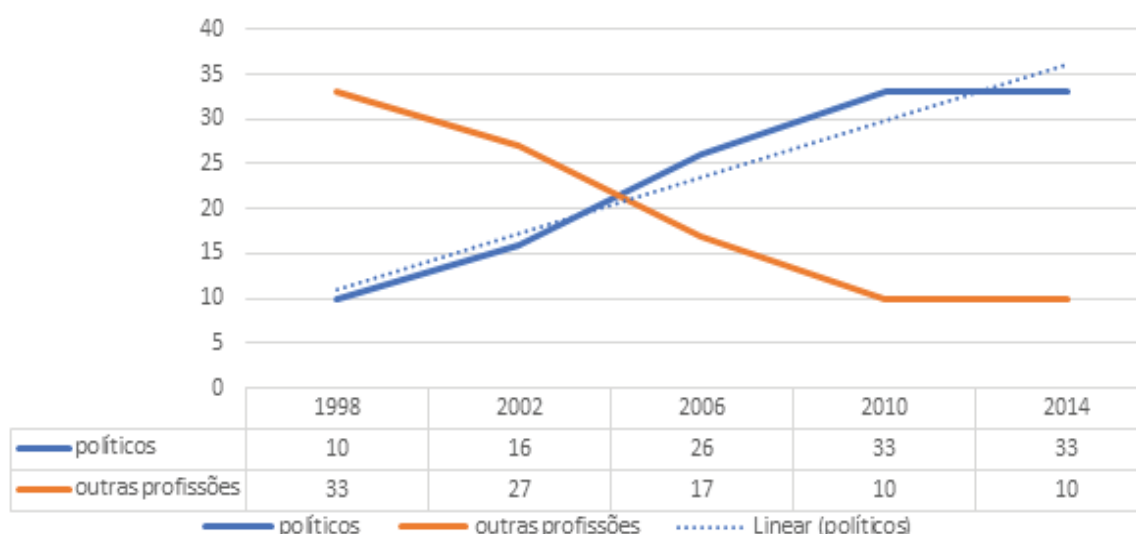
**N=963.

***N=1.072.

FONTE: Dados do TSE e DIAP, quadro elaborado pela autora.

Finalizando a exploração dos dados sobre ocupações autodeclaradas e o seu limite de análise das categorias sociais dentro da câmara, elenca-se os 43 deputados federais que permaneceram eleitos desde 1998 até 2015, ou seja, 5 legislaturas que traz a dinâmica da autoatribuição dos deputados quanto ao que eles consideram como suas principais atividades durante essas legislaturas.

GRÁFICO 1 – OCUPAÇÃO DECLARADA DOS 43 DEPUTADOS NO CONTÍNUO 1998 A 2014



FONTE: Banco do Observatório das elites sociais e políticas do Brasil, gráfico formulado pela autora.

Percebe-se que a linha da tendência de políticos aumenta em número de autodeclarações como deputado a partir de 2006, no entanto, esses dados corroboram a tese da livre atribuição das ocupações como limitações para a análise sobre a representação social no Congresso. Apesar de ser um número de amostra pequeno de deputados que se autodeclaram como outras profissões que não a de político, ele é significativo, já que esses 10 deputados federais exercem efetivamente a carreira de político profissional ao longo das 5 legislaturas. A permanência de 10 atribuições a outras ocupações nos dois últimos anos são, em 2010: médico (3), contador, advogado (2), assistente social, psicólogo, professor de ensino superior e empresário; em 2014: médico (3), engenheiro, economista, empresário, outros, psicólogo e advogado.

Diante desse levantamento, percebe-se a sobrerrepresentação de grupos que ocupam altas posições na sociedade na Câmara dos deputados, o que coloca em questão qual é o real nível de representatividade social de certa categoria, neste caso de trabalho, os empresários dentro da esfera política. Assim, utiliza-se, como veremos na metodologia, de outra espécie de coleta a partir da não autodeclaração para contabilizar os tipos de atividades como parâmetro para analisarmos a não correspondência da ocupação autodeclarada com o real exercício de atividade empresarial que é exercida pelos deputados, portanto, provando como a realidade é em si contrária ao declarado.

3 A EMPRESA E O EMPRESÁRIO COMO CONCEITO

Neste capítulo consideram-se o empresário e a empresa como conceitos, mostrando como empregamos esses termos na pesquisa. Trabalhamos esses conceitos principalmente com base no Direito Comercial, procurando também uma definição ampla e utilizável para a pesquisa pretendida. Primeiramente, apresentamos a definição de empresário e empresa na legislação e o que pode ou não ser considerado empresário a partir da legislação vigente brasileira, bem como a definição do Código Civil Italiano sobre empresa, além da chamada “teoria poliédrica” de Alberto Asquini, ficando, em especial, no que se denomina perfil subjetivo. Utiliza-se nesta dissertação, adicionalmente, da concepção metodológica sobre os grupos classificáveis como de empresários a partir do trabalho de Leôncio Martins Rodrigues. Então, este último trabalho é utilizado em conjunto com o perfil subjetivo de que falamos. Depois, apresentamos quais são as atividades empresariais consideradas nesta dissertação, como os setores de atividade econômica.

3.1 EMPRESA E EMPRESÁRIO NAS DEFINIÇÕES LEGAIS E METODOLÓGICAS

A partir da legislação brasileira, conforme o art. 966, Código Civil Brasileiro de 2002, temos a definição de empresário dentro da dimensão da sociedade empresária: “Considera-se empresário quem exerce profissionalmente atividade econômica organizada para a produção ou a circulação de bens ou de serviços”. Essa definição de empresa tem origem no Código Civil italiano de 1942. O direito italiano influenciou bastante o direito comercial brasileiro. Dentro disso, sobressai como importante considerar os chamados perfis de empresa de Alberto Asquini, estudioso italiano do direito comercial que formula o que se conhece por “teoria poliédrica” (ASQUINI, 1943, p. 109-110). A teoria poliédrica de Asquini descreve as empresas como possuindo uma série de perfis, sendo eles o perfil subjetivo, o funcional, o objetivo ou patrimonial e o institucional ou corporativo.

A seguir, explica-se cada um desses perfis e a sua contextualização na doutrina, o que deriva para a legislação recente brasileira, já que o código civil brasileiro adotou o conceito de empresa e empresário a partir do direito italiano e dessa doutrina.

O perfil subjetivo vincula a definição de empresa ao empresário. Assim, a empresa é, nesse sentido, sinônimo de empresário. Já a teoria do perfil funcional se refere à atividade empresarial definida para um determinado escopo produtivo, isto é, considera o que a empresa

oferece, em que ramo de atividade econômica atua. Por sua vez, o aspecto objetivo ou patrimonial também representa o complexo de relações jurídicas que englobam os bens da empresa, em um sentido muito próximo (ou igual) à visão da contabilidade. Por fim, o perfil corporativo diz respeito à organização de pessoas e colaboradores que compõem a empresa.

Embora a empresa, segundo essa doutrina, seja justamente o complexo de perfis apresentados por Asquini, nesta dissertação, utiliza-se do perfil subjetivo, uma vez que estamos interessados principalmente nas pessoas dos empresários. Exatamente nesse sentido, Ricardo Negrão (2012) relaciona esse perfil à análise de Waldirio Bulgarelli, o qual considera a legislação vigente brasileira como adotando principalmente os perfis funcional, objetivo e, o que nos interessa, principalmente, o subjetivo, já que na legislação o empresário é tomado como figura da empresa (NEGRÃO, 2012, p. 68).

O conceito subjetivo de empresário, como pessoa jurídica, e o da legislação brasileira, a qual considera o perfil do empresário como empresa, têm importância capital para nosso trabalho porque investigamos quem é político e empresário. É claro que importa a funcionalidade da empresa também, pois trataremos dos diferentes setores de atividade, bem como investigaremos o patrimônio, já que cotas de participação são importantes para determinar quem é o empresário. Mas é importante dizer que o foco recai sobre a subjetividade do empresário. É ele, como político, como parlamentar, que vai tomar decisões e que, em especial, é o centro das mediações entre o desempenhar a atividade política e a atividade parlamentar, de legislador e fiscalizador.

É importante frisar o que não é considerado empresário, assim como a norma indica no parágrafo único do art. 966, CC/02: “Não se considera empresário quem exerce profissão intelectual, de natureza científica, literária ou artística, ainda com o concurso de auxiliares ou colaboradores, salvo se o exercício da profissão constituir elemento de empresa”. A classificação desses profissionais que não são considerados empresários, mas possuem CNPJ, tem como natureza jurídica a sociedade simples, assim, não são classificadas como sociedades empresariais que possuem elemento constitutivo de empresa, existe a exceção: “salvo se o exercício da profissão constituir elemento de empresa” (CC, art. 966).

A partir da exceção acima, têm-se profissionais liberais que exercem atividade que constitui elemento de empresa, portanto, são considerados empresários, assim, esses profissionais em especial são coletados nesta dissertação quando constituem empresas a partir da referida lei.

Dito isto, vamos nos valer também do conceito de Leôncio Martins Rodrigues quanto a algumas considerações do que é empresário no que ele chama de prática. Leôncio Martins

Rodrigues (2009), em nossa opinião, classifica empresário de uma maneira mais abrangente, compreendendo a habitualidade e os riscos de participar de uma sociedade empresária, de participar de atividade econômica. É conceito semelhante, uma vez que analisa a subjetividade da empresa na forma do empresário, considerando como a pessoa desempenha a atividade e corre riscos. Vale a pena analisar nas palavras do próprio autor como ele considera os empresários:

[...] homens de negócio, proprietários, diretores e sócios de empresas (aí incluídos hospitais, estações de rádio e TV e estabelecimentos escolares), comerciantes, administradores de empresas, corretores, acionistas, fazendeiros, administradores de fazenda, enfim todos os que têm atividades ligadas ao mercado, não importando a dimensão do empreendimento. [...]. Donos e sócios de empresa podem manter a propriedade passando a administração cotidiana para outros sem deixar de ser empresários. Se forem sócios, podem manter essa condição (RODRIGUES, 2009, p. 12-13).

Sua definição talvez seja por demais ampla, pois, de certa maneira, vai abarcar todos os que têm atividade ligada ao mercado. Porém, ao mesmo tempo, ela aponta em um sentido importante, o da ideologia dos empresários considerados como “homens de negócio, proprietários, diretores e sócios de empresas (aí incluídos hospitais, estações de rádio e TV e estabelecimentos escolares), comerciantes, [...] os que têm atividades ligadas ao mercado” (RODRIGUES, 2009, p. 12), e os sócios-administradores e sócios das atividades empresariais. O interesse e as decisões como político podem estar ligados ao exercício de atividades ligadas ao mercado, ou, ainda, a um mercado específico. Por exemplo, pensemos no que se chama de bancada ruralista.

Assim como Rodrigues (2006), adotamos o conceito de sócios como empresários, já que eles possuem responsabilidades solidárias, por exemplo, em caso de sociedades limitadas (Ltda.). Indica, por exemplo, o art. 1.052, CC/02: “Na sociedade limitada, a responsabilidade de cada sócio é restrita ao valor de suas quotas, mas todos respondem solidariamente pela integralização do capital social”. Da mesma forma, é afirmado no 9º do Decreto n. 3.708/19: “Em caso de falência, todos os sócios respondem solidariamente pela parte que faltar para preencher o pagamento das quotas não inteiramente liberadas”. Assim, existe a responsabilidade frente à sociedade de integralizar o capital (COELHO, 2011, p. 156). A responsabilidade em uma sociedade econômica é de suma importância para a relevância do que é empresário ou não nesta dissertação. Considera-se uma sociedade limitada, por exemplo, uma constituição social da qual cada sócio é responsável por valores das quotas, assim garantindo

aos titulares distinção precisa entre o patrimônio da sociedade e o patrimônio pessoal dos sócios (ROVAI, 2007, p. 45), nisso consideradas as sociedades de responsabilidade limitada.

Em síntese, Negrão exemplifica no Quadro 1 o que pode ou não ser considerado empresário.

QUADRO 3 – EXERCÍCIO DE ATIVIDADE EMPRESARIAL

INDIVIDUAL	COLETIVO
Empresário individual e empresa individual de responsabilidade limitada (art. 966 e lei n.º 12.441/2011)	Sociedade empresária (art. 983)
EXERCÍCIO DE ATIVIDADES NÃO EMPRESARIAIS	
INDIVIDUAL	COLETIVO
<p>Profissional (autônomo): atividades não empresariais, tais como: intelectuais, científicas, literárias ou artísticas.</p> <p>Faculta-se a estes profissionais a constituição de empresa individual de responsabilidade limitada (art. 980-A, parágrafo 5º).</p>	<p>– Associações – sem fins econômicos (art.53).</p> <p>– Fundações – de fins religiosos, morais, culturais e de assistência (art. 62).</p> <p>– Sociedade simples – atividade lucrativa não empresária (arts. 982 e 997 a 1.038).</p>

FONTE: Obra de Negrão (2012).

O empresário, neste caso em estudo o deputado que exerce concomitantemente a profissão empresarial, é aquele que tem como escopo de atividade importância na sua função exercida como dono ou sócio de empresas que dependem da sua colaboração diária que tem impacto no mercado econômico. Para ser considerado empresário individual, “o indivíduo precisa que seus atos sejam registrados em junta comercial” (ROVAI, 2007, p. 41), assim, a transformação em sociedade é feita pela atualização das informações na junta e consequentemente o cadastro na receita federal, o qual, por meio do CNPJ, configura a transparência da consulta e que é utilizado nesta pesquisa.

Desse modo, considera-se essa figura que compartilha em meio aos outros sócios ou tem em si o empresário individual como o elemento subjetivo do empresário dentro da sua importância para a configuração nesta pesquisa como o objeto perseguido, aquele que tem relevância no estabelecimento, ou seja, por meio da constituição de sociedade ou de uma empresa individual, exerce papel fundamental de responsabilidade ou solidariedade na sociedade empresária.

Estuda-se, portanto, as sociedades personificadas¹⁰ na figura dos sócios que detêm, de maneira subjetiva, na figura do empresário, a alocação de responsabilidades. A partir do Direito Civil, a sociedade personificada se dá pela constituição por meio do contrato social de determinação da obrigação recíproca entre as pessoas deste quadro a contribuir, com bens ou serviços, para o exercício de atividade econômica e a partilha, entre si, dos resultados (ROVAI, 2007, p. 2).

A sociedade é a empresa,¹¹ assim, é sinônimo de atividade e envolve os conceitos de profissionalismo, ou seja, a habitualidade do negócio, a perspectiva econômica, e a sua organização. Temos, deste modo, a figura do empresário, tal como no perfil subjetivo, a união de esforços para montar um patrimônio que deverá gerar resultado, a habitualidade no desempenho da função – essa função que diz respeito a atuar em uma atividade específica – e, finalmente, o risco, a responsabilidade por aquilo que decorre de constituir a empresa e exercer a atividade. Nosso conceito, portanto, é um misto da teoria poliédrica, com foco principalmente no subjetivo, com a teoria de Rodrigues, que traz a habitualidade e o risco.

Sobre as atividades, ressalta-se as que são consideradas neste trabalho: as atividades de produção de bens, como a indústria e de circulação de bens, como os comércios atacadistas e varejistas e venda e produção de bens ou serviços prestados a terceiros.

Desse modo, assume-se, nesta dissertação o empresário a partir do conceito do perfil subjetivo de empresário, a definição da legislação brasileira e da metodologia de Rodrigues (2009) quanto a considerar empresários os sócios e sócios-administradores das sociedades empresariais.

¹⁰ A pessoa jurídica não se confunde com as pessoas que a compõem (COELHO, 2011, p. 138).

¹¹ Na construção do conceito de sociedade empresária, dois institutos jurídicos servem de alicerces. De um lado, a pessoa jurídica, de outro, a atividade empresarial. Uma primeira aproximação ao conteúdo deste conceito se faz pela ideia de pessoa jurídica empresária, ou seja, que exerce atividade econômica sob a forma de empresa. É uma ideia correta, mas incompleta ainda. Somente algumas espécies de pessoa jurídica que exploram atividade definida pelo direito como de natureza empresarial é que podem ser conceituadas como sociedades empresárias. Além disso, há pessoas jurídicas que são sempre empresárias, qualquer que seja o seu objeto. Um ponto de partida, assim, para a conceituação de sociedade empresária, é o da sua localização no quadro geral das pessoas jurídicas (COELHO, 2011, p. 135).

4 METODOLOGIA

Para o desenvolvimento da pesquisa, foi, primeiramente, realizada uma coleta no banco de dados do Tribunal Superior Eleitoral das informações prestadas pelos 1.026 deputados eleitos nas eleições de 2014 e 2018. Deste banco de dados, extraímos os nomes dos deputados, seus respectivos estados de eleição, o acesso à declaração de bens – à qual tivemos acesso com certas limitações – e a ocupação autodeclarada, a fim de comparação com os dados coletados dos bens dos quais obtivemos as atividades dos deputados.

A busca primária dos dados se baseia na declaração de bens. No entanto, foram encontradas dificuldades quanto à transparência de sua divulgação, em especial no tocante a possíveis participações empresariais. Os deputados, muitas vezes, declararam “quotas e quinhões” ou “participações societárias” ou, ainda, somente “empresa”, ou não declararam nenhum bem. Assim, o nome das empresas das quais faziam ou fazem parte não foi revelado e, portanto, não tivemos acesso a um número expressivo de possíveis empresários. Tampouco, é claro, pudemos determinar o ramo de atuação do parlamentar.

Assim, as informações de autodeclaração do TSE foram completadas com outras fontes,¹² tais como: o Dicionário-Histórico biográfico brasileiro, o *site* da Controladoria-Geral da União (CGU), o *site* da Câmara dos Deputados, os arquivos sobre os devedores do INSS e devedores da União cedidos pela Fazenda Nacional, *site* de notícias e jornais como *O Globo*, *Folha de S. Paulo*, *Poder 360* e o *site* Brasil.io.org. Adicionalmente, foi utilizado o Sintegra¹³ para a busca de fornecedores de impostos sobre circulação de mercadorias e serviços (ICMS). Além dessas fontes, foram feitas buscas nos dados de eleições anteriores, para verificar quais empresas os parlamentares faziam ou fazem parte. Isso porque, em diferentes eleições, os deputados declararam as empresas de diversos modos. Por exemplo, em algumas eleições, os deputados publicavam o nome das empresas, e em outras, não.

O banco de dados elaborado, também, contém quais são os tipos de empresas, de atividades, de quadro societário e o capital social das empresas. Tais informações foram retiradas por meio da busca do Cadastro Nacional da Pessoa Jurídica (CNPJ), encontrado na ferramenta de busca do Google, com a busca “NOME DA EMPRESA + CNPJ” ou “NOME DO EMPRESÁRIO + CNPJ”, e em seguida, usado o CNPJ no *site* da Receita Federal, o qual,

¹² Vide referências.

¹³ O Sintegra fornece o nome de quem contribui com o ICMS, demonstrando se existe vínculo entre o CPF ou CNPJ ou inscrição estadual do contribuinte. Para isso, o *site* solicita o número do CNPJ, ou inscrição estadual ou CPF da inscrição do colaborador, no entanto, cada estado diferencia a solicitação por meio de todos ou somente um método.

por meio do CAPTCHA,¹⁴ dificultou a velocidade da busca. Esse tipo de pesquisa pode ser feito apenas para a legislatura iniciada em 2014, já que, para aquela iniciada em 2018, esse método não teve sucesso, por motivos que não conseguimos descobrir. Para a 56ª legislatura, utilizamos de maneira recorrente o *site* Brasil.io,¹⁵ o qual nos forneceu o vínculo entre o nome do deputado e a sua conexão com pessoas jurídicas e, assim, informações para os CNPJ no *site* da Receita Federal. Além disso, como dito acima, utilizamos fontes jornalísticas para fazer dupla checagem, quando foi possível, buscando o nome dos deputados e das empresas. Esse método conseguiu confirmar algumas informações.

A escolha pelo uso do CNPJ vem do fato de que toda empresa deve possuir tal cadastro, assim como regulado pela Instrução Normativa RFB n.º 1836, de 27 de dezembro de 2018. Todo indivíduo que possui CNPJ não necessariamente possui uma empresa, desse modo, foram verificados cada CNPJ de cada deputado, com o objetivo de apurar se esses participavam de sociedades empresárias ou não. A diferença das sociedades empresárias ou outras é que não são consideradas empresas com elemento e objeto econômico sociedades como as cooperativas, associações, fundações e as sociedades simples, estas, geralmente, ligadas aos profissionais liberais e autônomos. Esses não apresentam o objeto de caráter empresarial, mas sim de “profissão intelectual, de natureza científica, literária ou artística, [...] salvo se o exercício da profissão constituir elemento de empresa” (art. 99, CC/02).

Em termos simples, podemos dizer que um deputado médico, dentista ou consultor empresarial, por exemplo, possui um CNPJ de sociedade simples para manter seu consultório ou escritório; contudo, sua atividade econômica é de profissional liberal ou autônomo, não de empresário que conjuga patrimônio, dirige a empresa como hábito principal de trabalho ou corre o risco de investimento em atividade empresarial estrita. Mas, diante da constituição do elemento de empresa, existem profissões intelectuais, de natureza científica, literária ou artística que integram elementos de empresa e, assim, a pessoa jurídica é de fato uma empresa, e estas foram consideradas nesta dissertação. Essa é a diferença, por exemplo, entre um dentista que é dono de uma empresa de assistência odontológica, ou um médico que é dono de um laboratório de exames clínicos, e um dentista ou um médico que mantêm seus consultórios voltadas principalmente para sua prática profissional cotidiana.

Da mesma forma, não são considerados empresários os deputados que possuem ações em sociedade anônimas abertas, já que estes não obtêm o controle da empresa, ou o fazem de

¹⁴ Uma ferramenta *antispam* que se dá por um desafio cognitivo, para diferenciar se o usuário da página é humano ou uma aplicação de computador, como o *bot* (robô).

¹⁵ *Site* de dados abertos proporcionado por Álvaro Justen com fonte original da Receita Federal.

forma bastante limitada. Eles são sim acionistas, dentro do mercado de capitais, o que ultrapassa e se insere em outro nível de análise, fora do objetivo desta pesquisa. Portanto, os deputados considerados empresários são aqueles que possuem vínculo com o CNPJ que se refira à posse de quotas e quinhões de empresas e participações societárias e, assim, são sócios ou sócios-administrativos.

Os deputados que possuem fazendas também foram contabilizados dentro da categoria agropecuária, já que estes estão voltados à atividade agropecuária de natureza empresarial. A busca dos detentores de fazendas teve menos sucesso, visto que, mesmo na declaração de bens, tem sido demonstrado que alguns deputados possuíam animais e terrenos rurais, mas isso, *per se*, não pode corroborar automaticamente que eles possuíam de fato a atividade agropecuária, já que, para isso, seria necessária a comprovação de número de inscrição estadual, e muitos deles não a declararam. Ainda, não existiam na busca do Sintegra de alguns estados a opção de procura das inscrições estaduais pelo Cadastros de Pessoas Físicas (CPF), o que impossibilitou a procura e verificação da existência dos tipos de fazendas, suas atividades específicas e seus portes.

O banco de dados foi feito a partir das seguintes variáveis:

QUADRO 4 – VARIÁVEIS DO BANCO DE DADOS

Variáveis do banco de dados
Nome do deputado
Estado de eleição
Partido
Ocupação autodeclarada do TSE
Cadastro Nacional de Pessoas Jurídicas (CNPJ)
Natureza jurídica da empresa (tipo da sociedade empresarial, por exemplo, sociedade empresária limitada)
Atividade econômica específica
Atividade econômica geral
Patrimônio da empresa
Tipo de sócio

FONTE: Elaborado pela autora.

Essa forma de coleta tem a especificidade de demonstrar os segmentos da atividade empresarial, indo além da autodeclaração e prover a análise que vai além da categoria homogênea.

Sobre a classificação das atividades, baseamo-nos nas profissões tabeladas pelo Instituto Brasileiro de Geografia e Estatística (IBGE), e na Comissão Nacional de Classificações (CNAE),¹⁶ as quais promovem, a partir do sistema estatístico, classificações nacionais fundamentadas nas regras internacionais das atividades profissionais. Tais classificações nos trazem as divisões das atividades específicas, assim como demonstradas na Figura 1, Figura 2 e Figura 3, retiradas do *site* do IBGE:

FIGURA 1 – SEÇÕES DE ATIVIDADES DO CNAE

Seção	Divisões	Denominação
A	01 .. 03	AGRICULTURA, PECUÁRIA, PRODUÇÃO FLORESTAL, PESCA E AQUICULTURA
B	05 .. 09	INDÚSTRIAS EXTRATIVAS
C	10 .. 33	INDÚSTRIAS DE TRANSFORMAÇÃO
D	35 .. 35	ELETRICIDADE E GÁS
E	36 .. 39	ÁGUA, ESGOTO, ATIVIDADES DE GESTÃO DE RESÍDUOS E DESCONTAMINAÇÃO
F	41 .. 43	CONSTRUÇÃO
G	45 .. 47	COMÉRCIO; REPARAÇÃO DE VEÍCULOS AUTOMOTORES E MOTOCICLETAS
H	49 .. 53	TRANSPORTE, ARMAZENAGEM E CORREIO
I	55 .. 56	ALOJAMENTO E ALIMENTAÇÃO
J	58 .. 63	INFORMAÇÃO E COMUNICAÇÃO
K	64 .. 66	ATIVIDADES FINANCEIRAS, DE SEGUROS E SERVIÇOS RELACIONADOS
L	68 .. 68	ATIVIDADES IMOBILIÁRIAS
M	69 .. 75	ATIVIDADES PROFISSIONAIS, CIENTÍFICAS E TÉCNICAS
N	77 .. 82	ATIVIDADES ADMINISTRATIVAS E SERVIÇOS COMPLEMENTARES
O	84 .. 84	ADMINISTRAÇÃO PÚBLICA, DEFESA E SEGURIDADE SOCIAL
P	85 .. 85	EDUCAÇÃO
Q	86 .. 88	SAÚDE HUMANA E SERVIÇOS SOCIAIS
R	90 .. 93	ARTES, CULTURA, ESPORTE E RECREAÇÃO
S	94 .. 96	OUTRAS ATIVIDADES DE SERVIÇOS
T	97 .. 97	SERVIÇOS DOMÉSTICOS
U	99 .. 99	ORGANISMOS INTERNACIONAIS E OUTRAS INSTITUIÇÕES EXTRATERRITORIAIS

© 2020 IBGE - Instituto Brasileiro de Geografia e Estatística

FONTE: IBGE.

A Figura 2 demonstra as divisões gerais das atividades que são compostas pelas subclasses, como vemos na Figura 3.

¹⁶ <https://concla.ibge.gov.br/busca-online-cnae.html?view=estrutura>

FIGURA 2 – DIVISÕES DAS ATIVIDADES DO CNAE

Atividades **Estrutura**

classificação classe
CNAE-Subclasses 2.3 **buscar** **todas as seções**

Hierarquia

Seção:	A AGRICULTURA, PECUÁRIA, PRODUÇÃO FLORESTAL, PESCA E AQUICULTURA
Divisão:	01 AGRICULTURA, PECUÁRIA E SERVIÇOS RELACIONADOS
	02 PRODUÇÃO FLORESTAL
	03 PESCA E AQUICULTURA

Notas Explicativas:
Esta seção compreende a exploração ordenada dos recursos naturais vegetais e animais em ambiente natural e protegido, o que abrange as atividades de cultivo agrícola, de criação e produção animal; de cultivo de espécies florestais para produção de madeira, celulose e para proteção ambiental; de extração de madeira em florestas nativas, de coleta de produtos vegetais e de exploração de animais silvestres em seus habitats naturais; a pesca extrativa de peixes, crustáceos e moluscos e a coleta de produtos aquáticos, assim como a aquicultura - criação e cultivo de animais e produtos do meio aquático. Também fazem parte da seção A o cultivo de produtos agrícolas e a criação de animais modificados geneticamente.

Esta seção compreende também os serviços de apoio às unidades de produção nas atividades nela contida.

© 2020 IBGE - Instituto Brasileiro de Geografia e Estatística

FONTE: IBGE.

Na Figura 3 observamos a distribuição completa das seções, divisões e grupos das atividades empresariais.

FIGURA 3 – GRUPOS DAS ATIVIDADES DO CNAE

Hierarquia

Seção:	A AGRICULTURA, PECUÁRIA, PRODUÇÃO FLORESTAL, PESCA E AQUICULTURA
Divisão:	01 AGRICULTURA, PECUÁRIA E SERVIÇOS RELACIONADOS
Grupo:	01.1 Produção de lavouras temporárias
	01.2 Horticultura e floricultura
	01.3 Produção de lavouras permanentes
	01.4 Produção de sementes e mudas certificadas
	01.5 Pecuária
	01.6 Atividades de apoio à agricultura e à pecuária; atividades de pós-colheita
	01.7 Caça e serviços relacionados

FONTE: IBGE.

Conforme as Figuras 1, 2 e 3, demonstra-se a própria divisão do CNAE quanto às atividades vinculadas ao CNPJ, sendo essas as utilizadas nesta dissertação. Tais classificações são utilizadas nesta pesquisa a partir da confiabilidade e padronização oferecidas pelo IBGE e o CNAE e, portanto, seguem norma e formalização para a dissertação.

No Quadro 3, demonstramos as atividades específicas exercidas pelos deputados distribuídas conforme as atividades gerais do IBGE e da CNAE. Essas informações foram retiradas do próprio banco de dados da autora, baseadas nas classificações do IBGE e CNAE.

QUADRO 5 – ATIVIDADES GERAIS E ESPECÍFICAS

Atividades gerais	Atividades específicas
Agropecuária	Criação de bovinos e frangos para corte, cultivo de café, cana-de-açúcar, cacau, manga e uva.
Água, esgoto e resíduos	Reciclagem.
Alojamento e alimentação	Hotéis, turismo e restaurantes.
Artes, cultura e esportes	Produtoras de filmes, produções de eventos e espetáculos.
Atividades de imobiliária	Compra e venda de imóveis, empreendimentos imobiliários, corretagem de aluguel e donos de imobiliárias.
Atividades administrativas	Aluguel de máquinas e equipamentos e outras atividades de serviços prestados.
Atividades financeiras e de seguros	Sociedades de participação, <i>holdings</i> , empresas de fomento mercantil, gestão de ativos e bancos múltiplos, com carteira comercial.
Atividades profissionais liberais	Consultorias e assessorias empresariais, hospitais veterinários, agências de publicidade, serviços terceirizados e academia de musculação.
Comércio	Varejo de roupas, materiais de construção, alimentos, bebidas, automóveis, pneus, artigos religiosos e papelarias e outros em geral.
Construção	Construtoras, incorporadoras e empreendimentos da construção.
Educação	Faculdades de ensino superior.
Eleticidade e gás	Geração de energia elétrica.
Indústria de transformação	Fabricação de embalagens, alimentos, telhas, de tubos de aço, cerâmica, cosméticos e bebidas.
Indústria extrativa	Extração de minérios.
Informação e comunicação	Editoras, jornais, rádio, tv, telecomunicações, produção musical, agência de notícias e impressão de revistas.
Saúde humana	Hospitais e laboratórios de diagnóstico e de imagem.
Transporte, armazenagem e correios	Transporte rodoviário, ferroviário e de materiais perigosos

FONTE: Autora, a partir do CNAE.

No decorrer da apresentação dos resultados, utilizaremos como dados os partidos políticos separados por ideologia e a sua relação com os deputados empresários e seus ramos de atividade. A literatura que embasou essa tipologia dos partidos foi Wiesehomeier e Benoit (2007) e a organização dos índices proposta por Tarouco e Madeira (2015), quanto à comparação dos tipos de tipologias de partidos a partir de *surveys*, que classificaram o índice que vai de 1 a 20 na escala de mais próximo de 1 a extrema esquerda e mais para o índice de 20 a ideologia de direita, sendo o índice na média entre 1 e 20 a ideologia de centro.

O motivo dessa escolha é pela atualização e abrangência do enquadro das ideologias quanto aos partidos, ou seja, de maneira categórica, são classificados mais genericamente os partidos e as suas respectivas ideologias.

O quadro a seguir foi retirado do artigo *Tipologia dos partidos de direita no Brasil: uma classificação empírica*, dos autores Adriano Codato, Fábila Berlatto e Bruno Bolognesi (2018). Apesar da demonstração do quadro, esse não é o método de classificação tema dos autores no artigo.

QUADRO 6- PARTIDOS POLÍTICOS E IDEOLOGIA

ESQUERDA	CENTRO	DIREITA
PC do B, PCB, PCO, PDT, PPL, PSB, PSOL, PSTU, PT	(P)MDB ¹ , PMN, PPS, PROS, PSDB, PV, PHS, PPS	PAN, PEN ² , PFL/DEM, PGT, PL, PR, PPB/PP ³ , PRB, PRN, PRONA, PRP, PRTB, PSC, PSD*, PSD**, PSDC ⁴ , PSL, PSN, PST, PT do B ⁵ , PTB, PTC, PTN ⁶ , SD

FONTE: Obra de Codato, Berlatto e Bolognesi (2018).

Optamos pela perspectiva mais generalista, já que este trabalho não trata objetivamente dos estudos sobre partidos políticos no Brasil e as suas respectivas complexidades, portanto, a visualização do cruzamento das categorias dos tipos de empresários e atividades fica facilitada por meio dessa divisão ideológica mais ampla.

A classificação do patrimônio também foi uma escolha metodológica fundamentada na obra de Leôncio Martins Rodrigues (2009), já que a sua divisão abrange um amplo alcance dos diferentes níveis de patrimônio, o que, nesta dissertação, será convertido para capital social da empresa, ou seja, o valor total dos bens declarados das empresas pelos empresários na Receita Federal. A divisão se dá da seguinte maneira:

QUADRO 7 – FAIXAS DE CAPITAL SOCIAL

Faixas de capital social	
Baixo capital social	Menos de 200 mil
Médio-baixo capital social	200 mil a menos de 500 mil
Médio-alto capital social	De 500 mil a 2 milhões
Alto capital social	Mais de 2 milhões

FONTE: Adaptado do quadro de faixas de patrimônio de Rodrigues (2009).

É utilizado nesta dissertação o índice de representação proposto por Daniel Gaxie (2012) em *As lógicas do recrutamento político*, para medirmos o nível de representação política dos empresários na Câmara em relação à sociedade. Para tanto, serão investigados os portes das empresas, a ideologia e as atividades empresariais. O índice é calculado da seguinte forma: divide-se o total da categoria presente na Câmara dos Deputados pela categoria respectiva na sociedade e multiplica-se por 100. O resultado 100 equivale à representação proporcional, menor que 100, a uma sub-representação e maior que 100 indica a super-representação¹⁷ da categoria investigada em relação a Câmara dos Deputados.

Desse modo, o banco de dados elaborado para esta dissertação é inédito e, ao que nos consta, o primeiro a ser elaborado a partir de fontes variadas diversificados, inclusive jornalísticas. A inovação corresponde a um banco de dados confeccionado a partir da elaboração original, sem fontes pré-elaboradas como o Departamento intersindical de assessoria parlamentar (DIAP) ou somente a declaração de bens. As classificações quanto às atividades específicas, demonstram minuciosamente as áreas exercidas pelos deputados que são empresários. Tem-se, além disso, o levantamento do tipo de sócio, os portes das empresas de empresários micro, pequenos ou grandes, além do mais, a relação com o índice de representação é algo a se ressaltar.

A relação detalhada entre partidos e empresários, a comparação de atividades entre as 55ª e 56ª legislaturas demonstram contemporaneidade nos dados. Ademais, é levantada a composição geral da Câmara em relação aos resultados coletados sobre os empresários. Também, são filtrados os acionistas de sociedades anônimas abertas ou fechadas, o que nos proporciona minúcia de quem, de fato, coleciona empresas ou não, assim, exerce a posição real de empresários e seus riscos econômicos.

Explicada a metodologia, expomos a seguir, no capítulo cinco, os resultados da coleta de dados dos bancos.

¹⁷ GAXIE, 2012, p.166.

5 RESULTADOS

Quem são os deputados empresários? Nesta dissertação, eles foram separados em três grupos: os empresários autodeclarados empresários, os empresários que se autodeclararam políticos e os empresários autodeclarados profissionais liberais. No total das duas legislaturas foram contabilizadas na 55ª legislatura o total de 221 (43%) empresários e 474 empresas. Já na 56ª legislatura, encontramos 214 empresários (41,7%) e 432 empresas. O que representa uma pequena diminuição do número de deputados empresários de uma legislatura para outra.

A distribuição da apresentação dos resultados segue a seguinte ordem. Primeiro, expõe-se as atividades e ideologias (5.1.1; 5.1.2; 5.1.3; 5.1.4), após isso, o capital social das empresas (5.1.5), os portes das empresas (5.1.6), os micro, pequenos e grandes empresários (5.1.7) e o quadro geral da composição de grupos na Câmara dos Deputados nas duas legislaturas (5.1.8). Por fim, a partir dos resultados desses perfis e composição é demonstrado o nível de representação na sociedade sobre as atividades, ideologia em comparação no seu total na Câmara e os portes das empresas representando as micro, pequenos e grandes empresários, por meio do índice proposto por Daniel Gaxie (2012) (5.2).

5.1. PERFIS DAS EMPRESAS E EMPRESÁRIOS

5.1.1 Resultados sobre empresários autodeclarados empresários

Assim como demonstrado na metodologia, foram separadas as atividades específicas, e essas foram distribuídas no quadro das atividades gerais conforme a CNAE e, a partir disso, apresenta-se o primeiro grupo: os empresários que se autodeclararam empresários na 55ª legislatura, a partir da relação com as atividades.

TABELA 1 – EMPRESÁRIOS AUTODECLARADOS EMPRESÁRIOS E ATIVIDADES NA 55ª LEGISLATURA

55ª legislatura				
Atividades	Empresas (%)	Empresários (%)	Empresas	Empresários
Agropecuária	6	7	7	4
Água, esgoto e resíduos	1	2	1	1
Alojamento e alimentação	5	8	4	4
Artes, cultura e esportes	1	2	2	1
Atividades de imobiliária	6	8	6	5
Atividades financeiras e seguros	11	15	12	9

Atividades profissionais, científicas e técnicas (profissões liberais)	2	3	4	2
Comércio	30	14	33	8
Construção	9	8	9	5
Educação	2	3	2	2
Indústria de transformação	11	12	12	7
Indústria extrativa	2	3	8	2
Informação e comunicação	11	10	10	6
Transporte, armazenamento e correios	3	5	3	3
Total	100*	100 **	113	59

*23% do total de 434 empresas.

**36 empresários autodeclarados.

FONTE: Elaborado pela autora.

A segunda coluna significa a quantidade de empresas por atividades. Na terceira coluna são identificados os empresários nas respectivas atividades, os quais podem se repetir, já que mais de um empresário pode ter mais de uma empresa. A quarta e quinta colunas estão em números absolutos para a exemplificação da contagem do grupo.

A partir da coluna 2, pode-se indicar a predominância da maior quantidade de empresas na atividade de Comércio, no entanto, é menor o número de empresários que investem nela (coluna 3), desse modo, poucos empresários possuem muitas empresas.

Além disso, é maior a participação de empresários nas atividades financeiras e de seguros. Somando-os com outros ramos, como informação e comunicação e indústria de transformação, ocupam a segunda posição de maior quantidade de estabelecimentos. Apesar da maior porção de empresas em comércio, mais empresários investem em atividades como sociedades de participação, *holdings*, empresas de fomento mercantil e gestão de ativos e bancos múltiplos com carteira comercial. Atividades essas essencialmente de trocas e meios econômicos do mercado financeiro.

Na 56ª legislação ocorreu o mesmo fenômeno da preponderância de empresários na área do comércio:

TABELA 2 – EMPRESÁRIOS AUTODECLARADOS EMPRESÁRIOS E ATIVIDADES NA 56ª LEGISLATURA

56ª legislatura				
Atividades	Empresas (%)	Empresários (%)	Empresas	empresários
Agropecuária	8	10	6	6
Alojamento e alimentação	8	5	6	3
Artes, cultura e esportes	5	5	4	3
Atividades administrativas	2	3	2	2
Atividades de imobiliária	7	7	5	4
Atividades financeiras	7	8	5	5
Atividades profissionais, científicas e técnicas (profissões liberais)	12	15	9	9
Comércio	24	19	18	11
Construção	9	9	7	5
Educação	7	3	5	2
Indústria de transformação	4	5	3	3
Informação e comunicação	5	7	4	4
Saúde humana	1	2	1	1
Transporte, armazenamento e correio	1	2	1	1
Total	100	100	76 (19%)*	59

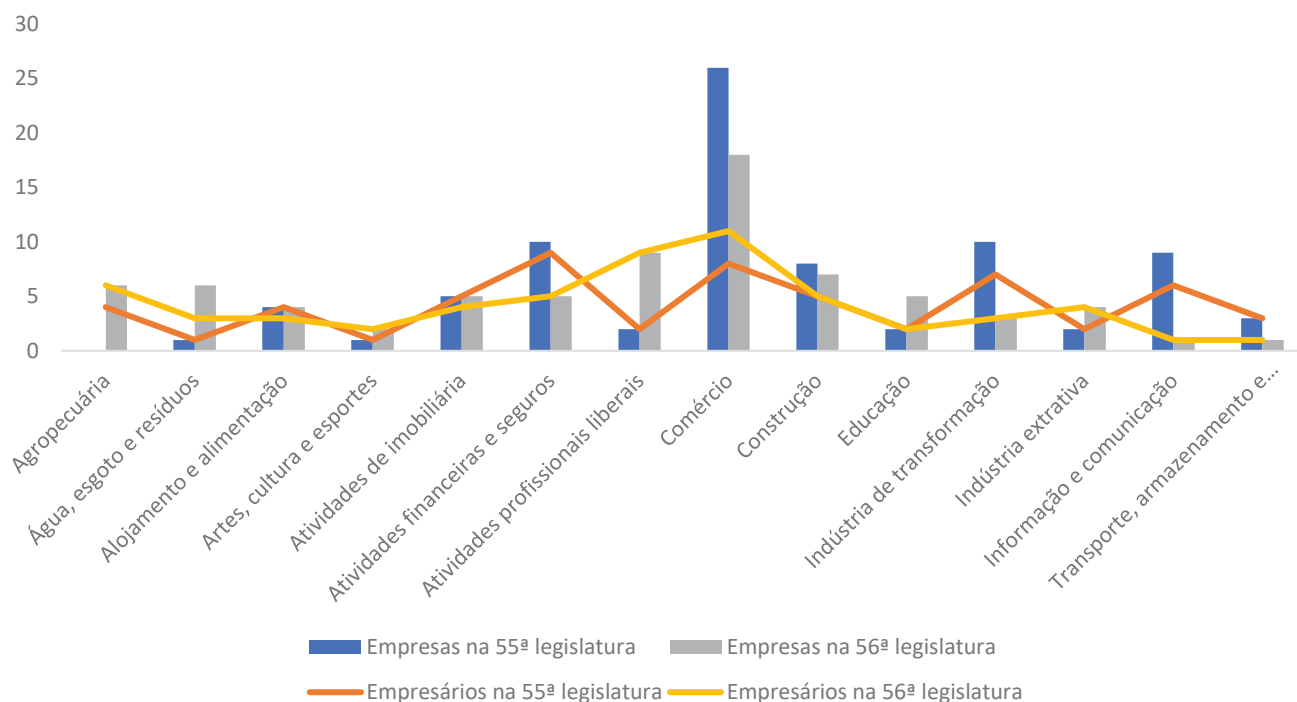
*Do total de 402 empresas.

FONTE: Elaborado pela autora.

A partir da Tabela 2, a área de comércio possui mais empresas, assim como investidores, os quais também concentram, proporcionalmente em comparação com as outras áreas, menores quantidades de empresários donos ou sócios que possuem empresas. Outros setores demonstram proporção de 1 para 1 entre a quantidade de empresários e empresas, como as atividades profissionais liberais, nas quais cada empresário possui uma empresa.

O Gráfico 2 trata da relação entre empresas, empresários que se autodeclaram empresários e atividades nas duas legislaturas estudadas.

GRÁFICO 2 – EMPRESAS, EMPRESÁRIOS AUTODECLARADOS EMPRESÁRIOS E ATIVIDADES NAS 55ª E 56ª LEGISLATURAS



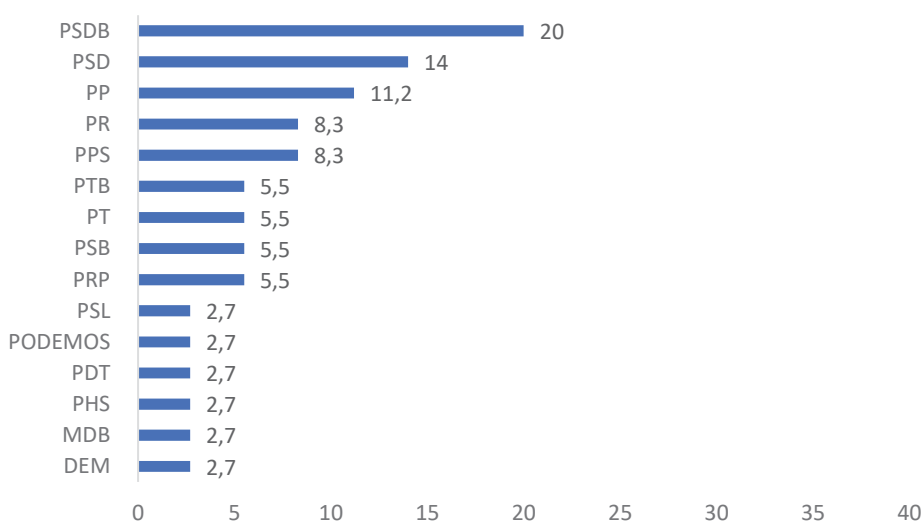
FONTE: Elaborado pela autora.

As colunas representam a quantidade de empresas em cada ramo de atividade, e as linhas, os empresários. As áreas de atividades financeiras e de seguros, comércio, construção, indústria de transformação, transporte e armazenagem, diminuíram da 55ª legislatura para a 56ª. Apesar disso, em 2018 é dada continuidade à predominância do setor do comércio. Os setores que cresceram entre as legislaturas foram água, esgoto e resíduos, atividades profissionais liberais, educação, e indústria extrativa.

O número de empresários por atividade indicou que as empresas do comércio em 2014 ainda tinham menos empresários que eram sócios ou donos de empresas. Há uma diferença de 18 empresários em relação às sociedades em 2018.

O segundo resultado sobre os empresários autodeclarados que são empresários se refere aos partidos. Primeiramente, na 55ª legislatura, deve-se considerar que o partido predominante é o que possui mais empresários, e a ideologia prevalecente é aquela que corresponde à maior quantidade de partidos existentes a tal grupo ideológico.

GRÁFICO 3 – PARTIDOS E EMPRESÁRIOS AUTODECLARADOS EMPRESÁRIOS NA 55ª LEGISLATURA (%)



FONTE: Elaborado pela autora.

O partido que mais acumula empresários autodeclarados é o partido de centro PSDB, com 20% e 8 empresários. Em segundo lugar o PSD, um partido de direita com 14% de concentração e 5 empresários. Já em última posição de participação dos empresários autodeclarados que são empresários estão os seguintes partidos: DEM, PDT, PHS, MDB, PODEMOS e o PSL, com 2,7% e 1 empresário autodeclarado.

Diante disso, tem-se o quadro separado por ideologia dos 36 empresários autodeclarados, dos partidos que são maioria quanto à sua prevalência numérica.

TABELA 3 – EMPRESÁRIOS AUTODECLARADOS EMPRESÁRIOS E PARTIDOS POR IDEOLOGIA NA 55ª LEGISLATURA

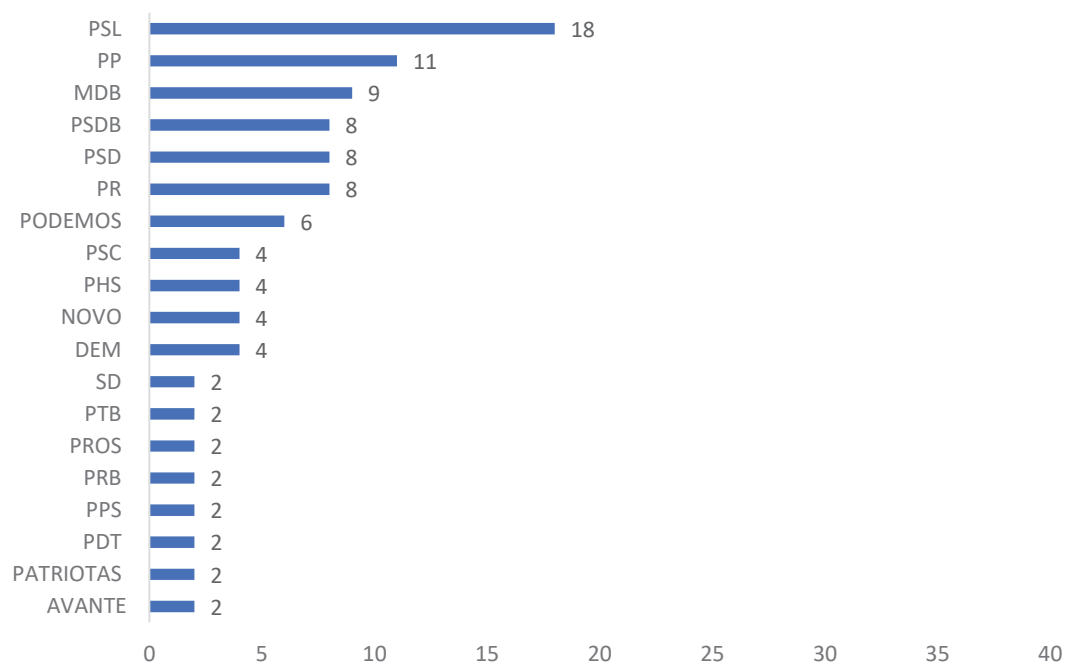
55ª legislatura		
Partidos	Empresários autodeclarados empresários	Empresários autodeclarados empresários (%)
Esquerda	5	14
Centro	12	33
Direita	19	53
Total	36	100

FONTE: Elaborado pela autora.

Apesar da maior concentração em um partido de centro, a ideologia recorrente entre os empresários autodeclarados é a de direita, com 53%, porque os partidos de direita são em maior número. A ideologia da esquerda representa 17,5%, e a de centro, 32,5%. Deve-se

considerar que os partidos de esquerda estão em menor número, o total de 3. Em maior número estão os partidos correspondentes com a ideologia de direita, sendo um total de 7, ocorrendo uma considerável diferença numérica entre as ideologias.

GRÁFICO 4 – PARTIDOS E EMPRESÁRIOS AUTODECLARADOS EMPRESÁRIOS NA 56ª LEGISLATURA (%)



FONTE: Elaborado pela autora.

A partir do Gráfico 4, tem-se que a maior concentração na 56ª legislatura é atribuída ao partido de direita PSL, com 18% e 10 empresários. Em segunda posição, está o PP também de direita, com 11% e 6 empresários nesse partido, e em última posição, os partidos com 2% de concentração e 1 empresário. Percebe-se na classificação por ideologia que os partidos da direita são os mais preponderantes em quantidade, assim como se demonstra na Tabela 4,

TABELA 4 – IDEOLOGIA E EMPRESÁRIOS AUTODECLARADOS EMPRESÁRIOS NA 56ª LEGISLATURA

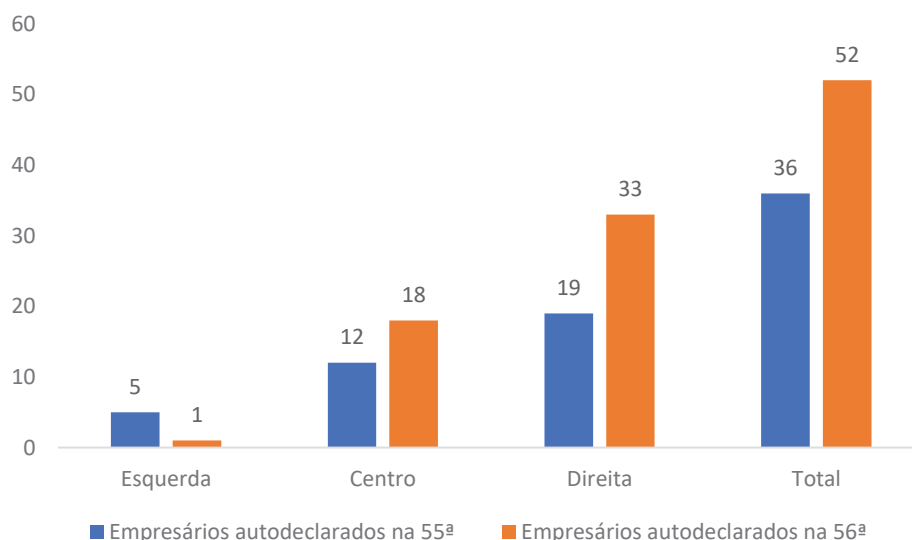
56ª legislatura		
Partidos	Empresários autodeclarados empresários	Empresários autodeclarados empresários (%)
Esquerda	1	2
Centro	13	25
Direita	38	73
Total	52	100

FONTE: Elaborado pela autora.

Dessa maneira, a ideologia preponderante se dá no grupo geral da direita, com 73% de concentração com 11 partidos, o centro com 25% e 6 partidos e a ideologia de esquerda com 2% e 1 partido.

Comparando as ideologias entre as legislaturas, é apresentado no Gráfico 5 o cruzamento dos dados de ideologias das duas legislaturas:

GRÁFICO 5 – IDEOLOGIA E EMPRESÁRIOS AUTODECLARADOS EMPRESÁRIOS NAS 55ª E 56ª LEGISLATURAS



FONTE: Elaborado pela autora.

Ocorreram uma diminuição da ideologia de esquerda e o acréscimo de empresários nos partidos centristas e de direita, assim como o total de empresários que se autodeclararam empresários na 56ª legislatura, de 36 deles na 55ª legislatura, para 52 na 56ª.

Dessa maneira, mudou, entre as legislaturas, a quantidade de empresários autodeclarados do partido PSDB para o PSL, ocasionando uma mudança ideológica de um partido de centro para o da direita. Em segundo nível de concentração, alterou a dominância do

partido PSD para o PP, assim, a continuação da ideologia de direita como a mais predominante nas duas legislaturas quanto ao grupo dos empresários autodeclarados empresários.

5.1.2 Resultados sobre empresários autodeclarados políticos

A seguir, entramos no segundo grupo desta pesquisa, empresários autodeclarados políticos. Na 55ª legislatura, eles são compostos por aqueles que se autodeclararam na eleição de 2014 como sendo deputados, senadores, vereadores ou servidores públicos, totalizando 125 políticos autodeclarados que, na realidade, são empresários. Assim, apresenta-se a Tabela 5, a qual revela a quantidade de empresários autodeclarados políticos por atividades empresariais, sendo nela distribuído o número de empresas e empresários por áreas.

TABELA 5 – ATIVIDADES, EMPRESA, EMPRESÁRIO AUTODECLARADO POLÍTICO NA 55ª LEGISLATURA

55ª legislatura				
Atividades	Empresa (%)	Empresário autodeclarado político (%)	Empresa	Empresário autodeclarado político
Agropecuária	7	6,4	15	11
Alojamento e alimentação	3,5	3,5	8	6
Artes, cultura e esportes	3	3,5	6	6
Atividades administrativas	0,50	1	1	1
Atividades de imobiliária	10	11	23	19
Atividades financeiras	11	11	26	19
Atividades profissionais, científicas e técnicas (profissões liberais)	9	10	20	17
Comércio	23	20	53	34
Construção	11	10	26	17
Educação	2	1,1	4	2
Indústria de transformação	4	5	9	9
Indústria extrativa	6	3,5	14	6
Informação e comunicação	11	10	26	17
Saúde humana	2	2,3	4	4
Transporte, armazenamento e correios	1	1,7	3	3
Total	100	100	238	171

FONTE: Elaborado pela autora.

É importante explicar que, assim como o grupo dos empresários que se autodeclararam empresários, a coluna “empresário autodeclarado político” significa a quantidade de empresários que exercem a atividade, diante da realidade, os políticos empresários exercem mais de uma atividade. Desse modo, o mesmo político pode estar presente em mais de um setor, o que aumenta a quota do total da coluna três.

Feito o esclarecimento, a partir da Tabela 5, o comércio é a área mais preponderante quanto ao número de empresas, 50 delas, sendo o setor com mais empresários, ou seja, o maior foco de concentração de investimento, com 34 políticos empreendedores. Em segundo lugar, as atividades financeiras e de informação e comunicação. Apesar de serem áreas de diferentes escopos, elas possuem o mesmo número de empresários autodeclarados políticos na área de imobiliária, mesmo essa possuindo menos empresas.

Indo adiante, a Tabela 6 apresenta a mesma relação de atividades e empresários políticos autodeclarados na 56ª legislatura.

TABELA 6 – ATIVIDADES, EMPRESA E EMPRESÁRIOS AUTODECLARADOS POLÍTICO NA 56ª LEGISLATURA

56ª legislatura				
Atividades	Empresas (%)	Empresários autodeclarados políticos (%)	Empresas	Empresários autodeclarados políticos
Agropecuária	11	11	20	16
Alojamento e alimentação	5	5	9	7
Artes, cultura e esportes	3	4	6	6
Atividades administrativas	1	1	1	1
Atividades de imobiliária	8	10	15	14
Atividades financeiras e de seguro	13	12	23	17
Atividades profissionais, científicas e técnicas (profissões liberais)	10	11	18	16
Comércio	15	14	28	21
Construção	14	11	25	16
Educação	2	1	3	2
Indústria de transformação	3	4	6	6
Indústria extrativa	1	1	2	1
Informação e comunicação	9	9	17	13
Saúde humana	4	5	8	7
Transporte, armazenagem e correio	1	1	1	1
Total	100	100	182 (42%)*	144

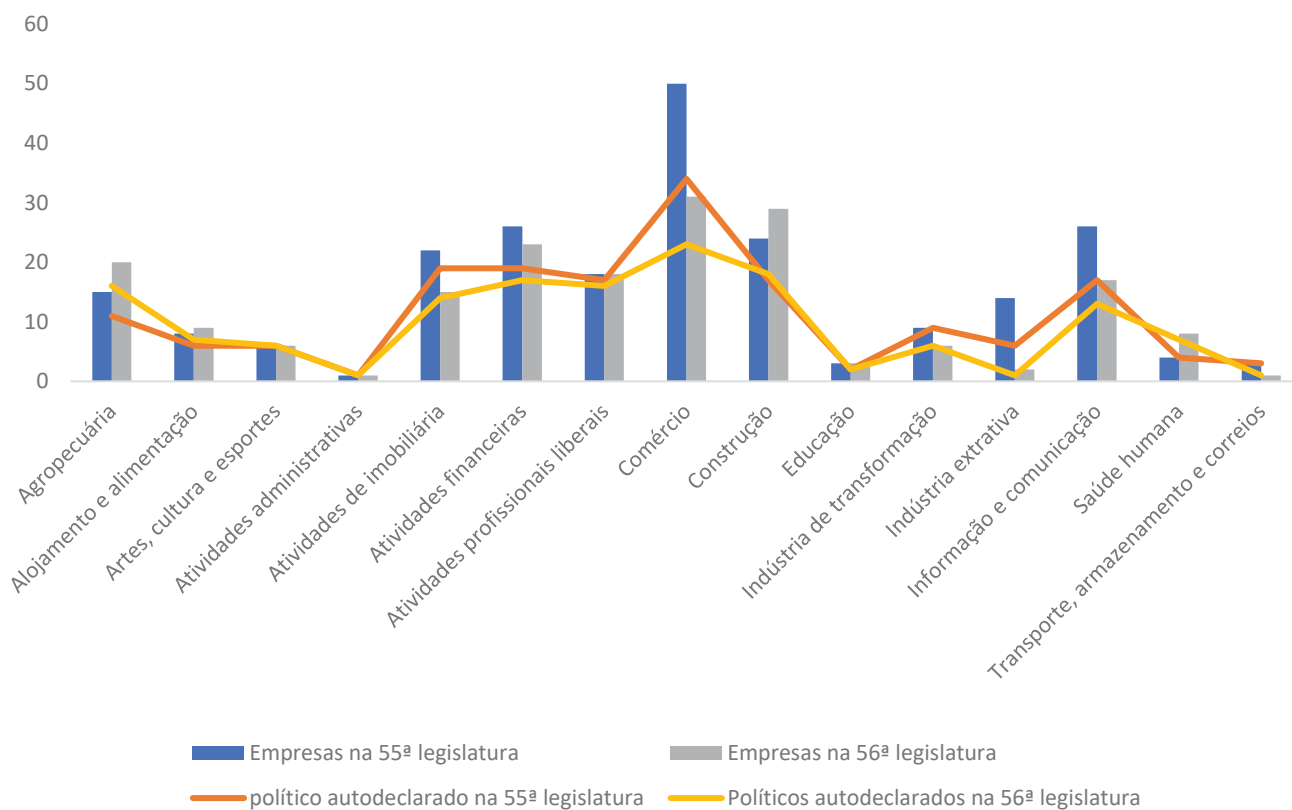
*42% do total de 432 empresas.

FONTE: Elaborado pela autora.

A 56ª legislatura possui, assim como a 55ª, a maior concentração de empresas e empresários em comércio. Existiram outras áreas mais visadas, como a construção, atividades financeiras e de seguros e a agropecuária. Isso demonstra que essas são as áreas de maior interesse. Apesar da maior concentração de empresas se dar na área de comércio, o maior excesso de empresas por empresários se dá em construção.

O Gráfico 6 representa a quantidade de empresas e empresários autodeclarados políticos por atividade nas duas legislaturas.

GRÁFICO 6 – EMPRESAS E ATIVIDADES E EMPRESÁRIOS AUTODECLARADOS POLÍTICOS NAS 55ª E 56ª LEGISLATURAS

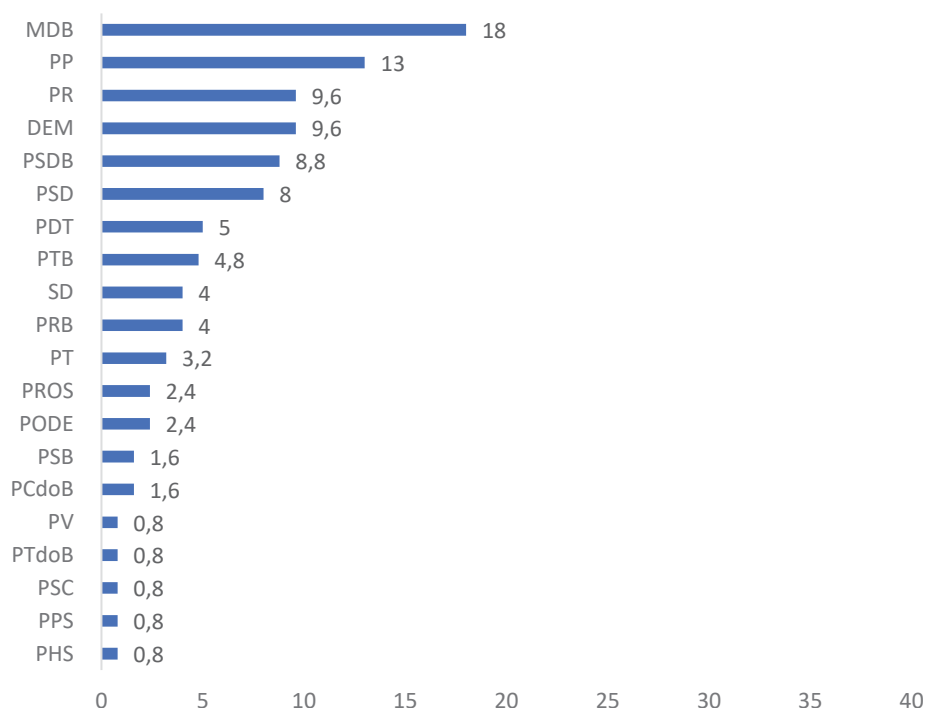


FONTE: Elaborado pela autora.

Percebe-se a concentração entre as duas legislaturas no comércio, o qual é quantitativamente maior na 55ª legislatura. As áreas em que os empresários se sobressaíram na 56ª legislatura sobre a 55ª legislatura são: agropecuária, alojamento e alimentação, construção e saúde humana.

O Gráfico 7 retrata a relação entre partidos políticos e empresários que são políticos autodeclarados na 55ª legislatura, ou seja, os partidos nos quais existe maior ou menor participação deles nessa legislatura.

GRÁFICO 7 – PARTIDOS E EMPRESÁRIOS AUTODECLARADOS POLÍTICOS NA 55ª LEGISLATURA (%)



FONTE: Elaborado pela autora.

O partido que mais acumula empresários autodeclarados políticos é o MDB, partido de centro, com 23 empresários. Em segunda posição, o PP, de direita, possui 16 empresários nessa mesma categoria. Os partidos com menores números de participação empresarial são o PHS, PSC e o PPS. São ao todo 125 empresários distribuídos em 20 partidos, e os partidos que possuem mais empresários são os da ideologia de direita, assim como é demonstrado na Tabela 7.

TABELA 7 – IDEOLOGIA E EMPRESÁRIOS AUTODECLARADOS POLÍTICOS NA 55ª LEGISLATURA

55ª legislatura		
Ideologia	Empresários autodeclarados políticos	Empresários autodeclarados políticos (%)
Esquerda	14	11
Centro	40	32
Direita	71	57
Total	125	100

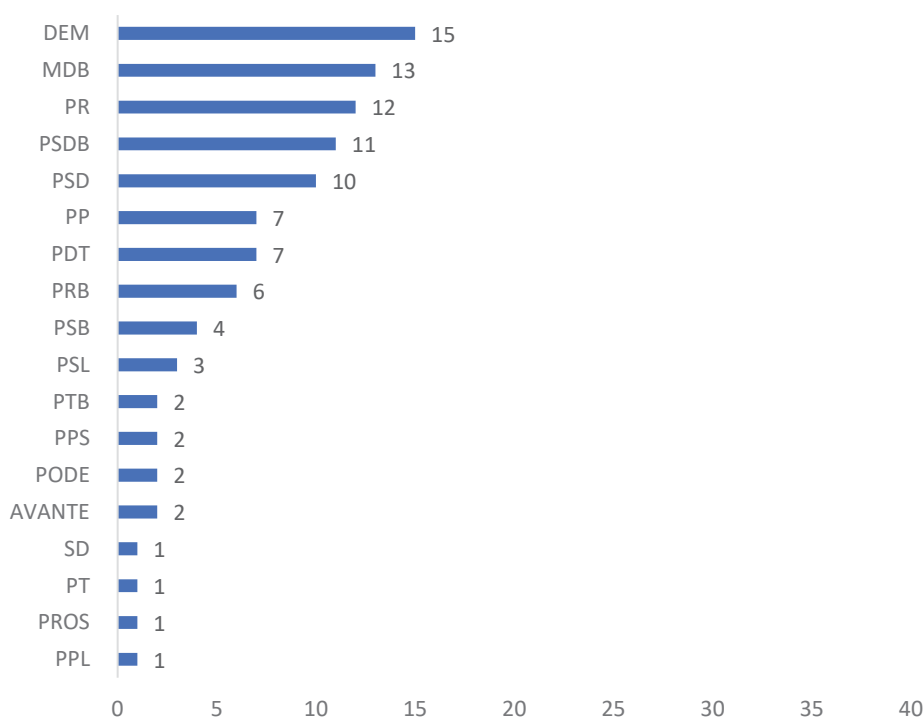
FONTE: Elaborado pela autora.

Conforme a classificação, a ideologia de direita é a mais preponderante, apesar do partido de centro MDB ser maioria. Esse fenômeno ocorreu igualmente com os autodeclarados

empresários na 55ª legislatura, em que a ideologia preponderante é a de direita, mas o partido que mais concentra participantes é da ideologia de centro.

A seguir, no Gráfico 8, verifica-se a quantidade de partidos em relação aos empresários que são políticos autodeclarados na 56ª legislatura.

GRÁFICO 8 – EMPRESÁRIOS AUTODECLARADOS POLÍTICOS E PARTIDOS NA 56ª LEGISLATURA (%)



FONTE: Elaborado pela autora.

O partido de direita DEM possui 15% de empresários autodeclarados políticos, sendo bem distribuído entre os 18 partidos. O segundo partido que tem mais partícipes é o MDB, de ideologia de centro e os últimos são: SD, PT, PROS e PPL, ou seja, de diferentes ideologias.

Desse modo, apresenta-se a Tabela 8, correspondente às ideologias desses empresários autodeclarados políticos, sendo ao todo 99.

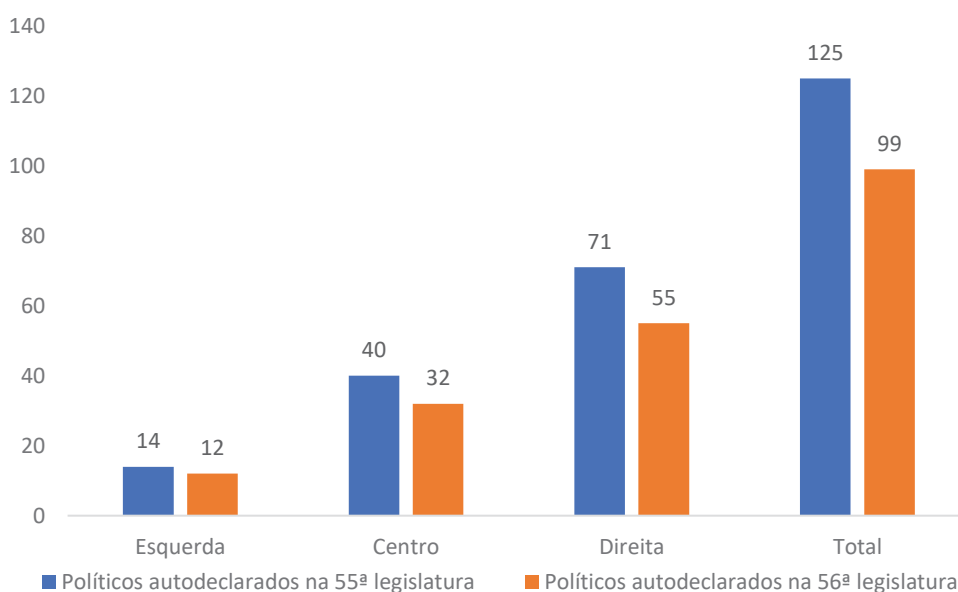
TABELA 8 – IDEOLOGIA E EMPRESÁRIOS AUTODECLARADOS POLÍTICOS NA 56ª LEGISLATURA

56ª legislatura		
Ideologia	Empresário autodeclarado político	Empresário autodeclarado político
Esquerda	12	12
Centro	28	28
Direita	59	60
Total	99	100

FONTE: Elaborado pela autora.

Na Tabela 8 é possível visualizar que na 56ª legislatura, tal como ocorre para os autodeclarados empresários, o partido com maior presença de autodeclarados políticos também é de direita. Percebe-se até então a maioria dos empresários vistos ligados à ideologia de direita, assim como se demonstra o cruzamento das duas legislaturas no Gráfico 9.

GRÁFICO 9 – EMPRESÁRIOS AUTODECLARADOS POLÍTICOS E IDEOLOGIA NAS 55ª E 56ª LEGISLATURAS



FONTE: Elaborado pela autora.

Em um total, ocorreu uma diminuição de todas as ideologias de uma legislatura a outra, já que o número dos empresários autodeclarados políticos diminuiu, mas se nota que independentemente disso, a ideologia de direita é a mais ocorrente nas duas legislaturas.

5.1.3 Resultados sobre empresários autodeclarados profissionais liberais

A partir de agora, foca-se o último grupo, o dos deputados empresários autodeclarados profissionais liberais. Assim, mantendo a ordem das seções anteriores, iniciamos nossa apresentação desse grupo pelas atividades econômicas das empresas desses parlamentares na Tabela 9. Os números da tabela estão na sua forma absoluta, já que são proporcionalmente ínfimos para se calcular a porcentagem.

TABELA 9 – EMPRESÁRIOS AUTODECLARADOS PROFISSIONAIS LIBERAIS E ATIVIDADES NA 55ª LEGISLATURA

55ª legislatura		
Atividades	Ocupações	Empresas
Agropecuária (6)	Advogado	2
	Economista	2
	Engenheiro	1
	Médico	1
Alojamento e alimentação (2)	Advogado	1
	Economista	1
Artes, cultura e esportes (1)	Cantor e compositor	1
Atividades de imobiliária (9)	Advogado	3
	Economista	1
	Engenheiro	3
	Médico	1
	Músico	1
Atividades administrativas (2)	Engenheiro	1
Atividades financeiras e de seguros (9)	Médico	1
	Administrador	1
Comércio (17)	Advogado	2
	Corretor de imóveis	1
	Economista	3
	Engenheiro	2
	Advogado	6
	Arquiteto	1
Construção (8)	Corretor de imóveis	1
	Economista	1
	Engenheiro	4
	Médico	4
	Advogado	3
Educação (2)	Economista	1
	Engenheiro	3
	Médico	1
Eletricidade e gás (1)	Economista	1
	Médico	1
Indústria de transformação (4)	Advogado	1
	Economista	2
	Representante comercial	1
Indústria extrativa (1)	Médico	1

Informação e comunicação (12)	Advogado	2
	Economista	1
	Engenheiro	4
	Locutor de rádio	1
	Médico	4
Saúde humana*(12)	Administrador	2
	Médico	9
	Odontólogo	1
Serviços pessoais (1)	Médico	1
Transporte, armazenamento e correios (1)	Advogado	1
	Total	88

FONTE: Elaborado pela autora.

A partir da Tabela 9, constata-se que a maioria das empresas se encontra na área de comércio, assim como os outros grupos demonstrados nesta dissertação. Na segunda atividade mais preponderante encontramos informação e comunicação e saúde humana. Intuitivamente, aponta-se que na saúde humana o que possui mais sociedades empresárias é o médico, e este está destacado para esclarecermos que esse profissional não possui consultórios, mas clínicas ou hospitais, configurando, assim como dito no capítulo 3 sobre o conceito de empresa e empresário, e no capítulo 4, metodológico, pessoas jurídicas que caracterizam sociedades empresariais, portanto são considerados empresários neste trabalho.

A área do comércio possui como maiores empreendedores o advogado, o médico e o engenheiro. A área de informação e comunicação é preponderante pela profissão engenheiro. A agropecuária, pelo advogado e economista; as atividades imobiliárias são em maioria compostas por advogados e engenheiros; a atividade financeira é predominante pela autodeclaração economista; o setor da construção é dominado pelo advogado e engenheiro, em último, a indústria de transformação é representada pelo engenheiro.

Pode-se perceber a dominância dos advogados e engenheiros quanto à quantidade de empresas nos setores. Além disso, expomos no Quadro 5 os tipos de atividades dos profissionais liberais que exercem de fato ocupações liberais com sociedades empresárias que não são sociedades simples.

QUADRO 8 – PROFISSÕES LIBERAIS EM ATIVIDADES PROFISSIONAIS LIBERAIS

55ª legislatura	
Ocupação	Atividades específicas
Administrador	Atividades de intermediação de serviços e negócios

Advogado	Academia de musculação
Economista	Consultoria empresarial
	Atividades de contabilidade
Engenheiro	Consultoria empresarial
Médico	Agência de publicidade

FONTE: Elaborado pela autora.

As atividades específicas correspondem às áreas das profissões liberais. Nota-se que as atividades mais peculiares é a do advogado como empresário de uma academia de musculação e a do médico como empreendedor de uma agência de publicidade, demonstrando como a ocupação autodeclarada diverge, de fato, do tipo de empreendimento exercido por eles.

Na 56ª legislatura, sobre os empresários que se autodeclaram profissionais liberais, revela-se a inclusão da área de alojamento e alimentação e a exclusão do setor de transporte e armazenagem e correios, assim como se aponta na Tabela 10, em números absolutos.

TABELA 10 – EMPRESÁRIOS AUTODECLARADOS PROFISSIONAIS LIBERAIS E ATIVIDADES NA 56ª LEGISLATURA

56ª legislatura		
Atividades	Ocupações	Empresas
Agropecuária (5)	Administrador	1
	Advogado	2
	Engenheiro	1
	Técnico em agronomia	1
Alojamento e alimentação (1)	Médico	1
Artes, cultura e esportes (5)	Advogado	3
	Engenheiro	2
Atividades de imobiliária (4)	Corretor de imóveis, seguros, títulos e valores	1
	Engenheiro	2
	Médico	1
Atividades financeiras, seguros e outros serviços (6)	Administrador	1
	Advogado	1
	Corretor de imóveis, seguros, títulos e valores	1
	Engenheiro	2
	Médico	1
Comércio (12)	Administrador	5
	Advogado	2
	Corretor de imóveis	1
	Engenheiro	1
	Escritor e crítico	1
	Médico	1

	Sociólogo	1
Construção civil (6)	Advogado	3
	Engenheiro	2
	Médico	1
Educação (4)	Administrador	1
	Advogado	1
	Engenheiro	1
	Escritor e crítico	1
Eletricidade e gás (1)	Advogado	1
Indústria extrativa (3)	Escritor e crítico	1
	Engenheiro	1
	Administrador	1
Informação e comunicação (6)	Advogado	1
	Cientista político	1
	Médico	2
	Jornalista e redator	2
	Engenheiro	1
Saúde humana (5)	Engenheiro	1
	Escritor e crítico	1
	Advogado	1
	Administrador	2
Serviços pessoais (1)	Escritor e crítico	1
	Total	60

FONTE: Elaborado pela autora.

Consta salientar a área de saúde humana que, divergente da 55ª legislatura, não existe a ocupação médico nesse setor. Assim como na legislatura anterior, o advogado é o que possui maior quantidade de empresas em diferentes áreas, e em segundo, o administrador. Na área de agropecuária se destaca o advogado em artes, cultura e esportes, do mesmo modo no setor da construção civil. Atividades financeiras e seguros têm a preponderância do administrador, já a área de informação e comunicação tem a maior ocorrência de médicos e jornalistas redatores, e por último a saúde humana tendo destaque para o administrador. Além disso, houve uma diminuição da quantidade de empresas entre as legislaturas. No próximo quadro demonstramos as ocupações vinculadas aos profissionais liberais, as quais são estritamente profissões liberais, baseadas no CNAE.

QUADRO 9 – Empresários autodeclarados Profissionais liberais e profissões liberais

Ocupação	Atividade específica
Administrador	Consultoria empresarial e assessoria
	Atividades de estudos geológicos
	Atividade de cobrança e informações cadastrais
	Consultoria e investimento em TI

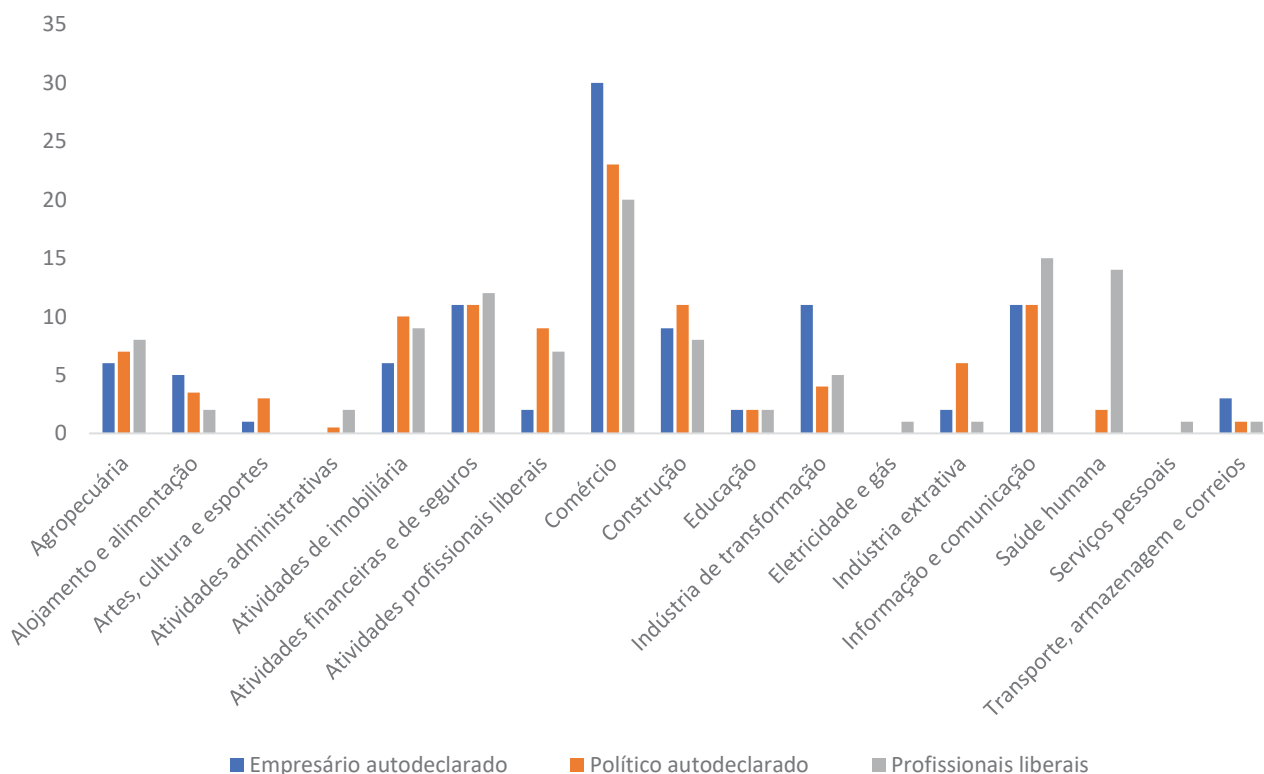
Advogado	Atividades de apoio à agricultura e pecuária
	Aluguel de máquinas e equipamentos para escritórios
	Consultoria empresarial
	Serviços de arquitetura
	Empresa terceirizada de limpeza
Corretor de imóveis	Agência de publicidade
Escritor e crítico	Serviços de escritório

FONTE: Elaborado pela autora.

Verifica-se a proeminência de atividades específicas liberais concentradas na ocupação do advogado, e em segundo no administrador em outros setores, assim como exposto na tabela anterior. Naquela tabela, o diferencial de exercício da atividade específica é o do advogado em todas as suas atividades, por exemplo, serviços de arquitetura. E destoia do usual, o corretor de imóveis como empresário em agência de publicidade.

Finalizando os resultados sobre as atividades e empresários autodeclarados profissionais liberais, exploramos os cruzamentos dessas atividades com todos os grupos da 55ª legislatura no Gráfico 10.

GRÁFICO 10 – ATIVIDADES E EMPRESAS POR EMPRESÁRIOS AUTODECLARADOS POLÍTICOS E PROFISSIONAIS LIBERAIS NA 55ª LEGISLATURA



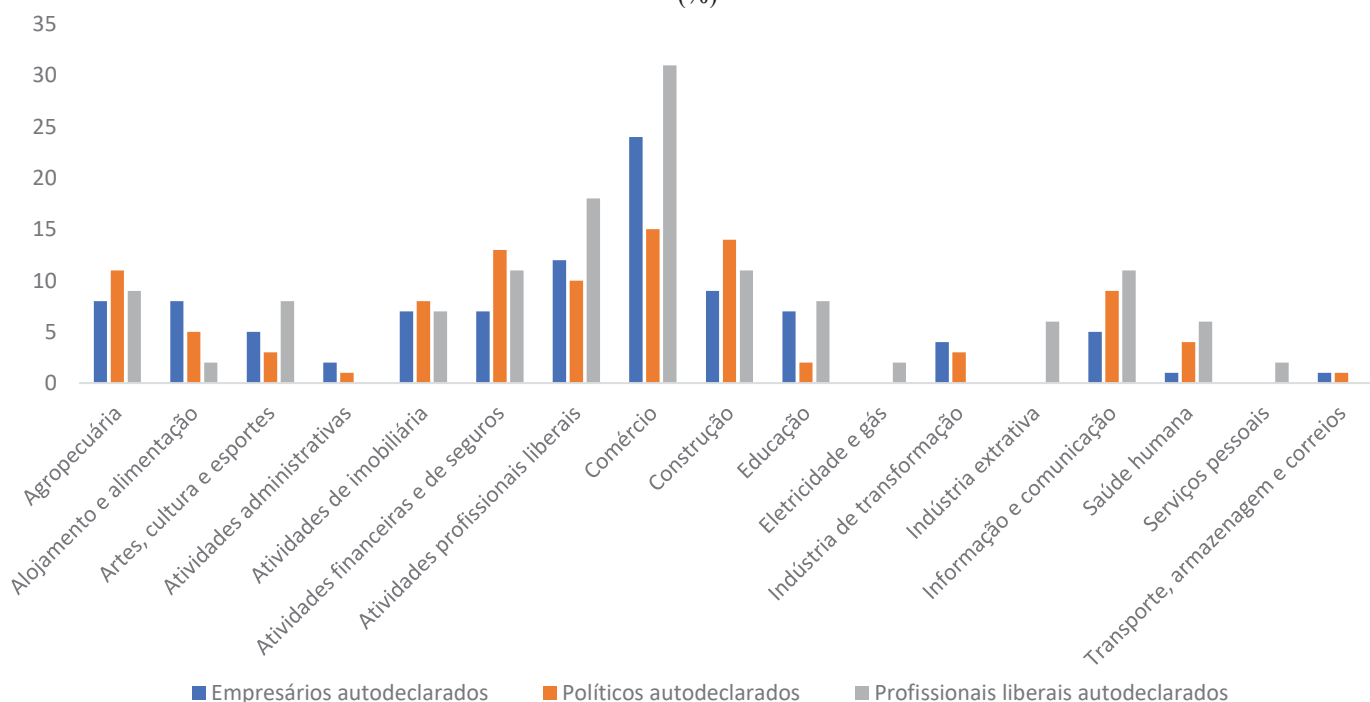
FONTE: Elaborado pela autora.

A partir do Gráfico 10, demonstramos a quantidade de empresas por atividades em relação aos grupos de empresários, de acordo com as respectivas autodeclarações: os empresários que se autodeclararam empresários, os políticos autodeclarados que são empresários e os empresários autodeclarados profissionais liberais.

Percebe-se que o comércio é a área mais recorrente entre os grupos. Aqueles autodeclarados profissionais liberais estão mais presentes nas atividades de agropecuária, atividades administrativas, atividades financeiras, eletricidade e gás. Os autodeclarados políticos são frequentes no setor da área da indústria extrativa, artes, cultura e esportes, construção, informação e comunicação, saúde humana e serviços pessoais. Já aqueles que se autodeclararam empresários são mais preponderantes nas áreas de alojamento e alimentação, comércio, indústria de transformação e área de transporte e armazenagem. A educação é visada de maneira igualitária pelas categorias.

Quanto à 56ª legislatura demonstramos, no Gráfico 11, a relação das atividades e empresas com os autodeclarados empresários, políticos e profissionais liberais:

GRÁFICO 11 – ATIVIDADES, EMPRESAS E GRUPOS PROFISSIONAIS NA 56ª LEGISLATURA (%)



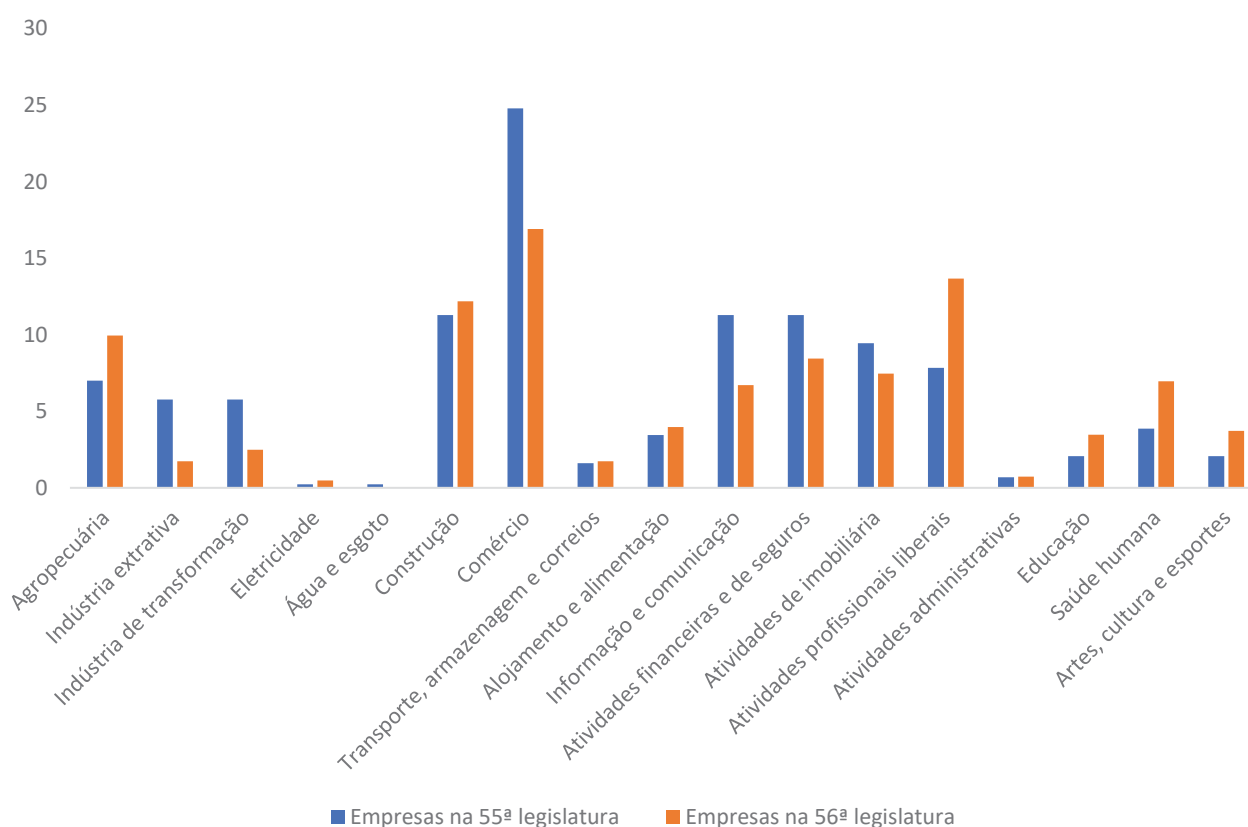
FONTE: Elaborado pela autora.

Os empresários autodeclarados empresários são predominantes nas áreas de alojamento e alimentação, atividades administrativas, indústria de transformação e transporte e

armazenagem. Os empresários políticos autodeclarados são preeminentes na agropecuária, atividades financeiras e de seguros, construção e transporte e armazenagem. Por último, os profissionais liberais autodeclarados que são empresários são dominantes nos setores de artes, cultura e esportes, atividades imobiliárias, profissões liberais, comércio, educação, eletricidade e gás, indústria extrativa, informação e comunicação, saúde e serviços pessoais. Nota-se, novamente, a preponderância da área do comércio entre todos os grupos.

Dessa maneira, apresenta-se o Gráfico 12, que demonstra a relação de todas as atividades agregadas e relacionadas às duas legislaturas:

GRÁFICO 12 – ATIVIDADES E EMPRESAS NAS 55ª E 56ª LEGISLATURAS (%)

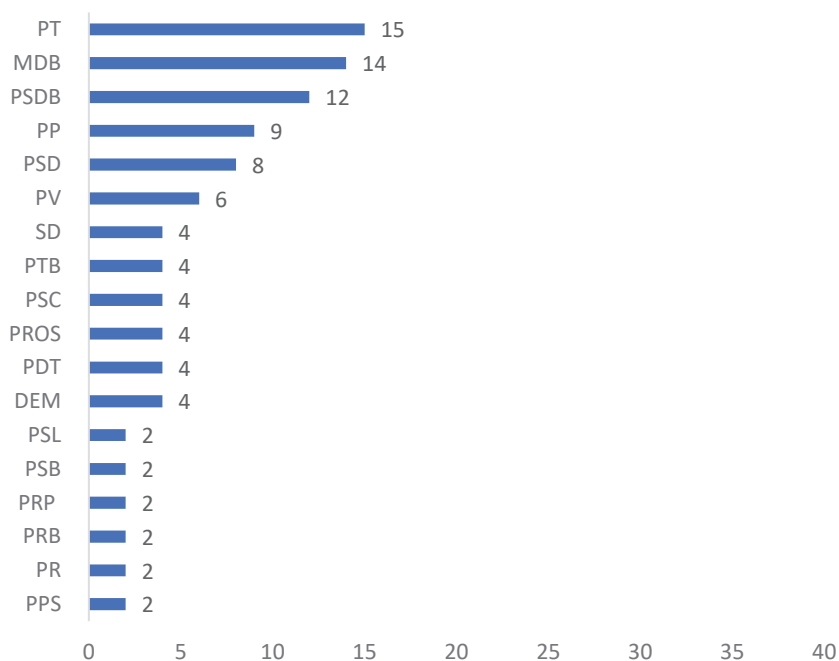


FONTE: Elaborado pela autora.

Apesar da 56ª legislatura possuir menos empresas e menos empresários do que na 55ª, ela detém maior predominância nas seguintes áreas: agropecuária, alojamento e alimentação, artes, cultura e esportes, atividades administrativas, atividades profissionais liberais, construção, educação, eletricidade e gás, informação e comunicação e serviços pessoais. A área mais dominante entre todos os grupos dos empresários e nas duas legislaturas é o comércio, o qual, na 55ª legislatura, tem a maior preponderância, com uma pouca diferença em comparação com a 56ª legislatura, sendo na primeira 73% e na segunda legislatura, 70%.

A seguir, terminadas as explicações sobre as atividades, apresentamos a ligação entre partidos políticos e empresários autodeclarados profissionais liberais no Gráfico 13.

GRÁFICO 13 – EMPRESÁRIOS AUTODECLARADOS PROFISSIONAIS LIBERAS E PARTIDOS NA 55ª LEGISLATURA (%)



FONTE: Elaborado pela autora.

Diferencialmente, assim como veremos na legislatura 56ª referente aos empresários autodeclarados profissionais liberais, e como fora visto em outros grupos, o Partido dos Trabalhadores (PT) é o que mais concentra esses empresários, sendo ele um partido de ideologia de esquerda. O segundo partido mais investido é o MDB, um partido de centro, e os últimos são: PTB, PSL, PSB, PRP, PR e PPS, de diferentes ideologias. Na Tabela 11, demonstra-se a relação entre a quantidade de profissionais liberais autodeclarados que são empresários e a ideologia na 55ª legislatura.

TABELA 11 – IDEOLOGIA E EMPRESÁRIOS AUTODECLARADOS PROFISSIONAIS LIBERAS NA 55ª LEGISLATURA

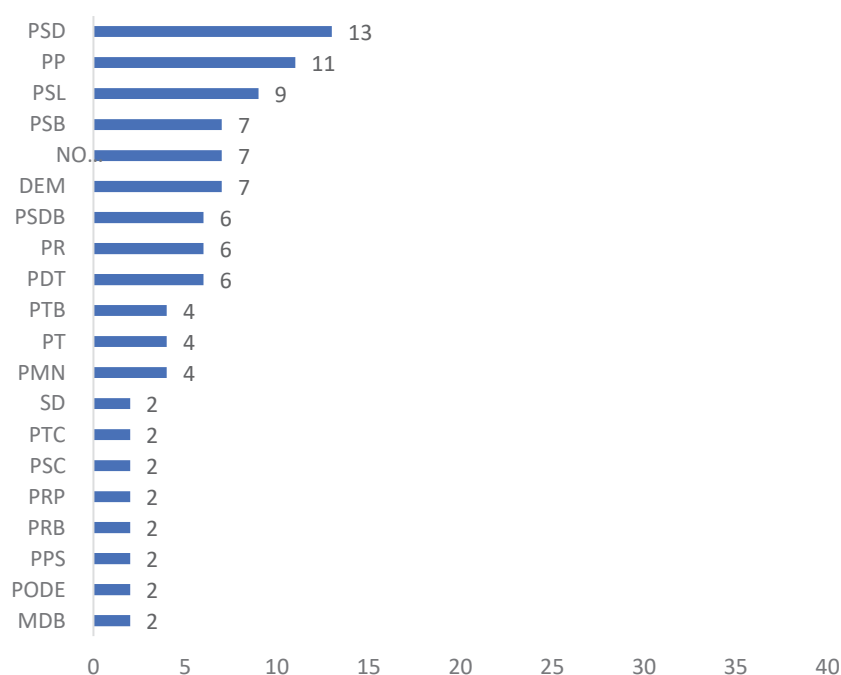
55ª legislatura		
Partidos	Empresários autodeclarados profissionais liberais	Empresários autodeclarados profissionais liberais (%)
Esquerda	11	22
Centro	19	37
Direita	21	41
Total	51	100

FONTE: Elaborado pela autora.

Apesar de o partido mais ocorrente pelos empresários ser o de esquerda, a ideologia de direita ainda é predominante. O PT acumula 8 empresários, mas na soma de todos os partidos, a quantidade dos de direita e de centro ultrapassa o número dos que pertencem ao partido de esquerda.

O Gráfico 14 revela a conexão entre partidos e empresários autodeclarados profissionais liberais na 56ª legislatura.

GRÁFICO 14 – PARTIDOS E EMPRESÁRIOS AUTODECLARADOS PROFISSIONAIS LIBERAIS NA 56ª LEGISLATURA (%)



FONTE: Elaborado pela autora.

O partido PSD, da ideologia de direita, é o mais proeminente, já o segundo partido que se ressalta é o PP, também de direita. À vista disso, de uma legislatura a outra, concentrou-se maior quantidade de empresários autodeclarados profissionais liberais nos partidos de direita e não mais no de esquerda e de centro. Quanto às ideologias, verifica-se, na Tabela 12, a continuação da dominância da ideologia de direita.

TABELA 12 – IDEOLOGIA E EMPRESÁRIOS AUTODECLARADOS PROFISSIONAIS LIBERAIS NA 56ª LEGISLATURA

56ª legislatura

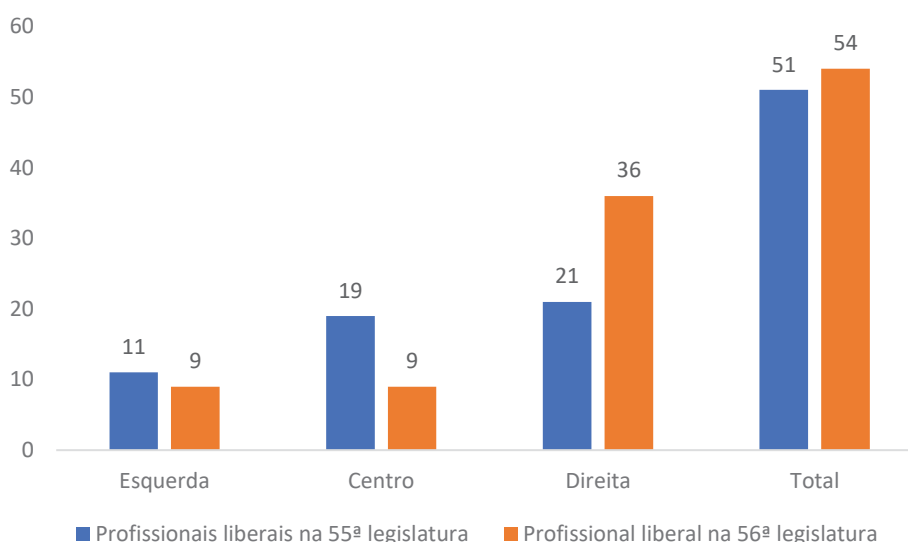
Ideologia	Empresário autodeclarado profissional liberal	Empresário autodeclarado profissional liberal (%)
Esquerda	9	17
Centro	9	17
Direita	36	66
Total	54	100

FONTE: Elaborado pela autora.

A ideologia de direita aparece em grande proporção. Representa um total de 66% em relação à esquerda e ao centro, distribuídos entre os 54 profissionais liberais autodeclarados que são empresários.

Expõe-se a relação entre as duas legislaturas e as ideologias dos profissionais liberais autodeclarados que são empresários no Gráfico 15.

GRÁFICO 15 – EMPRESÁRIOS AUTODECLARADOS PROFISSIONAIS LIBERAIS E IDEOLOGIAS NAS 55ª E 56ª LEGISLATURAS



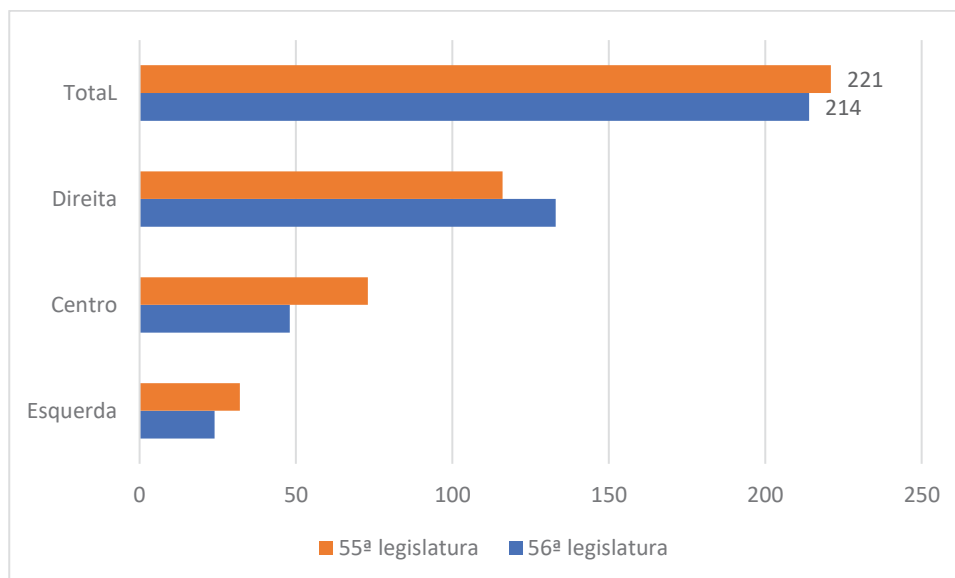
FONTE: Elaborado pela autora.

O total de empresários autodeclarados profissionais liberais foi muito próximo na sua quantidade entre as duas legislaturas. Na 55ª legislatura, os números entre as ideologias não diferem muito entre si quanto as de centro e direita, já que são 19 empresários na ideologia de centro e 21 na ideologia de direita, mas se demonstra continuamente como a esquerda é diminuta aos empresários.

Na 56ª legislatura, a quantidade das ideologias entre si é díspare, no entanto, entre as legislaturas, a direita continua sendo a ideologia mais recorrente. As ideologias demonstram serem crescentes da esquerda para a direita, exceto na relação entre esquerda e centro, os quais

se posicionam iguais na 56ª legislatura. A síntese das ideologias, conforme as legislaturas, é demonstrada no Gráfico 16.

GRÁFICO 16 – IDEOLOGIA NAS 55ª E 56ª LEGISLATURAS



FONTE: Elaborado pela autora.

Assim, consta salientar o grupo dos empresários “outros” autodeclarados na 55ª e 56ª legislaturas nas Tabelas 13 e 14. Existe como classificado nessa categoria um policial civil, que, apesar de ser servidor público, não pertence à categoria político autodeclarado e, além desse, está incluído um magistrado. Nas seguintes Tabelas 13 e 14, são relacionados os “outros” com partidos políticos, os quais foram considerados no total das ideologias, como se verá nas Tabelas 16, 17 e 18:

TABELA 13 – PARTIDOS E OUTRAS PROFISSÕES NA 55ª LEGISLATURA

55ª legislatura	
Partidos	Outras profissões
DEM	1
PDT	1
PP	2
PSB	1
PSDB	1
PTB	2
PV	1
Total	9

FONTE: Elaborado pela autora.

TABELA 14 – PARTIDOS E OUTRAS PROFISSÕES NA 56ª LEGISLATURA

56ª legislatura

Partidos	Outras profissões
MDB	1
PRP	1
PSB	1
PSC	1
PSD	1
PSL	1
SD	2
Total	8

FONTE: Elaborado pela autora.

A categoria “outros” é embarcado na predominância da ideologia de direita, assim como nos outros grupos de empresários que se autodeclararam empresário, políticos e profissionais liberais.

5.1.4 Resultados dos partidos, ideologias e grupos nas 55ª e 56ª legislaturas

Demonstramos a relação das ideologias com todos os grupos dos empresários que se autodeclararam como empresários, políticos e profissionais liberais, com as legislaturas, ou seja, o grupo dos empresários autodeclarados, políticos autodeclarados, os “outros” na Tabela 15.

TABELA 15 – IDEOLOGIAS E GRUPOS

55ª legislatura				
Ocupação	Esquerda	Centro	Direita	Total dos grupos
Empresário	14	33	53	100 (36)
Profissionais liberais	22	37	41	100 (51)
Políticos	11	32	57	100 (125)
Outros	22	22	56	100 (9)
Total das ideologias	(32)*	(73)	(116)	(221)
56ª legislatura				
Ocupações	Esquerda	Centro	Direita	Total dos grupos
Empresários	2	25	73	100 (52)
Profissionais liberais	17	17	66	100 (54)
Políticos	12	28	60	100 (100)
Magistrado	0	100	0	100 (1)
Outros	14	29	57	100 (7)
Total das ideologias	(24)	(48)	(133)	(214)

FONTE: Elaborado pela autora.

*Os números em parênteses são os números absolutos.

A Tabela 15 é essencial para o entendimento da relação dos grupos classificados nesta dissertação, já que demonstra tanto a ideologia de esquerda, centro e direita, quanto à quantidade do total dos grupos (linha) e dos políticos empresários ao todo (coluna). Cresceram

os grupos dos empresários autodeclarados empresários e dos políticos autodeclarados que são empresários, no entanto, relembrando os gráficos e tabelas sobre as atividades, a quantidade de empresas diminuiu em 2018.

Sobre os partidos em comparação entre as duas legislaturas, temos as Tabelas 16, 17 e 18:

TABELA 16 – EMPRESÁRIOS DE PARTIDOS DE ESQUERDA NAS 55ª E 56ª LEGISLATURAS

55ª legislatura		56ª legislatura	
Partidos	Empresários	Partidos	Total de empresários
PCdoB	2	PSB	9
PDT	9	PT	3
PT	14	PDT	11
PSB	7	PPL	1
Total	32	Total	24

FONTE: Elaborado pela autora.

TABELA 17 – PARTIDOS DE CENTRO NAS 55ª E 56ª LEGISLATURAS

55ª legislatura		56ª legislatura	
Partidos	Empresários	Partidos de centro	Total de empresários
MDB	31	MDB	20
PPS	5	PMN	2
PROS	5	PPS	4
PSDB	25	PROS	2
PV	5	PSDB	18
PHS	2	PHS	2
Total	73	Total	48

FONTE: Elaborado pela autora.

TABELA 18 – PARTIDOS DE DIREITA NAS 55ª e 56ª LEGISLATURAS

55ª legislatura		56ª legislatura	
Partidos	Empresários	Partidos	Empresários
DEM	16	DEM	20
PR	16	PR	19
PP	27	PP	19
PRB	6	PRB	8
PRP	3	PRP	1
PSC	3	PSC	2
PSD	19	NOVO	6
PSL	2	PSD	21
AVANTE	1	AVANTE	3
PTB	12	PSL	18
SD	7	SD	3
PODEMOS	4	PTB	5
Total	116	PTC	1
		PODEMOS	6
		PATRIOTAS	1
		Total	133

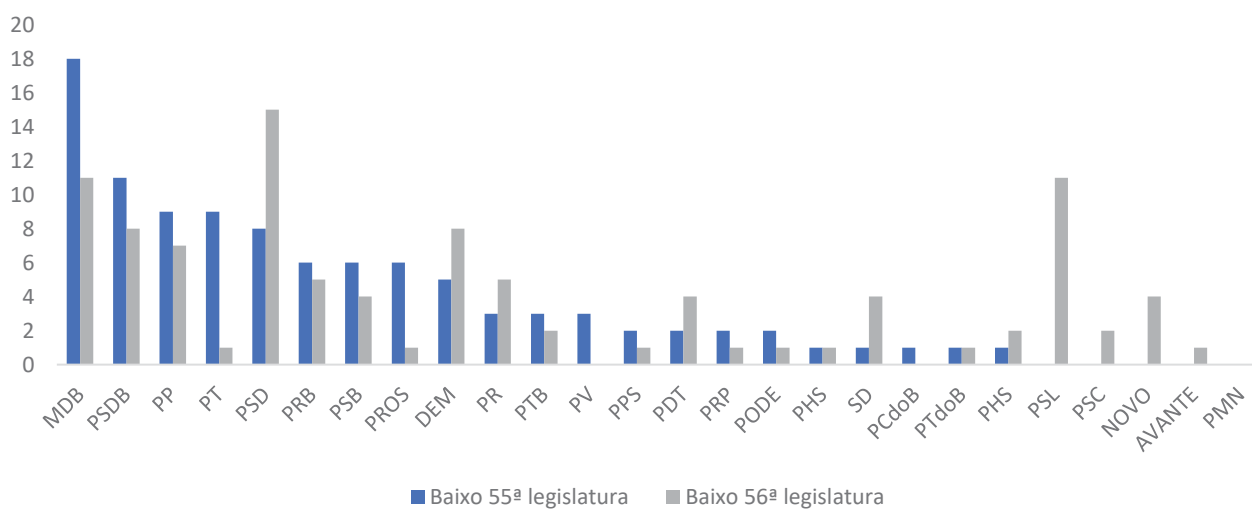
FONTE: Elaborado pela autora.

A quantidade de partidos da ideologia de esquerda diminuiu. Em resumo, percebeu-se que a ideologia predominante é a de direita, no entanto, ela ocorre de maneira dispersa em mais partidos do que outros, frente ao fato de que a maioria dos grupos nas legislaturas tem como principal partido de outra ideologia, ou seja, possui o maior número de empresários, por exemplo, os de centro. No final, a concentração na ideologia de direita é predominante, portanto, os partidos de direita ainda são em maior número, porém, não são os que mais acumulam empresários.

5.1.5 Resultados sobre capital social

Partindo para a relação entre os capitais sociais das sociedades empresárias e os partidos nas duas legislaturas, começamos pelo Gráfico 17, sobre o capital social baixo que corresponde à quantia menor de 200 mil reais de patrimônio empresarial.

GRÁFICO 17 – CAPITAL SOCIAL BAIXO ENTRE PARTIDOS NAS 55ª E 56ª LEGISLATURAS



FONTE: Elaborado pela autora.

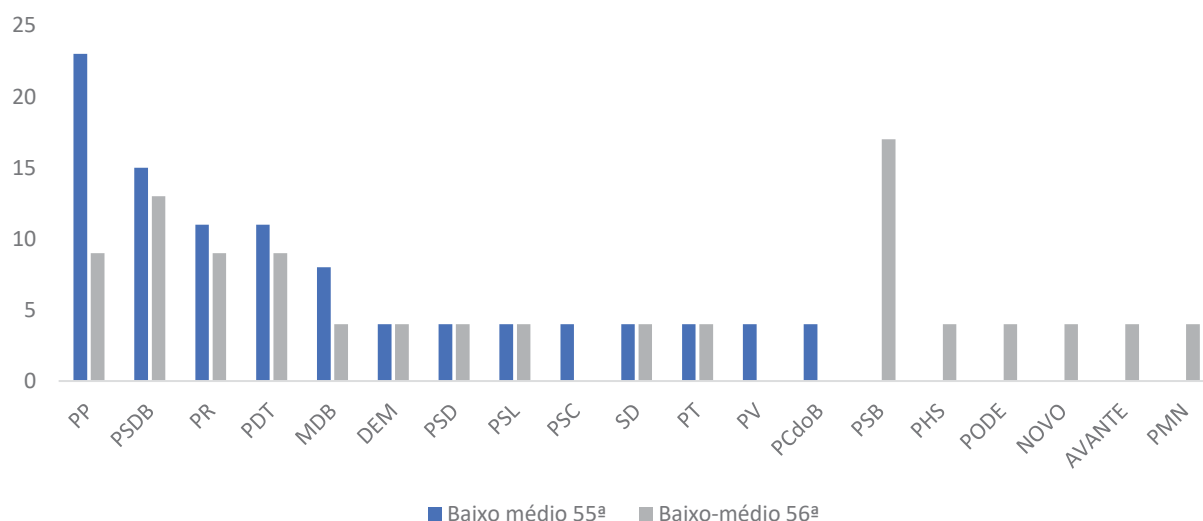
A maioria dos partidos de baixo capital social empresarial é da direita, contabilizando 11, já os de centro são 8, e 4 se referem à ideologia de esquerda. Quanto ao aumento do capital social, pode-se perceber que 13 partidos diminuíram a quantidade em relação ao baixo capital social, o que pode ser um problema de diminuição partidária na legislatura, como por exemplo,

o PP, que tinha 27 empresários em 2014 e passou a ter 19 em 2018, assim como PSDB, de 25 para 18, MDB, de 31 para 20 deputados empresários.

Em contrapartida, o DEM aumentou o número de deputados eleitos que são empresários, aumentou também o número de baixo capital social. Outro exemplo é o PSD, que acresceu de 19 para 22 em questão dos deputados. O PR, porém, diferentemente do PPS, diminuiu em número de capital social baixo, mas aumentou na questão da quantidade de partícipes.

O Gráfico 18 corresponde ao capital social médio-baixo, sendo o montante do patrimônio empresarial de 200 mil a menos de 500 mil reais.

GRÁFICO 18 – CAPITAL SOCIAL MÉDIO-BAIXO NAS 55ª E 56ª LEGISLATURAS (%)

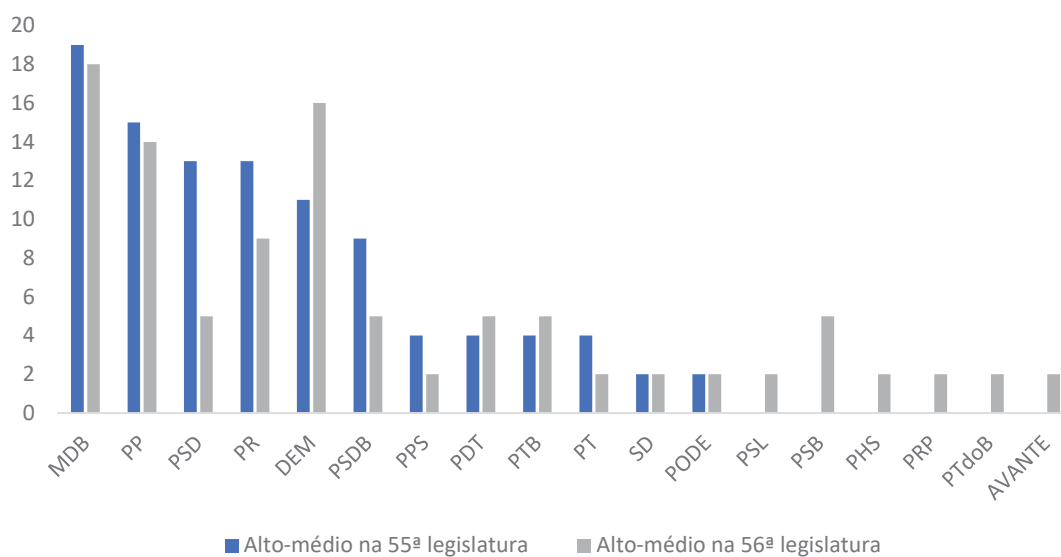


FONTE: Elaborado pela autora.

De uma legislação a outra, percebe-se a quantidade de partidos que possuem capital social empresarial baixo-médio, o qual diminuiu ou se manteve igual. Em 2014, o partido que possuía mais capital baixo-médio é o PP, já em 2018 é o PSB.

A seguir, trazemos o Gráfico 19 com o capital social alto-médio, que corresponde a capitais com mais de 500 mil reais a 2 milhões de reais, das duas legislaturas em relação aos partidos políticos.

GRÁFICO 19 – CAPITAL MÉDIO-ALTO NAS 55ª E 56ª LEGISLATURAS

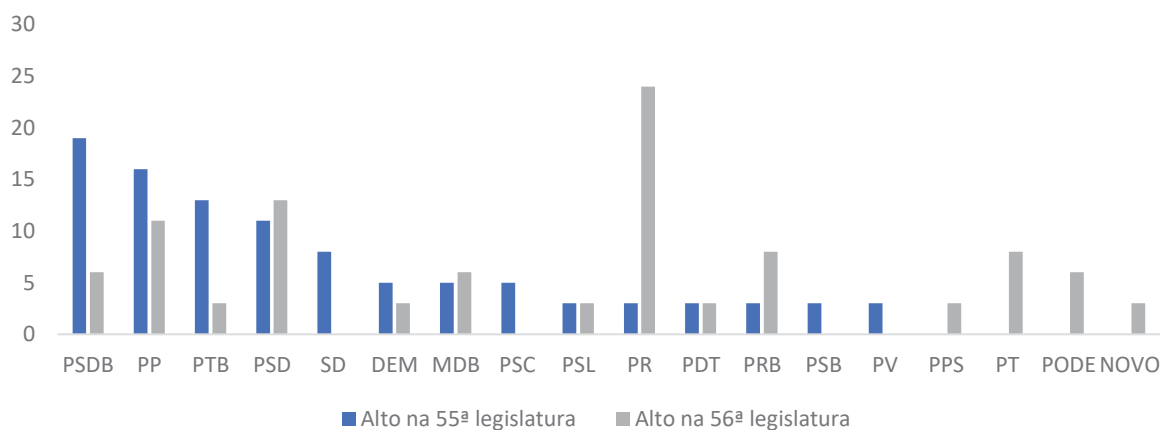


FONTE: Elaborado pela autora.

Conforme o Gráfico 19, os partidos diminuíram em quantidade de capital social médio-alto na 56ª legislatura. Os partidos que aumentaram esse capital foram o DEM e o PT, o MDB ficou com a maior quantia ao todo nas duas legislaturas, ou seja, entre 500 mil a 2 milhões de capital empresarial.

O próximo gráfico, 20, trata do capital social alto, que corresponde a mais de 2 milhões de reais

GRÁFICO 20 – CAPITAL SOCIAL ALTO NAS 55ª E 56ª LEGISLATURAS



FONTE: Elaborado pela autora.

O PR saltou de 3% para 24% quanto ao alto capital na 56ª legislatura, assim como o PT, o qual não possuía nenhum capital alto e nessa mesma legislatura obteve 8%, e o PPS, de 0% para 3%, o PSC foi de 5% a 0% assim como o PV, de 3% a 0%. O PP, PSDB, DEM e o PTB diminuíram a participação em capital social alto empresarial, diferentemente do PSD, que subiu de 11% para 13%.

Em 2014 o partido que mais acumulou capital ao todo foi o PP, e o menor foi o PHS. Na 56ª legislatura, foram o PR e PSD que mais tiveram capital social alto. Diante disso, nas duas legislaturas, dois partidos de direita possuíram o maior montante de capital social empresarial.

Desse modo, a maior quantidade de partidos se encontra em capital social baixo, sendo o alto com menor número de partidos. A seguir, nas Tabelas 19 e 20, serão expostos os dados sobre a relação das regiões com o capital social das empresas dos políticos.

TABELA 19 – CAPITAL SOCIAL E REGIÃO NA 55ª LEGISLATURA

55ª Legislatura (%)				
Regiões	Baixo	Médio-baixo	Médio-alto	Alto
Norte	7	12	11	3
Nordeste	25	27	32	43
Centro-Oeste	9	8	11	8
Sudeste	38	42	29	27
Sul	21	11	17	19
Total	100	100	100	100

FONTE: Elaborado pela autora.

A região que mais possui capital social baixo, abaixo de 200 mil reais, baixo-médio, ou seja, de 200 mil reais a 500 mil é o Sudeste. Já o capital social médio-alto, correspondente a mais de 500 mil até 2 milhões, e o capital alto, mais de 2 milhões de reais, se concentram no Nordeste. O Norte tem predominância no capital baixo-médio, o Centro-oeste no médio-alto capital social, e o Sul tem concentração no baixo capital social empresarial. Na Tabela 20, demonstram-se os capitais sociais por região na 56ª legislatura.

TABELA 20 – CAPITAL SOCIAL E REGIÃO NA 56ª LEGISLATURA

56ª Legislatura (%)				
Regiões	Baixo	Médio-baixo	Médio-alto	Alto
Norte	11	22	16	14
Nordeste	28	22	27	37
Centro-Oeste	8	0	13	9

Sudeste	32	43	35	29
Sul	21	13	9	11
Total	100	100	100	100

FONTE: Elaborado pela autora.

Na 56ª legislatura, a região Sudeste concentrou os capitais sociais baixo, médio-baixo e médio-alto. O Norte teve a preponderância do capital médio-baixo. O Nordeste foi maioria no alto capital, assim como na 55ª legislatura. O Centro-oeste concentrou-se no médio-alto capital social, da mesma forma como na legislação passada, o Sul teve proeminência no baixo capital social, assim, abaixo de 200 mil reais.

A última análise sobre capital social é a relação entre ele e os grupos empresariais que se autodeclararam de maneira divergente ao seu exercício como empresários, como é demonstrado na Tabela 21.

TABELA 21 – CAPITAL SOCIAL POR GRUPOS NAS 55ª E 56ª LEGISLATURAS

55ª legislatura (%)				
Profissões	Baixo	Médio-baixo	Médio-alto	Alto
Empresários	15	4	19	22
Políticos	57	70	64	46
Profissionais liberais	26	22	15	24
Outros	2	4	2	8
Total	100 (89)	100 (27)	100 (47)	100 (37)
56ª legislatura (%)				
Profissões	Baixo	Médio-baixo	Médio-alto	Alto
Empresários	19	22	15	29
Políticos	41	48	64	42
Profissionais liberais	34	22	15	29
Outros	6	8	6	0
Total	100 (80)	100 (23)	100 (33)	100 (38)

FONTE: Elaborado pela autora.

Verifica-se que os políticos autodeclarados são aqueles que possuem a maior quantia em todos os tipos de divisão dos patrimônios empresariais, assim, são eles em maioria no capital social baixo, médio-baixo, médio-alto e alto nas duas legislaturas. Existiu uma diminuição do capital baixo, assim como nos capitais sociais médio-baixo e médio-alto, sendo unicamente maior o capital alto de 37 deputados para 38 da 55ª para 56ª legislatura.

5.1.6 Porte das empresas

Ao todo, são, em 2014, 232 empresas de porte médio ou grande porte (DEMAIS), 73 empresas de pequeno porte (EPP) e 153 microempresas (ME). Já em 2018, foram 165 empresas DEMAIS, 61 EPP's e 170 ME's.¹⁸

A seguir na tabela 22, demonstramos a relação entre portes de empresas e atividades. A tabela foi separada por quantidades de empresas nos portes de microempresa, pequeno porte e grande, já que na declaração dos deputados somente existiu a exposição desses portes.

TABELA 22 – ATIVIDADES E PORTES DE EMPRESA NAS 55ª e 56ª legislaturas

55ª legislatura				56ª legislatura		
Atividades	Porte micro (%)	Porte pequeno (%)	Porte grande (%)	Porte micro (%)	Porte pequeno (%)	Porte grande (%)
Agropecuária	31,25	12,5	31,25	32,5	15	15
Indústria extrativa	52	0	40	100	0	0
Indústria de transformação	43,47	8,69	47,82	30	20	50
Eletricidade	100	0	0	0	0	100
Água e esgoto	100	0	0			
Construção	26,5	14,28	57,14	30,61	16,32	53,06
Comércio	34,25	19,4	46,29	42,6	16,1	41,1
Transporte, armazenagem e correios	0	14,28	85,1	14,2	14,2	71,4
Alojamento e alimentação	40	13,3	40	50	18,7	31,25
Informação e comunicação	44,89	18,36	32,6	55,5	18,51	25,9
Atividades financeiras e de seguros	8,16	12,2	77,5	20	11,4	65,7
Atividades de imobiliária	26,8	9,75	63,41	36,6	6,6	53,3
Atividades profissionais liberais	38,23	23,5	35,29	52,7	10,9	36,6
Atividades administrativas	66,6	0	33,3	0	66,6	33,3
Educação	0	22,2	66,6	50	0	50
Saúde humana	31,25	18,75	50	32,14	25	39,2
Artes, cultura e esportes	55,5	22,2	11,1	60	26,6	13,3
Total*	N=153	N=73	N=231	N=170	N=61	N=165

*Não foram informados 37 portes das empresas.

FONTE: Elaborado pela autora, com base na obra de Daniel Gaxie (2012).

¹⁸ Conforme o SEBRAE, a ME possui em comércio e serviços até 9 empregados e em indústria até 19 empregados e uma renda anual bruta inferior ou igual a R\$ 360 mil. A EPP tem como referência no comércio e serviços de 10 a 49 empregados e renda anual bruta com limite de faturamento de R\$ 4,8 milhões, já as empresas do porte DEMAIS, as quais são de médio e grande porte, têm médio porte em comércio, de 50 a 99 empregados, e na indústria, de 100 a 499 empregados, já a de grande porte possui mais de 500 empregados, contabilizando ambas, um faturamento maior que R\$ 4,8 milhões.

Dessa forma, em 2014, o porte que prevaleceu foi o DEMAIS, o qual teve preponderância das atividades de transporte, atividades financeiras e atividades imobiliárias. As menores empresas estão nas áreas de eletricidade, água e esgoto e atividades financeiras. Em 2018 a maioria foi de microempresas, inclusive nas áreas de indústria extrativa, alojamento e alimentação e informação e comunicação. As grandes empresas são concentradas em eletricidade, transporte e armazenagem e atividades financeiras, assim como em 2014.

5.1.7. Micro, pequenos e grandes empresários

A quantidade de micro, pequenos e grandes empresários considera a quantia de cada empresário que as possui micro, pequenas e grandes empresas. Diante disso, é demonstrado na tabela 23 a preeminência dos grandes empresários na 55ª legislatura e na 56ª dos microempresários:

TABELA 23 – MICRO, PEQUENOS E GRANDES EMPRESÁRIOS

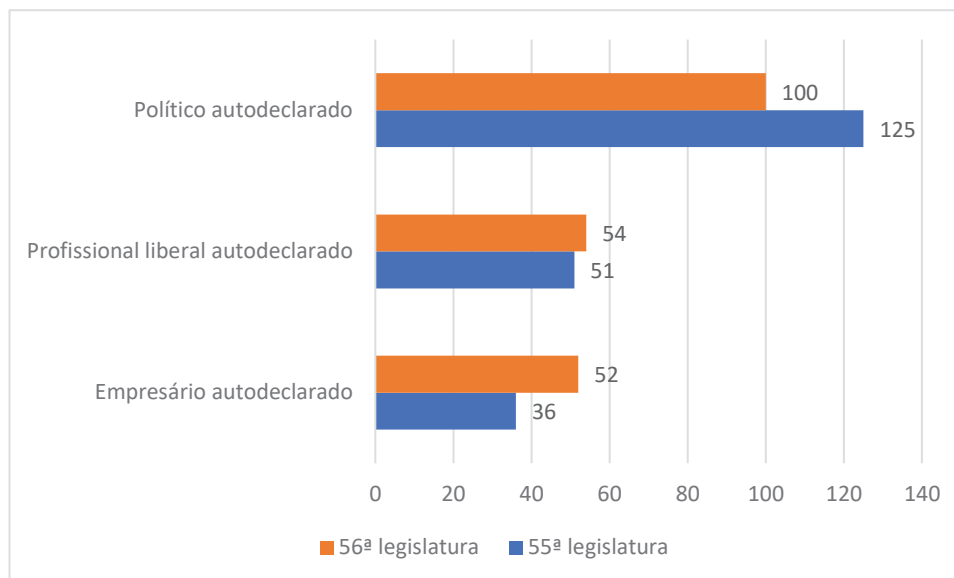
	55ª legislatura	56ª legislatura
Microempresários	17	55
Pequenos empresários	30	26
Grandes empresários	53	19
Total	100% N=221	100% N=214

FONTE: Elaborado pela autora.

5.1.8 Composição total da Câmara dos Deputados

No Gráfico 21, apresenta-se a distribuição total dos empresários conforme os grupos autodeclarados: políticos, profissionais liberais e empresários.

GRÁFICO 21 – AUTODECLARADOS POLÍTICOS, PROFISSIONAIS LIBERAIS E EMPRESÁRIOS NAS 55ª E 56ª LEGISLATURAS



FONTE: Elaborado pela autora.

A seguir, expõe-se a quantidade de porcentagem da Câmara ao todo separada por grupos ocupacionais, ou seja, a sua composição total na Tabela 24. Os empresários foram de nossa coleta, e os outros grupos ocupacionais foram retirados do banco de dados do TSE.

TABELA 24 – COMPOSIÇÃO DA CÂMARA

Ocupações	% na Câmara na 55ª legislatura	% na Câmara na 56ª legislatura
Empresários	43	41,7
Profissionais liberais	18,2	12,47
Servidores da segurança pública	1,75	2,72
Estudantes	0,58	0
Outros	4,48	2,72
Membros de igrejas	0,38	0,19
Políticos	30	34,5
Professores	1,5	3,11
Aposentados	0	0,38
Trabalhadores domésticos	0	0,19
Total	100 N=513	100 N=513

FONTE: Elaborado pela autora.

A partir da Tabela 24, constata-se que o grupo dos empresários é maioria na Câmara dos Deputados, seguido dos políticos profissionais. Ao todo, os empresários são os que mais acumulam participantes, os outros grupos têm menores porcentagens de presença.

5.2 ÍNDICE DE REPRESENTAÇÃO

A análise da representação será feita da seguinte forma: a partir dos resultados, utilizamos o índice de representação implementado por Daniel Gaxie (2012)¹⁹ para a análise das atividades, portes e ideologia.

Verificaremos se as categorias analisadas estão muito ou pouco representadas, sendo a super-representação acima de 100.²⁰ Desse modo, são divididas a quantia da categoria no grupo empresarial em relação a essa mesma categoria na dimensão dela na sociedade e multiplicadas por 100.

Esse viés demonstra que, apesar de existir uma certa maioria de um grupo no legislativo federal, ele pode, em comparação com a sociedade, ser mais ou menos representado. Mas isso não retira o peso da predominância de um conjunto na Câmara. Maiorias importam e quanto maior a participação, não podemos negar que não exista maior representação nas decisões legislativas, como foi defendido nos capítulos teóricos. Desse modo, esse índice traz outro tipo de análise, o qual complementa os resultados e a pesquisa em si.

Diante disso, as atividades e ideologias em comparação ao total da Câmara, e portes de empresas estudados nos perfis desses agrupamentos (5.1) podem ter resultados diferentes dos níveis abstraídos do índice de representação, o que é capaz de promover exames sobre possíveis forças de bancadas na Câmara dos Deputados em relação à sua quantidade e à sua força de representação em relação à sociedade, inclusive quando analisados os micros, pequenos e grandes empresários.

O índice baseia-se em 100 como uma representação proporcional e quando ultrapassado esse número existe uma super-representação, como fora dito. Disso é necessário entender que, se existe um valor maior de certa categoria na sociedade e menor na Câmara, o índice será provavelmente menor que 100, já que esta não estaria equilibrada nessa relação entre população na Câmara e população ativa (em relação a certa categoria na sociedade). No caso de menor valor na população e maior quantidade na Câmara dos Deputados, o índice de representação será maior que 100.

¹⁹ Índice calculado deste modo: % de deputados originários de uma dada categoria social/ % dessa categoria na população ativa X 100.

²⁰ Grandes produtores rurais, industriais e grandes empresários, profissionais liberais, altos executivos dos setores privado e público, professores e intelectuais diversos estão frequentemente sobre-representados (índice superior a 100) (GAXIE, 2012, p. 166).

5.2.1 Atividades e representação

As atividades são demonstradas pela quantidade de empresas nas suas respectivas áreas. Foi averiguado que certas atividades são mais preponderantes na Câmara do que outras no tópico 5.1. É dominante a área do comércio, portanto, essa categoria possui mais representação em relação à quantidade dentro da câmara. Já quando tratamos da representação dessa área em relação à sociedade, ela é sub-representada como é indicado pela Tabela 25. A análise deve ser feita considerando que a porcentagem de “atividades exercidas pelos políticos empresários” é composta por empresários na Câmara, já a porcentagem de atividades na população significa a quantidade dessas atividades em seu total na sociedade.

TABELA 25 – ÍNDICE DE REPRESENTAÇÃO DAS ATIVIDADES EMPRESARIAIS

55ª legislatura				56ª legislatura		
Atividades	% de atividades exercidas pelos políticos empresários	% de atividades na população de atividades ²¹	Índice de representação	% de atividades exercidas pelos políticos empresários	% de atividades na população ativa de atividades	Índice de representação
Agropecuária	7	1,94	360	9,95	2,18	456
Indústria extrativa	5,76	0,20	2.880	1,74	0,20	870
Indústria de transformação	5,76	8,59	67	2,48	7,92	31
Eletricidade	0,23	0,04	585	0,49	0,052	980
Água e esgoto	0,23	0,21	575	0	0,25	0
Construção	11,29	4,80	235	12,18	4,74	256
Comércio	24,8	40,07	61,89	16,91	37,5	45
Transporte, armazenagem e correios	1,6	4,63	34,77	1,74	4,46	39
Alojamento e alimentação	3,45	6,18	55,82	3,98	6,07	65
Informação e comunicação	11,29	2,81	401,77	6,71	2,76	243

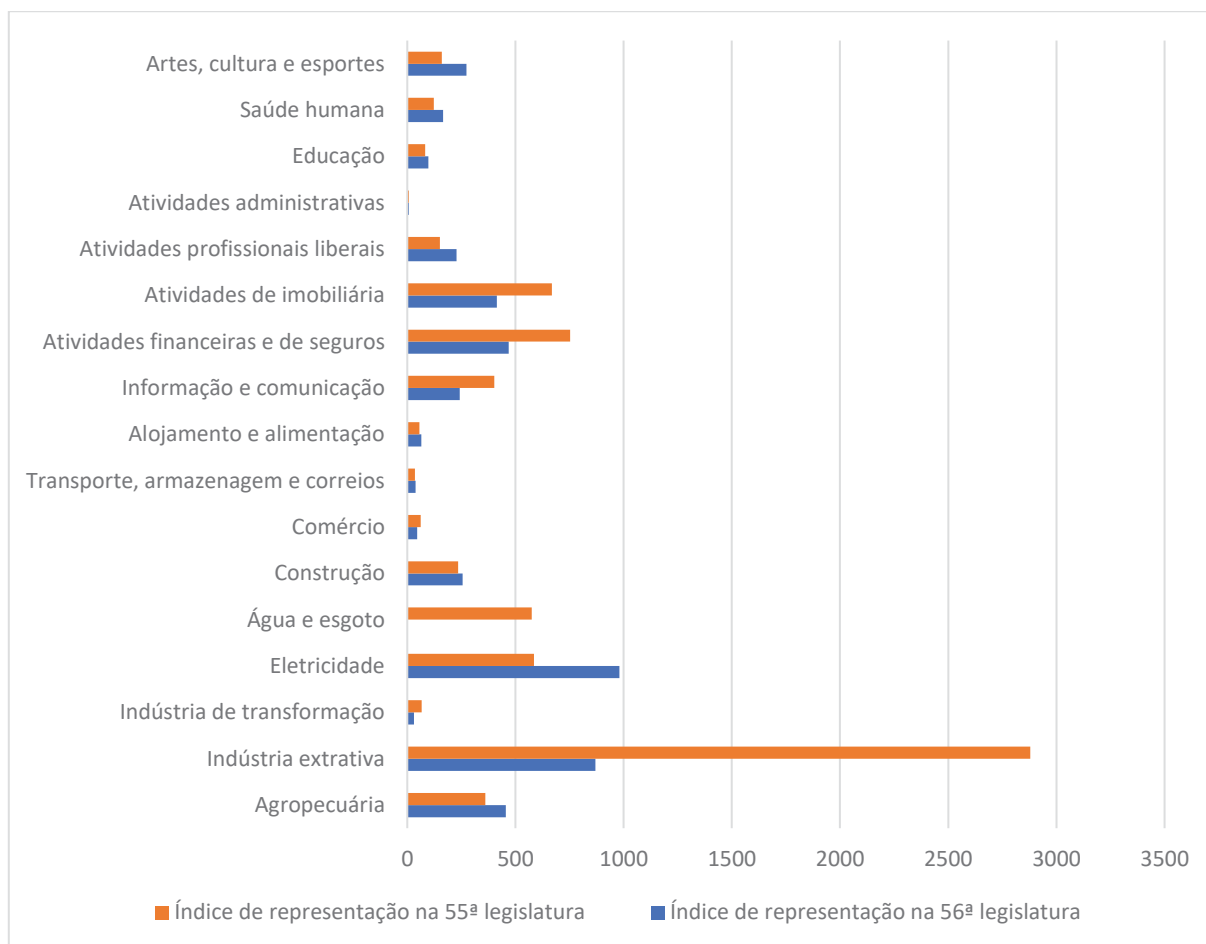
²¹ De acordo com o cadastro central de empresas.

Atividades financeiras e de seguros	11,29	1,50	752,6	8,45	1,80	469
Atividades de imobiliária	9,44	1,41	669	7,46	1,80	414
Atividades profissionais liberais	7,83	5,18	151	13,68	6,01	227
Atividades administrativas	0,69	8,84	7,80	0,74	9,44	7,83
Educação	2,07	2,52	82,14	3,48	3,55	98
Saúde humana	3,86	3,15	122	6,96	4,19	166
Artes, cultura e esportes	2,07	1,30	159	3,73	1,36	274
Total	100% N=474	100% N=5.103.357		100% N=402	100% N=5.029.109	

FONTE: Elaborado pela autora, com base na obra de Daniel Gaxie (2012)

De uma maneira mais ilustrativa, indica-se o Gráfico 22 para demonstrar como se posicionam as atividades em relação ao índice de representação:

GRÁFICO 22 – ÍNDICE DE REPRESENTAÇÃO E ATIVIDADES



Fonte: Elaborado pela autora.

Na 55ª legislatura se averigua, pelo índice de representação, que a indústria extrativa é a mais representada em relação ao seu conjunto na sociedade. Assim, a sua quantidade entre o total de atividades é baixa, como a sua presença na Câmara. Apesar disso, essa categoria é mais ínfima na sociedade, o que aumenta o seu índice de representação.

O comércio, apesar de possuir um índice de representação menor do que 100, ainda é maioria entre as atividades na sociedade e na Câmara, portanto é uma relação equivalente. Outras áreas mais presentes na Câmara são a construção, comunicação e informação e atividades financeiras, as quais em relação a população estão sobre-representadas, ou seja, elas não são tão presentes na sociedade, mas na Câmara estão em maior quantidade.

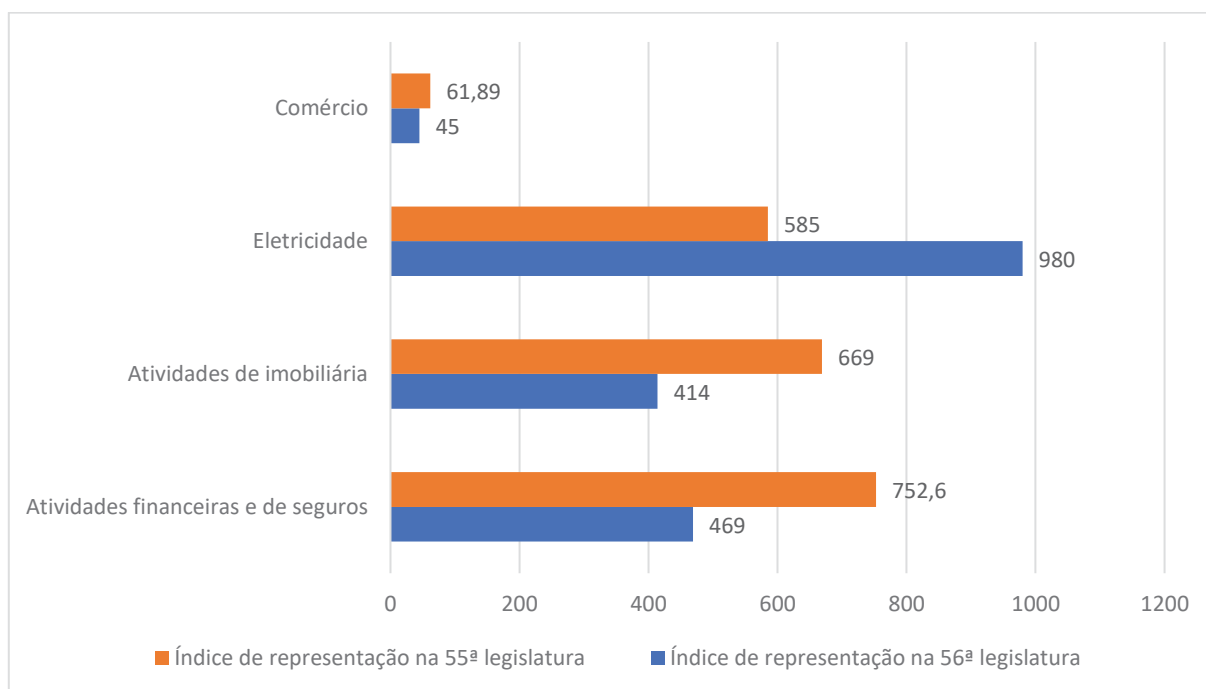
Eletricidade, agropecuária, água e esgoto, atividades imobiliárias, atividades profissionais liberais, saúde humana e artes, cultura e esportes, mesmo não possuindo grande presença na Câmara dos Deputados, ainda são super-representadas nessa instituição quando relacionadas a sua presença com a categoria ativa de atividades na sociedade.

As atividades que não possuem tanta presença na Câmara como a indústria de transformação, transporte e armazenagem, alojamento e alimentação, atividades administrativas e educação, também não são representadas em relação a sociedade.

Na 56ª legislatura o fenômeno da super-representação também alcançou a indústria extrativa e a eletricidade. Assim como na 55ª legislatura, essas áreas não são preponderantes na sociedade, mas na Câmara se mostraram representativas. O comércio passou pelo mesmo acontecimento nas duas legislaturas, tendo o índice de representação menor que 100.

No gráfico 23 ocorre uma distorção das áreas devido a super-representação da indústria extrativa, assim, demonstra-se no gráfico 23 as principais atividades mais sobre-representadas com exclusão da indústria extrativa. O comércio é a área que possui maior presença na Câmara, no entanto, uma menor representação, assim, ele é inserido no gráfico para compararmos com as outras atividades.

GRÁFICO 23 – ÍNDICE DE REPRESENTAÇÃO E ATIVIDADES MAIS REPRESENTADAS



FONTE: Elaborado pela autora.

Desse modo, as atividades, ou seja, os próprios empresários são super-representados, já que as áreas que são minoria em presença na Câmara, ultrapassam o índice 100 de representação em relação a sociedade.

5.2.2 Portes das empresas e representação

Os portes das empresas são separados entre microempresas (ME), empresas de pequeno porte (EPP) e grandes empresas (DEMAIS), comparados com a quantidade de micro, pequenos e grandes empresários na Câmara dos Deputados. A seguir, na Tabela 26, é exposto o índice de representação por portes de empresas.

TABELA 26 – ÍNDICE DE REPRESENTAÇÃO DOS PORTES EMPRESARIAIS

55ª legislatura				56ª legislatura		
	% de deputados empresários na categoria	% da categoria na população ²²	Índice de representação	% de deputados empresários na categoria	% da categoria na população	Índice de representação
Microempresas	35	87	40	33	88	37,5
Pequenas empresas	16,8	10	168	11,89	10	118,9
Grandes empresas	45,2	3	1.766	32	2	1.600
Total	N=474	N=5.392.234		N=432	N=5.029.109	

Fonte: elaborado pela autora a partir da obra de Gaxie (2012).

Percebe-se que apesar de existirem mais microempresas em 2018, o porte mais representado é o das grandes empresas nas duas legislaturas. Em segundo lugar, os das pequenas empresas. Esse fenômeno ocorre porque na sociedade existe uma grande quantia de microempresas, assim, apesar da grande quantidade do tipo existir na Câmara, ele ainda não é suficiente ao ponto de se equipar proporcionalmente na sociedade. No entanto, continua sendo um reflexo, porque as microempresas são maioria tanto na sociedade como na Câmara dos Deputados. Na tabela 26 é demonstrado os portes das empresas por atividades:

TABELA 27 – ÍNDICE DE REPRESENTAÇÃO DAS ATIVIDADES POR PORTE DE EMPRESA

Atividades	55ª legislatura			56ª legislatura		
	Índice de representação o empresas ²³ ME	Índice de representação o empresas EPP	Índice de representação o empresas DEMAIS	Índice de representação o empresas ME	Índice de representação o empresas EPP	Índice de representação o empresas DEMAIS
Agropecuária	35,9	125	1.041	36,9	150	750

²² De acordo com IBGE, cadastro nacional de empresas.

²³ Os índices foram baseados nos dados do IBGE.

Indústria extrativa	59,7	0	1.333	113	0	0
Indústria de transformação	49,9	86,9	1.594	34	200	2.500
Eletricidade	114	0	0	0	0	5.000
Água e esgoto	114	0	0	0	0	0
Construção	30,4	142,8	1.905	34,7	163,2	2.653
Comércio	39,36	194	1.543	48,4	161	2.055
Transporte, armazenagem e correios	0	142,8	2.836	16,13	142	3.570
Alojamento e alimentação	45,9	133	45,9	56,8	187	1.562
Informação e comunicação	51,59	183,6	1.086	63	185,1	1.295
Atividades financeiras e de seguros	9,37	122	2.853	22,7	114	3.285
Atividades de imobiliária	30,8	97,5	2.113	41,5	66	2.665
Atividades profissionais liberais	43,9	235	1.176	59,8	109	1.830
Atividade administrativa	76,5	0	1.110	0	666	1.665
Educação	0	222	2.220	56,81	0	2.500
Saúde humana	36,20	187,5	1.666	35,5	250	1.960
Artes, cultura e esportes	63,7	222	370	68,18	266	665

FONTE: Elaborado pela autora, com base na obra de Daniel Gaxie (2012).

A maioria das atividades tem ampla representação das grandes empresas, assim como indicou a tabela anterior. Em especial, na 55ª legislatura, as áreas de transporte e armazenagem, atividades financeiras e atividades de imobiliária ultrapassaram o índice de 2.000 de representação. O mesmo fenômeno ocorre na 56ª legislatura, com ênfase em transporte e armazenagem e atividades financeiras.

5.2.3 Ideologia e representação

A relação entre ideologia e representação foi baseada no total da ideologia na Câmara, assim, o índice baseia-se na quantidade de participantes na esquerda, centro e direita em relação à quantia dos participantes empresários nessas ideologias nas duas legislaturas, como podemos ver na Tabela 28.

TABELA 28 – ÍNDICE DE REPRESENTAÇÃO E IDEOLOGIA

55ª legislatura				56ª legislatura		
	% de empresários em cada ideologia	% do total de deputados em cada ideologia	Índice de representação	% de empresários em cada ideologia	% do total de deputados em cada ideologia	Índice de representação
Esquerda	23,35	27	86,48	19,04	25	76,6
Centro	46,49	30	154,9	46,6	20	233
Direita	52,96	43	123	46,8	55	85
Total	N=221	N=513		N=214	N=513	

FONTE: Elaborado pela autora, com base na obra de Gaxie (2012).

A ideologia preponderante na Câmara nas duas legislaturas foi a de direita, mas quando analisamos proporcionalmente por tamanho de participação do total de deputados em cada ideologia, a mais representada é a de centro. Apesar disso, os empresários refletem a realidade da Câmara dos Deputados em pertencer majoritariamente à ideologia de direita.

5.2.4 Síntese dos resultados

Em síntese, primeiramente, sobre um panorama geral, a quantidade de empresas e empresários diminuiu de uma legislatura a outra, embora isso tenha ocorrido marginalmente. Sobre os grupos, a atividade mais recorrente foi a do comércio, sendo este em sua maioria o varejista, nos três grupos – de empresários autodeclarados empresários, empresários autodeclarados políticos e empresários autodeclarados profissionais liberais – e nas duas legislaturas. Sobre a representação de atividades, o comércio é um reflexo da sociedade, já que essa área existe em maioria na própria economia.²⁴ No entanto, mesmo em minoria, a indústria extrativa e de eletricidade são mais super-representados do que outras áreas.

²⁴ IBGE – Cadastro Central de Empresas.

A ideologia preponderante entre os grupos foi a de direita, inclusive nas duas legislaturas e nos três grupos. Já quando analisamos a representação das ideologias em relação ao total delas na Câmara, ou seja, de forma relativa, a ideologia de centro é a mais representada nos empresários. De toda forma, o panorama da Câmara sobre a ideologia se reflete nos deputados empresários, já que a maioria da ideologia da instituição é de direita, assim como a participação dos empresários nela.

Nas duas legislaturas, o grupo que possuiu mais presença foi o dos empresários autodeclarados políticos, sendo, no total, 224, em um cenário de 434 empresários coletados. Quanto aos partidos, no grupo dos empresários autodeclarados, na 55ª legislatura, o mais dominante foi o PSDB, um partido de centro, enquanto na 56ª legislatura, o PSL, o que representa uma mudança ideológica.

O grupo dos empresários autodeclarados políticos teve, em 2014, a preeminência do MDB e, em 2018, do DEM. Já o grupo dos empresários autodeclarados profissionais liberais teve na primeira legislatura maior concentração no PT, sendo o único grupo a ter um partido de esquerda como mais prevacente. Na segunda legislatura estudada, é recorrente a categoria dos empresários autodeclarados profissionais liberais no partido de direita, o PSD. Pode-se perceber, quanto à ideologia, a mudança contínua dos grupos para os partidos de direita na segunda legislatura.

O capital social foi relacionado com os partidos e com os grupos dispostos nesta dissertação diante da classificação do patrimônio empresarial, dividido entre capital social baixo, médio-baixo, médio-alto e alto. O capital social baixo teve sua concentração em 2014 no partido MDB, mas, em 2018, no PSD. Fora visto que a ideologia com capital social mais baixo foi a de direita, mas isso pode estar relacionado com a questão de que os partidos de direita são maioria na Câmara. Essa categoria de capital sofreu uma diminuição de uma legislatura a outra.

O patrimônio empresarial médio-baixo demonstrou que a quantidade de partidos pertencentes a essa categoria diminuiu. O PP foi o que mais possuiu capital médio-baixo – ou seja, de 200 mil a 500 mil reais em 2014. Já em 2018, essa colocação foi vista no PSB. O patrimônio social baixo tem em sua categoria 25 partidos políticos, e o capital social médio-baixo, 19 partidos. Já o capital social médio-alto e o capital alto acumulam 18 partidos.

Existe a relação do capital social das empresas com as regiões e os grupos profissionais. Primeiramente, existe a relação das regiões nas quais os empresários pertencem. Na 55ª legislatura, o capital social baixo é concentrado na região Sudeste, assim como o capital social médio-baixo. O Nordeste concentra o capital social médio-alto e o capital alto. Na 56ª legislatura, o patrimônio empresarial baixo, médio-baixo e médio-alto são preponderantes no

Sudeste. O Nordeste, assim como na 55ª legislatura, ainda é predominante no capital social alto. Sobre a relação dos grupos profissionais e capitais sociais, há a predominância do grupo “empresários políticos autodeclarados” em todos os capitais sociais.

Sobre os tamanhos das empresas da 55ª legislatura, prevaleceram as grandes empresas. Já em 2018, as microempresas foram a maioria entre os deputados empresários. Os grandes empresários são maioria na Câmara, dado corroborado pelo índice de representação.

6 DISCUSSÃO SOBRE OS RESULTADOS

O estudo da representação descritiva nos trouxe como resultado a hipótese sobre a possível super-representação dos empresários. A análise evocou o estudo do perfil do grupo empresarial e a sua composição no Poder legislativo. Diante desses dados, os empresários configuram-se em uma alta porcentagem na Câmara, 43% na 55ª legislatura, e 41,7% na 56ª legislatura, inclusive em relação aos outros grupos, como os políticos profissionais, os quais também são maioria na Câmara. Os profissionais liberais estão em terceiro lugar de predominância. Os menores grupos são os professores universitários, servidores de segurança pública (bombeiros e policiais militares), estudantes de ensino superior e aqueles relacionados à religião (sacerdotes e líderes de igrejas), nas duas legislaturas. As exceções são os pequenos agricultores, um aposentado e ocupantes do serviço das forças armadas²⁵ na 56ª legislatura.

Constatou-se que as ocupações autodeclaradas não são verossímeis sobre a real representação, pelo menos em relação aos empresários, já que separamos para os resultados a divisão feita pela própria autodeclaração dos deputados federais, os quais demonstraram ser parte da categoria empresarial na Câmara.

Foi comprovado que o grupo dos empresários é heterogêneo, separado em várias atividades empresariais. Essas categorias heterogêneas podem promover hipóteses quanto à qualidade da participação dos empresários como grupos diversos em relação a uma formação de maioria na Câmara dos Deputados com impacto nas decisões políticas, assim como afirma Robert Dahl (2012):

Porém, se a minoria dominante é uma coleção heterogênea de grupos, e se os interesses desses grupos às vezes divergem, a competição política pode, em algumas circunstâncias, induzir os líderes a buscar apoio na maioria, mediante a promoção dos interesses dela (DAHL, 2012, p. 127-128).

Existe, portanto, a questão de interesses prevaletentes da classe mais predominante na Câmara com consequências na representação política, por conseguinte, na qualidade democrática.

Existe no estudo da descrição da composição legislativa o debate sobre as “políticas de ideias”, assim, uma referência à presença de grupos na política que remetem à existência de ideias dessas categorias, como indica Anne Phillips (2001). Deste modo, a representação

²⁵ Forças armadas foram inseridas no grupo dos bombeiros e policiais militares.

assegura interesses daqueles que são mais representados. A autora cita John Burnheim (1985) para explicar a relação entre representação e interesses por meio da inclusão:

[...] nossos interesses são mais bem protegidos quando são representados por quem compartilha nossa experiência e interesses, e que esta similaridade de condições é um indicador muito mais confiável do que a eventual comunhão de opiniões que são, na verdade, vacilantes (BURNHEIM, 1985 apud PHILLIPS, 2001, p. 270).

A preponderância de uma categoria essencialmente interessada em objetivos econômicos nos prediz que outros interesses sociais possam ser negligenciados, inclusive quando se tem uma composição política minoritária de professores, agentes de segurança pública e membros de categoria religiosa, a única exceção foi um trabalhador doméstico na 56ª legislatura.

Quanto maior a participação dos grupos na Câmara, maior é a representação. Isso tem reflexo na democracia e na sua qualidade por meio do grau de inserção dos grupos na política, principalmente a partir da teoria representativa descritiva. Diante disso, como podemos considerar o fato de os empresários estarem em maioria na política, em relação ao grau de democratização no sistema político brasileiro?

A democracia é uma questão de inclusão e participação e, conseqüentemente, de deliberações políticas. Levando em consideração que o conteúdo dessas deliberações pode ter impacto na quantidade dessas categorias no Poder legislativo, podemos inferir certa repercussão na qualidade democrática. Afirma Teresa Sacchet sobre a inclusão de grupos, tomadas de decisões e efetividade da democracia:

A democratização seria, assim, mais que a extensão dos requisitos institucionais supramencionados. Ela efetivar-se-ia também, e particularmente, pela inclusão progressiva de diferentes grupos sociais no processo de tomada de decisão política. [...] a democracia é entendida aqui como sendo também uma questão de grau de envolvimento e de participação social na vida política da nação. A democratização seria, assim, mais que a extensão dos requisitos institucionais supramencionados. Ela efetivar-se-ia, também, e particularmente, pela inclusão progressiva de diferentes grupos sociais no processo de tomada de decisão política (SACCHET, 2012, p. 399-400).

Constata-se que a maioria dos trabalhadores domésticos, assalariados de serviços industriais, empregados de empresas em geral, não fazem parte da população eleita da Câmara dos Deputados, o que pode ser averiguado a partir do banco de dados do TSE na seção dos deputados federais não eleitos. Assim, é ínfima a sua representação, inclusive quando comparada com a dos empresários eleitos, o que acarreta a desconsideração de preferências e interesses desses grupos, desencadeando o conceito de “metainjustiça”, de Nancy Fraser

(2008): “na medida em que muitos sujeitos não podem participar desse delineamento, não tem as condições para vir a questionar injustiças [...] estão submetidos a uma forma de silenciamento ainda mais estrutural” (FRASER, 2008 apud AVRITZER; MARONA, 2014, p. 79).

Essas estruturas são formas institucionais construídas para o exercício da democracia, já que esta é algo em constante construção e não algo já instituído. Em uma democracia empírica devem existir, dentro dos parâmetros democráticos, oportunidades plenas para a formulação de preferências, a possibilidade de expressá-las através de ações individuais ou coletivas, as quais devem ser consideradas de maneira igual pelos governos. Como considerar, a partir do conceito de um governo responsivo, uma aplicação lógica da igualdade diante desse sistema político de grande escala (DAHL, 2012, p. 340) que nos demonstra ser desigual frente à presença massiva dos empresários?

A qualidade da democracia, como foi dito no Capítulo 1, depende da inserção de grupos na política, inclusive no aspecto da sua competição quanto à entrada nesse universo, assim como afirma Dahl (2012), as características importantes da democratização de um sistema político são de promover capacidade de oposição, rivalidade ou competição, portanto, como isso pode ocorrer frente à predominância de um grupo no sistema político? A maioria de uma certa ocupação no Poder legislativo nos indica a sua possível preponderância na questão das decisões políticas frente aos interesses e objetivos no processo político, assim como afirma Pitkin:

E quando diferentes grupos têm interesses concorrentes, a representação numérica ou descritiva desses grupos pode ter consequências importantes para sua representação substantiva, ou seja, o avanço de seus interesses no processo político (Pitkin, 1967).

A legitimidade das decisões pode emplacar certa defasagem diante da não presença das classes populares no Poder legislativo. Já que existem grupos excluídos numericamente em relação à hegemonia dos empresários, isso afeta a igualdade pela competição política e a consideração das diferentes preferências das diversas classes no Brasil. Deste modo, como afirma Burnheim: “Democracy is possible only if the decision-makers are a representative sample of the people concerned” (BURNHEIM, 1985, p. 7).

A constituição de um Estado Democrático de Direito valoriza um tipo de Estado no qual os princípios fundamentais emanam da relação direta com o poder do povo e a sua representação garantida pelo processo eleitoral do voto nos “representantes eleitos ou diretamente”. Disso, tem-se a ideia de que “a nova cidadania transcende uma referência central no conceito liberal: a reivindicação ao acesso, inclusão, participação e pertencimento a um

sistema político já dado” (DAGNINO, 2004, p. 104). Desta forma, a ampla participação no canal político é preceito constitucional, por meio da democracia representativa, que se dá por eleições, sufrágio universal, competição política (ARRUDA; TEIXEIRA, 2016), institutos de uma democracia empírica baseada na competição política eleitoral:

Essa ação justifica-se pelo fato de que a democracia parece implicar um método reconhecido, através do qual se desenrola a luta competitiva, e que o método eleitoral é praticamente o único exequível, qualquer que seja o tamanho da comunidade (SCHUMPETER, 1961, p. 323).

No entanto, a efetividade da democracia vai além dos parâmetros eleitorais, atingindo a sua substância, ou seja, a qualidade de participação, como afirma Cláudia Izidoro Sapi (2018): “Para que a democracia seja efetiva, não podemos confundi-la com eleição [...] Se a sociedade é plural, com atores sociais diversos, essa diversidade e essa pluralidade devem ser consideradas para que os conflitos sejam minimizados” (p. 69-70). Além disso, a autora utiliza o exemplo das mulheres em relação à representação descritiva: “A mulher, uma vez representada em posições de domínio, é autoridade, e não apenas uma voz que levará a demanda até a autoridade. O poder decisório é grande” (p. 71). Neste viés, a participação de um grupo no Poder legislativo lhe dá voz e autoridade para condizer com os seus interesses, assim indica a teoria democrática da representatividade:

Diante dos limites da igualdade matemática do voto, ou da igualdade de direitos de cidadania liberais, a teoria democrática vem apontando para a importância de incluir grupos sistematicamente ausentes das esferas políticas e representativas, a partir da diversidade dos grupos sociais, por exemplo, mulheres e minorias raciais e étnicas (ALMEIDA, 2013, p. 50).

Débora Rezende de Almeida afirma que existe relação entre interesses no campo do compartilhamento de experiências, portanto, como nesta dissertação, defende-se a representação descritiva:

Essa noção permite a defesa da representação descritiva, tanto no campo eleitoral como da sociedade civil, pois atrela a representatividade à existência de determinadas características e experiências compartilhadas e não à defesa de interesses ou indivíduos específicos (ALMEIDA, 2013, p. 53).

Destarte, considera-se a presença efetiva da maioria empresarial, o que tem impactos na projeção de interesses dentro da Câmara dos Deputados, assim como afirma Mansbridge:

[...] a maior participação de um grupo selecionado no Poder legislativo significaria maior projeção de interesses de determinado setor. Esses interesses de setores teriam

peso maior de decisões, e consequentemente, maior representação significa maior possibilidade de atingir certos objetivos (1999, p. 635-636).

A partir dessas explicações sobre a relação entre categorias, características e experiências, temos uma reflexão sobre a presença predominante dos empresários na Câmara.

O grupo dos empresários é um reflexo da sociedade de maneira invertida. Por exemplo, no Poder legislativo existe a maior quantia de grandes empresários em comparação com a sociedade, apesar de existirem mais microempresas na população. O que complementa essa análise é a representação prevalecente de algumas áreas que não são preponderantes na Câmara, como a indústria extrativa, transporte e armazenagem e atividades de imobiliária. Desta maneira, de fato, a classe empresarial é sobrerepresentada tanto numericamente quanto representativamente. Logo, importa coletar a quantidade de certa ocupação na Câmara para compreendermos como esses grupos estão quanto à sua representação em relação à sociedade.

A composição da Câmara brasileira pode ser conferida com a de outros países em relação às suas respectivas assembleias. Nicholas Carnes (2012), em exame sobre os Estados Unidos da América no período de 1901-1996, levantou que a ocupação predominante é a dos advogados e, em segundo lugar, a dos empresários. Olivier Costa e Erik Kerrouche (2009), analisando a Assembleia Francesa chegaram ao resultado dos gerentes e profissionais de alta exigência intelectual como maioria, e em seguida os empresários. Os autores Emiliano Grossman e Abel François (2011), no período de 1958-2007, coletaram o total de funcionários públicos como o principal grupo da Assembleia Francesa, em segundo, os executivos do setor privado, e na décima posição de 16 ocupações, surgem os empresários.

Desse modo, em comparação com a literatura internacional, o Brasil pode ser considerado como o Legislativo mais super-representado pelos empresários em relação à França e aos EUA. Apesar disso, o Brasil segue a lógica internacional de possuir mais políticos profissionais e advogados na Câmara.

Sobre o Brasil, Rodrigues investigou as 51ª e 52ª legislaturas, corroborando os nossos dados, de que a maioria da Câmara é composta por empresários na ideologia de direita. O autor chegou aos resultados de que os empresários são preponderantes no médio-alto capital e alto capital social. Diferentemente, demonstramos que em 2014 e 2018 ocorreram mudanças para baixo capital social e médio-baixo capital.

Focando a classe trabalhadora, representada pelos empregados de serviços em geral e de empresas, não é possível desvincular os tipos de interesses dessas classes, inclusive em relação a um especial vínculo de emprego entre o empregado e o empregador. O trabalhador é vulnerável nessa relação de emprego frente à assimetria de contratação, isso pode nos indicar

os diferentes interesses de classe dos empresários e dos trabalhadores. Portanto, a predominância numérica das empresas encabeçadas por seus proprietários e sócios na Câmara desemboca nos objetivos da classe empresarial sobre os seus empregados. Leva-se em consideração a subordinação do empregado, o qual possui representação na sociedade por meio dos sindicatos, no entanto, tais instituições, do mesmo modo, não demonstraram constituir a população dos políticos.

Em síntese, podemos considerar os possíveis efeitos da quantidade de um grupo na Câmara em relação à qualidade das decisões políticas, certamente. Assim como averiguado por Carnes (2012), existe a relação entre a ocupação, ou seja, o *background* de classe em relação às decisões políticas na arena legislativa: “a variável ocupação é consistente com a capacidade preditiva de comportamentos decisórios” (2012, p. 8).

O estudo da teoria da representação descritiva nos deu os resultados. Demonstrou que além dos empresários serem super-representados, as suas atividades são sobre-representadas na Câmara. Desse modo, o questionamento sobre a qualidade da democracia se atém à possível não entrada de outros grupos da população ocupada do Brasil no legislativo federal e a predominância do mundo das empresas no Poder legislativo.

7 CONSIDERAÇÕES FINAIS

A classe dos empresários é sobre-representada na Câmara dos Deputados. Essa afirmativa se dá através da metodologia empregada nesta dissertação, da análise que vai além da declaração de bens de cada deputado. Além disso, buscaram-se o vínculo entre o político e o Cadastro Nacional de Pessoas Jurídicas das sociedades empresárias e o uso de fontes diversas. Foi constatado que a autodeclaração não pode ser variável da real ocupação na esfera empresarial. Isso foi confirmado, já que foram classificados os três grupos de deputados autodeclarados políticos e profissionais liberais que demonstraram ser empresários.

A representação descritiva, por meio da análise da composição e do perfil do Poder legislativo, trouxe à luz normativa da democracia em relação à sua qualidade por meio da participação de grupos sociais e a sua respectiva representação. Neste caso, a presença majoritária dos empresários produz impacto na qualidade democrática. A sua predominância indica a exclusão de outros grupos que não se relacionam com a esfera do mercado econômico na figura do empregador, logo, a exclusão preponderante de empregados de serviços e outros tipos de grupos profissionais.

Os resultados indicaram que as grandes empresas são super-representadas nas suas atividades, o que nos faz questionar sobre o possível predomínio e a alta consideração dos interesses do grupo empresarial na sua figura de domínio na Câmara dos Deputados. Desse modo, os interesses políticos, conforme a representação descritiva, podem ter impacto na representação substantiva, ou seja, a qualidade das decisões promove questionamentos frente à exclusão de outros grupos diante da predominância e hegemonia empresarial, assim, afetando de fato a qualidade democrática quanto à igualdade de todos os grupos da sociedade na política brasileira.

Este trabalho visou a contribuir com novas formas metodológicas de coleta da composição dos deputados federais e a sua relação com a democracia, por meio da representação descritiva. Fatos esses que nos trazem contribuições para futuras pesquisas.

A futura agenda de pesquisa é relacionar a quantidade dos grupos totais na Câmara em relação à sociedade, além disso, o conteúdo das decisões dos políticos baseadas na sua presença numérica dentro da Câmara dos Deputados.

REFERÊNCIAS

ALMEIDA, Débora Rezende. A relação contingente entre representação e legitimidade democrática sob a perspectiva civil. **RBCS**, v. 28 n. 82, junho/2013.

ARRUDA, I. M.; TEIXEIRA, M. G. C. Participação social e teoria democrática: confrontação ou interatividade nos conselhos gestores de políticas públicas? **IV Congresso Brasileiro de Estudos Organizacionais**, Porto Alegre, RS, Brasil, 19 a 21 de out. de 2016.

ASQUINI, Alberto. Profili dell'impresa. *Rivista del diritto commerciale*, Milano, v. 14, n. I, 1943.

AVRITZER, L.; MARONA, M. Judicialização da política no Brasil: ver além do constitucionalismo liberal para ver melhor. **Rev. Bras. Ciênc. Polít.**, Brasília, n. 15, p. 69-94, dez. 2014.

BIRCH, A.H. **Concepts and Theories of Modern Democracy**. London: Routledge Press, 2007.

BURNHEIM, John. **Is democracy possible? The alternative to electoral politics**. Berkeley: University of California Press, 1985.

CAMPOS, L. A.; MACHADO, C. O que afasta pretos e pardos da representação política? Uma análise a partir das eleições legislativas de 2014. **Rev. Sociol. Polít.**, Curitiba, v. 25, n. 61 p. 125-142, mar. 2017.

CARNES, N. Does the numerical underrepresentation of the working class in congress matter? **Legislative Studies Quarterly** v. 37, n. 1, p. 5-34, 2012.

CODATO, Adriano; BERLATTO, Fábila; BOLOGNESI, Bruno. Tipologia dos políticos de direita no Brasil: uma classificação empírica. **Anál. Social**, Lisboa, n. 229, p. 870-897, dez. 2018.

CODATO, A.; COSTA, L. D. "A profissionalização da classe política brasileira no século XXI." **ANPOCS**, Caxambu, 2011.

CODATO, A.; COSTA, L. D.; MASSIMO, Lucas. Classificando ocupações prévias à entrada na política: uma discussão metodológica e um teste empírico. **Opin. Pública**, Campinas, v. 20, n. 3, p. 346-362, dez. 2014.

CODATO, A.; KIELLER, M. (Orgs.). **Velhos vermelhos: história e memória dos dirigentes comunistas no Paraná (1945-1964)**. Curitiba: UFPR, 2008.

COELHO, F. U. **Manual de direito comercial: direito de empresa**. 23. ed. São Paulo: Saraiva, 2011.

COSTA, O., KERROUCHE, E. MPs under the Fifth Republic: Professionalisation within a Weak Institution. **Parliamentary Affairs**, n. 66, v. 4, p. 685-707, 2009.

COTTA, M.; BEST, H. (Eds.). **Democratic Representation in Europe: Diversity, Change, and Convergence**. Oxford: Oxford University Press, 2007.

DAGNINO, Evelina. Sociedade civil, participação e cidadania: de que estamos falando? In: MATO, Daniel (Org.). **Políticas de ciudadanía y sociedad civil em tiempos de globalización**, Caracas: FACES, 2004. p. 95-110.

DAHL, R. **A democracia e seus críticos**. São Paulo: Martins Fontes, 2012.

FRASER, N. (2008). **Scales of justice: reimagining political space in a globalizing world**. New York: Columbia University Press, 2008.

GAXIE, Daniel. As lógicas do recrutamento político. **Rev. Bras. Ciênc. Polít.**, Brasília, n. 8, p. 165-208, ago., 2012.

GROSSMAN, E.; FRANÇOIS, A. Who are the deputies of the Fifth Republic? Some figures. **French Politics**, n. 9, v. 4, p. 364-380, 2011.

MADISON, J.; HAMILTON, A.; JAY, J. **Os Artigos Federalistas**. Trad. Maria Luiza X. de A. Borges. Rio de Janeiro: Nova Fronteira, 1993.

MANSBRIDGE, J. J. Should Blacks Represent Blacks and Women Represent Women? A Contingent "Yes". **The Journal of Politics**, v. 61, n. 3, p. 628-657, 1999.

MILL, J. S. (1861). **O governo representativo**. São Paulo: Ibrasa, 1985.

NEGRÃO, R. **Manual de direito comercial e de empresa: recuperação de empresa e falência**. São Paulo: Saraiva, 2012.

PATEMAN, C. **Participation and Democratic Theory**. Cambridge: The University Press, 1992.

PHILLIPS, A. **The politics of presence**. USA: Oxford University Press, 1995.

———. De uma política de ideias a uma política de presença? **Rev. Estud. Fem.**, Florianópolis, v. 9, n. 1, p. 268-290, 2001.

———. *Does feminism need a conception of civil society?* In: Kymlicka, Will and Chambers, Simone (Eds.) **Alternative Conceptions of Civil Society**. Series: Ethikon series in comparative ethics. New Jersey: Princeton University Press, 2002. p. 71-89.

PITKIN, H. [ebook] **The concept of representation**. Berkeley: University of California Press, 1967.

RODRIGUES, L. M. **Partidos, ideologia e composição social:** um estudo das bancadas partidárias na Câmara dos Deputados [online]. Rio de Janeiro: Centro Edelstein de Pesquisas Sociais, 2009. 186 p.

ROVAI, A. L. **Direito de empresa.** Imprensa: Rio de Janeiro: Campus-Elsevier, 2007.

SACCHET, Teresa. Representação política, representação de grupos e política de cotas: perspectivas e contendas feministas. **Rev. Estud. Fem.**, Florianópolis, v. 20, n. 2, p. 399-431, ago. 2012.

SAPI, Cláudia Izidoro. A reserva de vagas no Legislativo para mulheres: ação afirmativa para a plenitude democrática. **Estudos Eleitorais**, Brasília, v. 13, n. 1, p. 57-76, jan./abr. 2018.

SCHUMPETER, J. A. **Capitalismo, socialismo e democracia.** Rio de Janeiro: Editora Fundo de Cultura, 1961.

TAROUCO, Gabriela da Silva; MADEIRA, Rafael Machado. Os partidos brasileiros segundo seus estudiosos: análise de um *expert survey*. **Rev. Ciênc. Soc.** [online]. 2015, v. 15, n. 1, p. 24-39.

WIESEHOMER, N.; BENOIT, K. **Parties and presidents in Latin America:** data from expert surveys in 18 Latin American countries, 2006-2007. Dublin: University of Konstanz e Trinity College, 2007.

SITES

API DE COMPRAS GOVERNAMENTAIS. Disponível em: <http://compras.dados.gov.br/fornecedores/doc/fornecedor_pj/07656757000187>. Acesso em: 10 maio 2019.

ASSESSOR pagou dívida de Luis Miranda. Deputado diz que deu o dinheiro. Metrôpoles, 2019. Disponível em: <<https://www.metropoles.com/colunas-blogs/janela-indiscreta/assessor-pagou-divida-de-luis-miranda-deputado-diz-que-deu-o-dinheiro>>. Acesso em: 02 out. 2019.

CALOTES, mentiras e ameaças – conheça Luis Miranda, o youtuber eleito deputado federal pelo DEM. The intercept, 2019. Disponível em: <<https://theintercept.com/2019/01/20/calotes-mentiras-ameacas-luis-miranda-deputado/>>. Acesso em: 02 out. 2019.

CÂMARA DOS DEPUTADOS. Brasília, 2014 e 2018. Disponível em: <<https://www.camara.leg.br/deputados/204532/biografia>>. Acesso em: 02 mar. 2020.

CNPQ – Conselho nacional de desenvolvimento científico e tecnológico. Disponível em: <<http://buscatextual.cnpq.br/buscatextual/visualizacv.do?id=K4416594P5>>. Acesso em: 02 out. 2020.

CONGRESSISTAS na Dívida Ativa da União. Controladoria Geral da União, acesso à informação: Disponível em: <<http://www.consultaesic.cgu.gov.br/busca/dados/Lists/Pedido/Item/displayifs.aspx?List=0c8>>

39f31%2D47d7%2D4485%2Dab65%2Dab0cee9cf8fe&ID=565291&Web=88cc5f44%2D8cf e%2D4964%2D8ff4%2D376b5ebb3bef>. Acesso em: 25 mai. 2020.

CPDOC – O Centro de Pesquisa e Documentação de História Contemporânea do Brasil. Disponível em: <<http://fgv.br/cpdoc/acervo/dicionarios/verbete-biografico/feliciano-damiao>>. Acesso em: 9 mai. 2020.

DECISÃO da Justiça Federal de suspensão da rádio 99 FM (Carajás FM), da deputada Elcione Barbalho (PA). Ministério público federal, 2018. Disponível em: <<http://www.mpf.mp.br/pa/sala-de-imprensa/documentos/2018/decisao-justica-federal-pa-suspensao-radio-99-fm-carajas-fm-elcione-barbalho/view>>. Acesso em:

DIAP – DEPARTAMENTO INTERSINDICAL DE ASSESSORIA PARLAMENTAR. Disponível em: <https://www.diap.org.br/sileg/parlamentares/detalhes.php?p_idlegislatura=55&p_idcasaorigem=1&p_idparlamentar=428&p_ano_eleicao=2014&p_sequencial_candidato=130000000661>. Acesso em: 13 mai. 2020.

ELEIÇÕES 2018. Estadão, 2018. Disponível em: <<https://politica.estadao.com.br/eleicoes/2018/candidatos/rj/deputado-federal/dr-luizinho,1177>>. Acesso em: 12 mar. 2019.

ESTÁ sendo preparada a Clínica Móvel do Dr. George Morais. Oeste goiano, 2018. Disponível em: <<https://www.oestegoiano.com.br/noticias/saude/esta-sendo-preparada-a-clinica-movel-do-dr-george-morais>>. Acesso em: 13 mai. 2020.

GENRO de Nelma Sarney, Edilázio usava irmã e empresa de motorista como testas de ferro. Marrapa, 2017. Disponível em: <<https://www.marrapa.com/genro-de-nelma-sarney-edilazio-usava-irma-e-empresa-de-motorista-como-testas-de-ferro>>. Acesso em: 13 mai. 2020.

IBGE – INSTITUTO BRASILEIRO DE GEOGRAFIA E ESTATÍSTICA. Diretoria de Pesquisas, Coordenação de Metodologia das Estatísticas de Empresas, Cadastros e Classificações, Cadastro Central de Empresas. Disponível em: <<https://www.ibge.gov.br/estatisticas/comercio/9068-demografia-das-empresas.html>>. Acesso em: 09 mai. 2020.

JOÃO Maia tenta evitar leilão de imóvel, passa cheque sem fundo e tem 24 horas para pagar. Saiba mais agência de reportagem, 2018. Disponível em: <<https://www.saibamais.jor.br/joao-maia-tenta-evitar-leilao-de-imovel-passa-cheque-sem-fundo-e-tem-24-horas-para-pagar>>. Acesso em: 13 mai. 2020.

JUSTIÇA Federal determina suspensão da rádio da deputada Elcione Barbalho, ex-mulher de Jader Barbalho. O globo, 2018. Disponível em: <<https://g1.globo.com/pa/para/noticia/justica-federal-determina-suspensao-da-radio-da-deputada-elcione-barbalho-ex-mulher-de-jader-barbalho.ghtml>>. Acesso em: 13 mai. 2020.

LINKEDIN CORPORATION. Disponível em: <<https://br.linkedin.com/in/adriana-miguel-ventura>>. Acesso em: 22 jul. 2020.

MÉDICA que deu atestado é sócia da deputada Jessica Sales em Clínica médica de Brasília. 3 de julho, 2018. Disponível em: <<https://3dejulhonoticias.com.br/2018/08/11/medica-que-deu-atestado-e-socia-da-deputada-jessica-sales-em-clinica-medica-de-brasilia/>>. Acesso em: em 22 jul. 2020.

PODER 360. Disponível em: <<https://www.poder360.com.br/>>. Acesso em: 13 maio 2020.

RURALÔMETRO. Repórter Brasil, 2014 e 2018. Disponível em: <<https://ruralometro.reporterbrasil.org.br/>>. Acesso em: 13 mai. 2020.

SINTEGRA – SISTEMA INTEGRADO DE INFORMAÇÕES SOBRE OPERAÇÕES INTERESTADUAIS COM MERCADORIAS E SERVIÇOS. Brasil. Disponível em: <<http://www.sintegra.gov.br/>>. Acesso em: 13 mai. 2020.

SITUAÇÃO de contribuintes inscritos na dívida ativa. Controladoria Geral da União, acesso à informação: Disponível em: <<http://www.consultaesic.cgu.gov.br/busca/dados/Lists/Pedido/Item/displayifs.aspx?List=0c839f31%2D47d7%2D4485%2Dab65%2Dab0cee9cf8fe&ID=678371&Web=88cc5f44%2D8cfe%2D4964%2D8ff4%2D376b5ebb3bef>>. Acesso em: em: 13 mai. 2020.

SÓCIOS das empresas brasileiras. Brasil.io. Disponível em: <<https://brasil.io/dataset/socios-brasil/socios/>>. Acesso em: 13 mai. 2020.